

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Micro-história do pensamento de um grupo de trabalho

RICARDO ANTONIO WANDERLEY TAVARES

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do prof. Dr. Daniel Joseph Hogan.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 19/12/2001

Banca Examinadora:

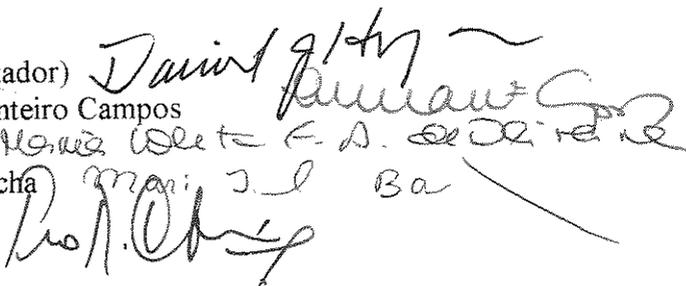
Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan (orientador)

Profa. Dra. Anna Maria de Souza Monteiro Campos

Profa. Dra. Maria Coleta de Oliveira

Profa. Dra. Maria Isabel Baltar da Rocha

Prof. Dr. Paulo Roberto Campanário



Dezembro / 2001

Campinas, SP

UNIDADE	30
Nº CHAMADA	UNICAMP
	71972
V	EX
TOMOS DE	48192
PREÇO	16-837102
	+
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	
Nº CPD	

CM00166082-7

BIB ID 235842

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

T 197 r **Tavares, Ricardo Antonio Wanderley**
Reprodução da população e desenvolvimento: micro-história do pensamento de um grupo de trabalho / Ricardo Antonio Wanderley Tavares . - - Campinas, SP : [s. n.], 2001.

Orientador: Daniel Joseph Hogan.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Reprodução. 2. Reprodução humana. 3. Fecundidade.
I. Hogan, Daniel Joseph . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Esta é a história do pensamento de um grupo de pesquisadores da América Latina, baseada na noção de retórica desenvolvida por C. Perelman e L. Olbrechts-Tyleca, e na noção de micro-história desenvolvida pelo grupo de historiadores italianos liderado por C. Ginzburg. Em princípios de 1971, como uma transformação da Comissão de Estudos Demográficos, é criada a Comisión de Población e Desarrollo do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). A comissão se estrutura em torno de três grupos de trabalho: um grupo para estudar informação sociodemográfica, outro para estudar migrações e outro para estudar fecundidade. Entre 9 e 14 de novembro de 1972, na Cidade do México, o Grupo de Trabalho de Fecundidade fez sua primeira reunião, e entre uma série de decisões, trocou o seu nome para “Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población”. Este grupo realizou sete reuniões internacionais, produziu – entre livros, *papers* e relatórios de pesquisa – cerca de 100 títulos. Tornou-se, entre sua primeira reunião e a última, realizada em Cuernavaca, México, entre 2 e 5 de fevereiro de 1982, um dos principais foros de discussão das Ciências Sociais Latino-americanas.

ABSTRACT

This is the history of the thought of a group of Latin American researchers, based on the notion of rhetoric developed by Perelman and Olbrechts-Tyleca, and on the notion of micro-history, developed by the group of Italian historians headed by Ginzburg. Early in 1971, the Demographic Studies Commission became the Population and Development Commission of the Latin American Social Sciences Council (CLACSO). The Commission was divided into three workgroups: one studied sociodemographic information; a second one, migrations, and another, fertility. In 9-14 November 1972, in Mexico City, the Fertility Workgroup first met and, among several decisions, changed its name to “Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población”. This group promoted seven international meetings, produced – among books, papers and reports – some 100 titles, and became, between the first meeting and the last one, which took place in Cuernavaca, Mexico, in 2-5 February 1982, one of the most important forums concerning Latin American Social Sciences. The main object of this thesis is the history of this group’s ideas.

SUMÁRIO

RESUMO	3
ABSTRACT	3
SUMÁRIO.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
ANTECEDENTES.....	5
ANTECEDENTES BRASILEIROS	10
O OBJETO E O MÉTODO	16
CAPÍTULO 1: PRIMEIRA REUNIÃO - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POR NEGAÇÃO	22
CAPÍTULO 2: SEGUNDA REUNIÃO - A PRIMEIRA TENTATIVA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POR AFIRMAÇÃO	33
CAPÍTULO 3: TERCEIRA REUNIÃO – UMA MUDANÇA DE TOM	47
CAPÍTULO 4: QUARTA REUNIÃO – O INÍCIO DA HEGEMONIA DO CEBRAP	58
CAPÍTULO 5: QUINTA REUNIÃO – A HEGEMONIA	76
CAPÍTULO 6: SEXTA REUNIÃO – UMA FAMÍLIA BEM ESTENDIDA	94
CONCLUSÕES.....	110
1 – A CONCLUSÃO DESSA HISTÓRIA.....	110
2 – A CONCLUSÃO DA TESE.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
ANEXO	134

INTRODUÇÃO

Antecedentes

A primeira grande pesquisa sobre fecundidade feita no hemisfério foi o estudo de Indianápolis, EUA, em 1941, sobre os fatores sociais e psicológicos que afetam a fecundidade. Dois fatos importantes motivaram a pesquisa realizada em Indianápolis: em primeiro lugar, o baixo nível das taxas de natalidade durante os anos 30; em segundo, os achados dos estudos de fecundidade diferencial com base nos dados censais, que mostravam que a fecundidade variava entre os diversos grupos, não tanto por causa das diferenças da capacidade biológica reprodutiva, mas pelas diferenças na idade do matrimônio e diferenças no uso de anticoncepcionais.

Pensando-se na possibilidade de legislação para a promoção de famílias mais numerosas, principalmente entre a população branca, o passo seguinte era investigar os fatores sociais e psicológicos que afetavam tanto o emprego dos métodos anticoncepcionais, como o tamanho das famílias planejadas. Com base nisso, foi feita uma amostra de 1.444 famílias, com as seguintes características: marido e mulher brancos e nativos, ambos protestantes, com ensino primário completo, casados com uma única união entre 1927 e 1929, o marido com menos de 40 anos e a mulher com menos de 30 na data do matrimônio, e residentes em uma grande cidade a maior parte do tempo desde o casamento. Com esta amostra se testaram 23 hipóteses envolvendo dimensões como: *status*, ambiente familiar e comunitário, interesse no lar e nas crianças, características de personalidade, racionalidade de comportamento e ajuste matrimonial. Os resultados se encontram em cinco volumes editados por WHELPTON, KISER e CLYDE (1946, 1950, 1952, 1954, 1958).

Entre os resultados mais importantes, concluiu-se que entre as famílias de fecundidade planejada havia uma relação direta entre a fecundidade e o *status* socioeconômico, e para estas mesmas famílias existe também uma relação direta entre a fecundidade e a sensação de estabilidade econômica e de realização pessoal. Por outro lado, as relações encontradas entre a maior parte das variáveis psicológicas com o tamanho das famílias planejadas tendiam a desaparecer quando se controlava o *status* socioeconômico.

Um segundo estudo importante foi o de Princeton, sobre os fatores sociais e psicológicos que afetam a fecundidade, denominado *Family Growth in Metropolitan America*. Esse estudo surgiu em condições diferentes das do estudo de Indianápolis. O nível da fecundidade dos EUA havia-se elevado bastante depois da Segunda Guerra e o interesse se centrou em obter informações sobre o processo de formação da família. O estudo foi realizado em duas etapas. Na primeira foram entrevistadas 1.165 famílias, com as seguintes características: residentes nas oito maiores áreas metropolitanas dos Estados Unidos, excluindo Boston, ambos cônjuges casados uma única vez, com poucas perdas fetais, sem filhos adotivos, sem partos múltiplos e com um segundo filho nascido em setembro de 1956. Os resultados dessa etapa estão publicados no livro *Family Growth in Metropolitan America* (MISHLER *et al.*, 1961). Na segunda etapa, realizada três anos depois, tentou-se localizar as mesmas mulheres, tendo sido entrevistadas 905. Os resultados dessa fase se encontram publicados em *The Third Child: a Study in the Prediction of Fertility* (WESTOFF *et al.*, 1963).

A análise examinou em que proporção o número e o espaçamento dos nascimentos estavam controlados por preferências com relação à fecundidade. Também se considerou o efeito de uma grande quantidade de fatores sociais e psicológicos sobre o espaçamento dos nascimentos, o tamanho desejado da família, o êxito na planificação familiar e a fecundidade depois da primeira entrevista. Os principais resultados são: nas áreas urbanas, a idade das mulheres ao casar é em média 20 anos; a maioria dos casais expressou uma preferência por dois ou três filhos e apenas dez por cento desejavam mais; o tamanho da família desejado declarado depois do segundo nascimento foi o mais poderoso indicador de predição da fecundidade nos três anos seguintes; cerca de metade dos casais começou a usar anticoncepcionais antes da primeira gravidez e apenas onze por cento nunca usaram; as diferenças dos primeiros e segundos intervalos entre nascimentos se explicam mais por fatores como perdas fetais e separações do que por uso de anticoncepcionais; e a filiação religiosa foi a característica com maior influência sobre a fecundidade; os judeus desejavam as menores famílias, começavam mais cedo o uso de anticoncepcionais e usavam os mais eficazes; os protestantes vinham em seguida e os católicos estavam no extremo oposto.

A primeira pesquisa em nível nacional foi realizada em Porto Rico, entre 1947 e 1948, por Paul Hatt. Os resultados estão publicados em *Backgrounds of Human Fertility in Puerto Rico* (HATT, 1952). Foram entrevistados 13.272 adultos de ambos os sexos, com quinze anos e mais de idade, a partir de uma amostra de domicílios desenhada previamente. O estudo não tinha como meta a predição ou o controle da natalidade, orientava-se mais em entender os mecanismos do possível descenso da fecundidade porto-riquenha. Hatt agrupou uma série de variáveis que supunha relacionadas à fecundidade em dois conjuntos: primeiro, o conjunto de variáveis relacionado às condições sociais sobre as quais os entrevistados não tinham muito controle, como renda, educação, característica das habitações (tamanho do espaço e propriedade), gastos mensais, ocupação do chefe da família, condição de domicílio (rural / urbano); segundo, o conjunto de variáveis relacionado a atitudes e valores onde supostamente os entrevistados tinham controle, como religião, estado civil, idade ao casar, tamanho da família e planificação familiar.

Grande parte do trabalho de Hatt foi estabelecer relações estatísticas entre as variáveis do primeiro conjunto entre si e entre elas, e as variáveis do segundo conjunto. O estudo confirmou a associação esperada entre as variáveis, principalmente nos estratos sociais mais altos, mas encontrou correlações mais altas com educação do que com a renda. Encontrou ainda um enorme diferencial de fecundidade por condição de domicílio (urbano / rural). Por fim, analisando os dados por geração, descobriu que acima do aumento da renda, da educação e da urbanização, as novas gerações tinham uma atitude mais favorável ao controle da natalidade e a um tamanho de família menor que as gerações anteriores.

O trabalho de Hatt deu início ao que depois seria chamada de fase do Caribe nas investigações sobre fecundidade. Depois dele, duas investigações com objetivo específico de controle da natalidade foram feitas em Porto Rico e na Jamaica. A partir desses objetivos, a família passou a ser privilegiada como unidade de observação, por ser considerada unidade básica da sociedade e o *locus* de tomada de decisão, além de ser acessível à observação empírica e principalmente acessível aos serviços de educação e saúde, que seriam os instrumentos básicos de uma política de controle.

A investigação se realizou em três etapas: primeiro uma etapa exploratória, em que se fez um estudo qualitativo com o objetivo de estabelecer hipóteses para a fase seguinte. Foram

entrevistados 72 casais com renda bem baixa, 24 em áreas rurais, escolhendo-se chefes de famílias cujas casas valessem menos de US\$ 250, 24 casais em uma área urbana num bairro bastante pobre e 24 em três pequenos povoados, escolhendo-se casais que vivessem juntos há pelo menos três anos e há menos de 20, e que tivessem pelo menos 1 filho. As entrevistas começaram em dezembro de 1951 e terminaram em março de 1952. Os resultados dessa etapa estão publicados em *Family and Fertility in Puerto Rico* (STYCOS, 1958).

O trabalho de campo da segunda etapa foi feito entre 1953 e 1954, usando-se amostra probabilística dos chefes de família, com perguntas sobre conhecimento e uso de métodos anticoncepcionais. Aplicou-se questionário completo para 888 mulheres e 322 maridos selecionados entre os pacientes de clínicas pré-natais. A condição para essas entrevistas era que o casal estivesse junto pelo tempo de 5 a 20 anos, tivessem ao menos um filho e tivessem menos de seis anos de escolaridade.

O trabalho de campo da terceira etapa foi realizado entre 1954 e 1955, sendo feito apenas na área rural, com 663 famílias. Nessa etapa ampliou-se o nível de renda, sendo exigido que pelo menos um dos cônjuges tivesse oito anos de educação ou menos, que o filho menor tivesse menos de cinco anos, que vivessem juntos, que não usassem nenhum método padrão de controle de natalidade e que não tivessem nenhuma indicação de esterilidade. Foram entrevistados ainda 253 amigos dos casais. Os resultados das duas etapas estão publicados em *The Family and Population Control* (REUBEN *et al.*, 1959).

O projeto de investigação na Jamaica foi realizado de forma muito semelhante ao de Porto Rico, em três etapas, sendo os entrevistados escolhidos com restrição de renda e educação. Stycos e o casal J. Blake e K. Davis foram os responsáveis pela investigação. Ambos os projetos deram origem a programas experimentais de controle da natalidade, com resultados melhores na Jamaica que em Porto Rico.

A primeira investigação sobre fecundidade feita na América do Sul foi a pesquisa de Santiago do Chile, e seu objetivo básico, diferentemente das pesquisas do Caribe, não era o controle da natalidade. O Chile era considerado um dos poucos países da América Latina que havia entrado na segunda fase da transição demográfica, e o que se queria era estudar as atitudes relacionadas com o tamanho da família. Os trabalhos de campo foram feitos em 1959, sendo entrevistadas cerca de 2.000 mulheres entre 20 e 50 anos. Os resultados foram pouco

conclusivos e as publicações da pesquisa apresentam os tradicionais quadros de diferenciais sem tratamento estatístico mais sofisticado.

Em 1960 e 1961, J.M. Stycos realizou, em várias cidades peruanas (Lima, Chimbote, Hayalas), pesquisas sobre conhecimentos, atitudes e práticas relacionadas à fecundidade. Mas o programa de maior alcance na investigação sobre o tema nos anos 60 foi o *Programa de Encuestas Comparativas de Fecundidad para América Latina*, coordenado pelo Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE), que ficou conhecido pela sua sigla PECFAL.

O CELADE começou o seu programa coordenando pesquisas em sete áreas metropolitanas, realizando o trabalho de campo entre 1963 e 1964. Posteriormente a pesquisa foi realizada em mais três cidades não diretamente coordenadas pelo CELADE, mas usando os mesmos procedimentos e questionários — conjunto de pesquisas que ficou conhecido como PECFAL-Urbano.

As sete cidades originalmente estudadas foram: Bogotá, Buenos Aires, Caracas, México, Panamá, Rio de Janeiro e São José. Posteriormente foram incorporadas as cidades de Guatemala, Guaiquil e Quito.

Em cada cidade foi escolhida uma amostra probabilística por conglomerado, com um número de 2.000 a 2.500 mulheres, entre 20 e 50 anos de idade, com qualquer estado civil e que não vivessem em instituições ou domicílios coletivos. Um pouco antes do trabalho de campo ser completado, começaram os estudos-piloto para a realização do PECFAL-Rural, com uma amostra em duas áreas rurais de cada país: México, Colômbia e Chile.

Após os estudos preliminares, foi feita uma amostra probabilística autoponderada em cada um dos três países. Foram selecionadas 2.100 a 2.700 mulheres, com idades entre 15 e 40 anos, com qualquer estado civil e que vivessem em áreas rurais ou lugares com menos de 20.000 habitantes.

Os objetivos gerais para as duas séries de pesquisa eram obter informações sobre: níveis e tendências da fecundidade, classificados por diversas características demográficas e socioeconômicas; atitudes e opiniões sobre o tamanho desejado de família e os fatores socioeconômicos associados; e conhecimento, atitudes e práticas no uso de anticonceptivos.

É verdade que a maior ênfase foi dada ao primeiro objetivo, o que levou a direção do CELADE a rejeitar que sua série de pesquisas fosse incluída no conjunto conhecido como CAP (Conhecimento Atitudes e Práticas). Assim ficaram conhecidas as pesquisas que tinham como finalidade instrumentar os programas de controle da natalidade.

Esse conjunto de investigações que apresentamos resumidamente será o material básico sobre o qual trabalhará em sua primeira reunião, realizada no México, em novembro de 1972, o “Grupo de Trabalho sobre o Processo de Reprodução da População” do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Antecedentes brasileiros

Os primeiros estudos da fecundidade no Brasil estão associados à história dos censos de população e ao nome de Giorgio Mortara. As primeiras tentativas de estimar os níveis de natalidade remontam ao Censo de 1920, quando Bulhões de Carvalho, dispondo de tábuas de sobrevivência para as capitais e utilizando a equação de equilíbrio, estimou os nascimentos para a década anterior ao censo (GOLDANI, 1978).

Retomando esses resultados e com a orientação de quantificar os problemas de população para o Brasil, MORTARA (1940) iniciou a fase que chamou de “conjeturas” sobre a população brasileira.

Ainda nessa fase de “conjeturas”, onde a informação demográfica é das mais incompletas, Mortara chegou a traçar um bom quadro da fecundidade e da capacidade de reprodução da população brasileira. Os níveis de fecundidade foram estimados em: taxa de fecundidade geral, 199 por mil, e taxa bruta de reprodução, 3,2.

Dimensionar de forma mais concreta os problemas e o ritmo de crescimento da população brasileira foi uma das preocupações de Mortara, ao incluir, pela primeira vez, no Censo Demográfico Brasileiro de 1940, as primeiras questões sobre fecundidade. Desde então, os censos demográficos constituíram-se em fonte valiosa para os estudos de fecundidade no Brasil.

É interessante observar a justificativa de MORTARA (1940, p. 19) para a inclusão das questões sociais sobre fecundidade:

“a razão extraordinária para a inclusão de tal pesquisa é possibilitar uma preciosa referência a países estrangeiros com dados similares, sobre os níveis de fecundidade no Brasil, que poderia se dizer ‘normais ou fisiológicos’, em contraposição aos ‘anormais ou patológicos’, a que caiu a fecundidade de muitas populações européias e norte-americanas”.

As colocações do autor demonstravam sua preocupação com a fase de transição demográfica por que passavam alguns países, onde o acentuado descenso de fecundidade fazia com que fossem retomadas as discussões sobre as vantagens e desvantagens do crescimento populacional. Tendo presentes, portanto, as etapas da transição demográfica, recolocadas por Notestein, em 1939, e incorporando os demais aspectos norteadores do censo brasileiro, Mortara formulou os quesitos sobre fecundidade no censo de 1940 e que se repetem, basicamente, até hoje.

Nas análises descritivas da fecundidade e de diferenciais internos, elaboradas em termos de comparações com outros países, transpareceu para Mortara a visão do problema demográfico. Estabelecendo relações entre a fecundidade e variáveis, como ramos de atividade, posição na ocupação, situação de domicílio (rural / urbano) etc., Mortara tentou mostrar a relação de causalidade entre os níveis de fecundidade e variáveis que caracterizam o processo de modernização, como forma de interpretar a transição demográfica.

No entanto, o autor já reconhecia as limitações da informação do censo para explicar as relações encontradas e enfatizava a necessidade de pesquisas demográficas “para indagar dos fatores econômicos e sociais, que determinam esses fatos”.

Essa fase dos estudos de fecundidade e natalidade para o Brasil através do censo representou uma contribuição importante, não só para o conhecimento dos níveis e evolução dessa variável para o país, mas também em termos de metodologia na exploração dos dados censitários.

A partir de 1940, com a introdução de questões referentes à fecundidade feminina, a avaliação dos níveis de natalidade e fecundidade passou da fase de “conjeturas”, expressão utilizada por Mortara, para a etapa de avaliação mais sólida e eficaz. Todo um campo foi aberto a partir do Censo Demográfico de 1940 para os estudiosos da população, tendo sido exaustivo o aproveitamento desse tipo de informação, especialmente por Mortara (nos censos de 1940 e 1950). À ênfase e preocupação com a introdução de questões sobre fecundidade já mencionadas no censo, somava-se também o fato de funcionar como fonte alternativa ao Registro Civil, que apesar de seu meio século de vida, mostrava em 1940 um déficit de 69 a 74% nas estatísticas de nascimento para nascidos vivos do ano, situação decorrente tanto da omissão de registros quanto da deficiente coleta.

Os primeiros estudos feitos por Mortara com o censo de 1940 refletiram suas preocupações com o controle dos nascimentos que vinha ocorrendo em outros países. Ele demonstrou, através da distribuição das mulheres prolíficas de uma geração e o número de filhos tidos no curso da vida, em combinação com a idade inicial de proliferação, que a fecundidade feminina brasileira variava em função da idade no momento do censo e do tempo de exposição ao risco de conceber. Ou seja, não se verificava controle voluntário de nascimentos. Já no censo de 1950, a ênfase foi outra: mostrar quão elevadas são as taxas de natalidade e a quota de mulheres prolíficas.

Os estudos comparativos entre os censos de 1940 e 1950 acentuavam que a fecundidade sofria uma diminuição “moderada, mas nítida” e que essa diminuição se dava pela diminuição da quota de mulheres prolíficas, fazendo com que as taxas médias cumulativas de fecundidade decrescessem a partir do grupo 25 / 29 anos.

Com as taxas médias cumulativas de fecundidade por idade e uma interpolação grafo-numérica, Mortara determinou a marcha da curva cumulativa de fecundidade em função da idade e constatou uma vez mais a tendência descendente da fecundidade.

A relação entre crianças de zero a nove anos e mulheres de 15 a 49 anos foi outro indicador utilizado nessa fase, para ilustrar o leve descenso da fecundidade no país. Essa relação, que deveria aumentar em 1950 como resultado da redução da mortalidade infantil, decresceu de 121,3 por mil em 1940 para 120,0 em 1950.

Na realidade, observando-se o número médio de filhos sobreviventes, encontrava-se o resumo da combinação entre o leve descenso de fecundidade e o decréscimo das taxas de mortalidade infantil, estimadas em 280 por mil em 1940 e menos de 250 em 1950. O número médio de filhos sobreviventes manteve-se inalterado: sobreviviam cerca de quatro filhos, tanto em 1940, como em 1950, para mulheres prolíficas de 15 anos e mais.

Através de indicadores como número médio de filhos, quota de mulheres prolíficas, taxas médias de fecundidade acumulada, razão criança-mulher, sobrevivência dos filhos e taxa bruta de natalidade, Mortara conseguiu medir e descrever os níveis de fecundidade e natalidade para o país e unidades da federação, no momento do censo.

Procurando fugir das limitações de uma análise do tipo transversal, o autor elaborou os dados censitários, de forma a captar o comportamento da fecundidade através do tempo, cujas tendências foram avaliadas mediante a distribuição de mulheres que tiveram filhos, segundo o número de filhos tidos até o momento do censo. Com essa análise longitudinal, para mulheres que já haviam ultrapassado o período fértil, demonstrou-se o não-controle dos nascimentos na população brasileira entre as gerações mais velhas.

Ainda dentro desse enfoque da análise longitudinal, o autor calculou a taxa de fecundidade média por ano de vida fértil, a qual media a atividade reprodutora passada e apresentava valores elevados e diferenciados para mulheres de 50 a 59 anos, nas diversas unidades da Federação. Em 1950, variavam de um mínimo de 109 por mil no Distrito Federal e 149 por mil no Pará, a um máximo de 204 mil no Rio Grande do Norte, ficando a taxa média do país em 173 por mil.

Preocupado com a comparabilidade dessa taxa com outros países, Mortara estimou-a em 200 por mil para as mulheres casadas, concluindo que somente as Filipinas, em 1948, apresentavam taxas de fecundidade retrospectiva tão elevadas quanto as do Brasil.

A série de estudos no que se refere à natalidade, fecundidade feminina em relação à idade, cor, nacionalidade, estado conjugal, local de residência e a fecundidade masculina por idade, segundo ramo de atividade e a posição na ocupação, estabeleceu os primeiros diferenciais de fecundidade para o Brasil.

Os diferenciais de fecundidade nos estados, onde foi constatada uma estreita correlação entre as variações territoriais da fecundidade para ambos os sexos, foram interpretados pelas origens étnica e nacional predominantes. Assim é que onde predominavam elementos de origem européia existiria um controle da vida sexual, que se refletiria nos menores níveis de fecundidade para os estados do Sul, ao passo que os elementos de origem africana predominantes no Nordeste apresentariam costumes sexuais mais livres – em parte, herança dos séculos de escravidão (MORTARA, 1965).

Outra interpretação dada para esses resultados diferenciais nas unidades da federação referia-se à situação econômica das diferentes populações. Para Mortara, nas áreas mais atrasadas do ponto de vista econômico e cultural predominaria, como ele dizia, a imprevidência, manifestada pela constituição prematura da família, proliferação desenfreada e por insuficientes meios de subsistência. Tal fato não ocorreria em áreas com melhor situação econômica, onde, ao contrário, haveria um atraso na constituição da família e um controle de sua dimensão. No entanto, reconhecia o autor que eram reduzidas as aplicações desses “freios à procriação” (MORTARA, 1965). Falava ainda da influência “positiva” das condições de vida das populações rurais sobre a fecundidade e dos baixos índices de fecundidade encontrados para o Distrito Federal e São Paulo, como exemplos da “influência negativa” das aglomerações urbanas sobre a fecundidade.

Referindo-se ao alcance limitado dos dados de que dispunha para explicar todos seus “achados” sobre a natalidade no Brasil, o autor enfatizava o papel das pesquisas sociológicas, que para ele teriam, no Brasil, a função de verificar “por que os nascimentos não são limitados”. Para ele, o casamento funcionaria como um freio, tal como se verificava nos demais países do Ocidente; mas essa limitação, no caso do Brasil, estaria prejudicada pelo elevado número de uniões livres e pela própria constituição legal de famílias pobres ou, como ele prefere, “com insuficiente base econômica” (MORTARA, 1965). Não existiria um difundido controle natal e o uso de anticoncepcionais limitar-se-ia a “classes cultural e economicamente superiores”, ficando o aborto como o recurso utilizado pelas “classes inferiores”, especialmente entre as populações urbanas.

A exploração exaustiva da informação censitária sobre fecundidade, realizada para os censos 1940 e 1950, não se verificou para os censos 1960 e 1970.

Em um primeiro momento, poderia parecer que esse fato foi ocasionado pelo atraso nas publicações dos resultados para 1960, o que, em parte, poderia ser verdade. Entretanto, não se pode esquecer que a década de 60 é a dos *surveys* de fecundidade, em busca de uma compreensão maior do processo de reprodução da população. Os enfoques teórico-metodológicos, postos em prática nessa fase, deram margem a discussões e críticas; em fins da década de 60 e início de 70 começaram a surgir propostas alternativas para estudos de reprodução da população, nas quais a fecundidade passaria a representar uma das variáveis do processo.

Esse momento por que passavam os estudos de população e, em especial, os de fecundidade, fez com que fossem reavaliadas as informações censitárias e que se passasse a estudar seu potencial para análises dentro de outros enfoques.

Nos anos 60, além da pesquisa do CELADE no Rio de Janeiro, segundo Goldani (GOLDANI, 1978) duas pesquisas de campo sobre fecundidade foram realizadas no Brasil. No início da década, “A urbanização e a industrialização em seis cidades brasileiras” de HUTCHINSON (1970), publicada em *Social Demography*, visava a estudar as implicações demográficas das mudanças sociais e econômicas. A pesquisa selecionou uma amostra de homens e mulheres com mais de 18 anos nas cidades de: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Volta Redonda e Americana, tentando estabelecer relações entre classe social e fecundidade.

Outros autores, a partir desses dados, estabeleceram comparações entre a fecundidade de nativos e migrantes, usando como modelo teórico a chamada “Teoria da Modernização” (GOLDANI, 1978). Ao final da década, Rosen e Simmons selecionaram cinco cidades — São Paulo, Americana (industrializadas e com dois níveis de urbanização) e Pouso Alegre, São Luiz, Boa Vista (não industrializadas e com três níveis de urbanização) — para estudar as relações entre urbanização, industrialização e fecundidade (CONNING, 1972). Este trabalho será posteriormente citado em três dos documentos apresentados em reuniões do Grupo de Trabalho, e constituiu-se em caso único dos estudos feitos nessa fase que mereceram referências posteriores.

O objeto e o método

Em princípios de 1971, como uma transformação da Comissão de Estudos Demográficos, é criada a Comissão de Población e Desarrollo do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). A comissão se estrutura em torno de três grupos de trabalho: um grupo para estudar informação sociodemográfica, outro para estudar migrações e outro para estudar fecundidade.

Entre 9 e 14 de novembro de 1972, na Cidade do México, o Grupo de Trabalho de Fecundidade fez sua primeira reunião, e entre uma série de decisões, trocou o seu nome para “Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población”. Este grupo realizou sete reuniões internacionais, produziu entre livros, *papers* e relatórios de pesquisa cerca de 100 títulos e em torno de 10.000 páginas (em anexo, se encontra uma lista dos trabalhos publicados por reunião). Tornou-se, entre sua primeira reunião e a última, realizada em Cuernavaca, México, entre 2 e 5 de fevereiro de 1982, um dos principais foros de discussão das Ciências Sociais Latino-americanas.

É a história das idéias desse grupo, o objeto do trabalho desta tese. Não é a história do grupo com as diferentes instituições e pessoas que o compuseram: não tentaremos fazer sociologia do conhecimento. Neste sentido, não pretendemos estabelecer relações causais entre o ambiente social e político da época e a produção intelectual do grupo, mesmo que eventualmente façamos referência a esse ambiente como cenário no qual se deu o debate de idéias.

Assim, consideramos que o contexto de referência de maior pertinência para discutir um texto científico são os outros textos com os quais se estabelece o diálogo. E mais, consideramos que o conjunto dos textos de alguma forma reflete o ambiente social e político em que um texto foi formulado. Não se trata de desconhecer ou ignorar a importância do contexto social onde se dá a produção do conhecimento. Ao contrário, consideramos que no confronto com os textos (adversários da época), um texto readquire o frescor do seu contexto com maior força. Este é o sentido mais radical de quem vê na recuperação da retórica um instrumento importante para superar o dilema entre as concepções *hard-science* e *soft-science* na construção de uma história do pensamento (ARIDA, 1996).

Por outro lado, um conjunto de textos produzidos ao longo de 10 anos, sobre um tema reconhecidamente complexo, como é o caso de que tratamos, e proveniente de tantas matrizes disciplinares, produz uma quantidade de argumentos e arrazoados lógicos que estão longe de qualquer coisa parecida com uma história.

É necessário encontrar uma ordem, onde se recupere o contexto do debate. Para esta tarefa nos valem da noção de retórica.

O termo “retórica” pode ser utilizado para designar um campo do conhecimento que se dedica ao “estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 4). Trata-se de um campo desenvolvido pelos gregos, mas que foi relegado a um plano secundário pelo pensamento moderno. É como se a retórica fosse relativa a meras técnicas “a serviço de interesses mesquinhos – os quais, por não conseguirem se afirmar por sua própria ‘verdade’, se vêem na contingência de lançar mão de quaisquer meios para obter a adesão dos interlocutores” (COELHO, 1996, p. xi). Nosso senso comum reitera esse desprestígio, que talvez possa ser mais bem compreendido lembrando Foucault.

Como diz Coelho:

“É impossível não se lembrar de Foucault e da genealogia dos saberes: o conhecimento acerca dos processos mentais, que foram mais tarde denominados de persuasão e convencimento – nascidos com os sofistas, a partir das necessidades práticas de discussão e deliberação política no seio da organização democrática grega – a despeito do refinamento aristotélico, passa a ser considerado um saber menor e é desprezado pela tradição filosófica. Inicialmente, o desprezo vem com o cristianismo, que não poderia, em suas formulações iniciais, conviver com a idéia de multiplicidade de premissas, igualmente aproveitáveis como ponto de partida para a argumentação. Com efeito, se a verdade fundamental do conhecimento humano nos é revelada por Deus, não há como atribuir igual importância a um raciocínio fundado em meras opiniões de homens que, por mais sábios, notáveis e ilustres que sejam, estão contaminados pelo pecado original. Posteriormente, o desprezo pelo ‘saber persuadir e

convencer' parte do racionalismo, para o qual a forma suficiente de conhecimento é a científica, capaz de explicar tudo e todos segundo padrões de racionalidade. As opiniões ou bem são teses, a reclamarem prova racional pelo método científico, ou são conceitos descartáveis (por perniciosos ou, ao menos, inúteis)" (COELHO, 1996, p. xi-xii).

Não seria descabido afirmar que, apesar do desprezo pelo saber persuadir e convencer, a retórica não deixou de ser praticada entre nós, pelo menos nos âmbitos do direito e da política, e tem adquirido novas dimensões com o desenvolvimento da propaganda e do *marketing*. Contudo, aqui não é o lugar nem o momento de se analisar a importância da retórica na estruturação da vida social contemporânea. O que importa aqui é destacar que o campo da retórica tem sido mais recentemente reabilitado "como um ramo legítimo de pesquisa para economistas e cientistas sociais" (HIRSCHMAN, 1992, p. 141).

Em grande parte, essa reabilitação se deu a partir da crítica a uma longa tradição cultural, que busca a verdade objetiva, entendida como um conjunto de conhecimento que corresponde à realidade. Essa busca pelo ideal da objetividade corresponde ao desejo de uma cultura universal, na medida em que esse conhecimento verdadeiro é visto como independente das crenças e valores de qualquer grupo humano em particular. Nessa tradição cultural, a figura do intelectual é encarada como a de alguém que entra em contato com a realidade não através das opiniões de sua comunidade, mas de uma forma mais imediata. A figura do cientista, sobretudo do cientista da natureza, adquiriu caráter modelar acerca desse intelectual.

No interior dessa cultura moderna, tornou-se geralmente aceito que é necessário identificar os procedimentos através dos quais os intelectuais chegam ao conhecimento verdadeiro, daqueles que simplesmente refletem as crenças e valores de um grupo específico. Para tal, foram desenvolvidos critérios para diferenciar o fato (eventos indiscutíveis aos quais todos os humanos precisam se curvar) dos artefatos (ardis empreendidos por humanos e, portanto, produzidos pela sua arte e não pela natureza). A demonstração dos fatos ou das leis que regem a realidade seria, pois, indiscutível.

Não é o momento para seguir analisando os múltiplos desdobramentos dessa cultura moderna, nem expor todo o elenco de críticas que a ela tem sido feitas. Apenas indicariamos uma das direções dessa crítica, intimamente relacionada ao resgate da retórica, e que advém de

uma mudança no modo de se compreender a ciência e as práticas científicas. Aqui só destacaremos seus principais marcos. O ponto central dessa crítica é a afirmação de que o conhecimento científico, como qualquer outra forma de conhecimento, é fabricado por agentes humanos e, portanto, sempre depende de um conjunto particular de crenças e valores.

Talvez o início da mudança de nossa compreensão sobre a ciência esteja no reconhecimento, por alguns filósofos, da ciência da precedência da teoria sobre a observação empírica. Tanto Bachelard como Popper, cada qual a seu modo, contribuíram decisivamente para afirmar essa precedência. Ao fazê-lo, ambos ressaltam que a ciência é o produto do engenho humano. Neste sentido veja-se a célebre frase de Popper: “o método da ciência é o método de conjecturas ousadas e de tentativas engenhosas e severas para refutá-las.” (POPPER, 1975, p. 84). Ao enunciá-la, Popper enaltece a ousadia e o engenho humano posto a serviço da ciência. Veja-se, por outro lado como Bachelard, pensando especificamente na física, via os fatos do laboratório: “[...] aquilo que o homem faz numa técnica científica [...] não existe na natureza e não é sequer uma continuação natural dos fenômenos naturais” (BACHELARD, 1984, p. 19).

Kuhn, ao estudar a estrutura das revoluções científicas, nos ofereceu uma imagem de ciência como uma prática social, ancorada em comunidades de cientistas, que tinham em comum um conjunto de crenças e valores capazes de orientar a prática de sua disciplina. Esse conjunto de crenças, denominado inicialmente de paradigma e depois de matriz disciplinar, permitia delimitar quais seriam os problemas que mereciam ser investigados, indicar os procedimentos que deveriam ser adotados nessas investigações, e definir os critérios para a apreciação dos resultados dos produtos da investigação.

Após Kuhn, um conjunto de pesquisadores colocou a prática da ciência como ponto central de suas preocupações. Daí derivaram-se várias narrativas. Alguns, estudando antigas disputas, mostraram em suas narrativas que as escolhas entre certa teoria muitas vezes não podia ser compreendida em termos de algum tipo de demonstração indiscutível. Outros resgataram algumas histórias esquecidas, mostrando contribuições que foram rejeitadas a seu tempo, para tempos depois mostrarem-se úteis ao desenvolvimento da disciplina. Outros, entrando nos laboratórios, descreveram-nos como manufaturas, narrando como os cientistas em seu cotidiano vão fabricando os fatos científicos.

Dispomos hoje dos resultados dessas investigações, que nos conduzem para longe daquele realismo ingênuo dos primórdios da modernidade. A ciência que aparece nesses estudos (em que pese a multiplicidade de ângulos de suas descrições) é um processo de construção coletiva, por uma comunidade. Mas não exclusivamente por uma comunidade de especialistas, pois continuamente os estudos nos remetem a redes de negociação que não se limitam aos pares de uma mesma matriz disciplinar.

Há uma crítica que emerge dessa visão de ciência, mas não é uma crítica às ciências, e sim às bases do pensamento moderno em sua ambição de construir uma cultura universal não a partir da inclusão de culturas distintas, mas a partir da subordinação das culturas dos diversos grupos humanos a uma forma de pensamento único, supostamente ancorado na realidade e, portanto, independente de qualquer cultura particular.

Note-se que para os que permanecem arraigados às crenças e ao ideal do pensamento moderno, mostrar que algo que lhes é apresentado como se fosse verdade objetiva (correspondente à realidade) é de fato produto de um processo de construção de agentes humanos, é denunciar um tipo de fraude e, portanto, negar qualquer utilidade ao enunciado em questão. Mas para quem acolhe aquela crítica ao pensamento moderno e concebe o conhecimento científico como o resultado de uma construção negociada entre agentes humanos, engajar-se na tarefa de desconstruir aquilo que lhe é apresentado como se real fosse é tão-somente tentar identificar os nexos que atrelam os enunciados em questão a uma certa comunidade específica. É o que permite o reconhecimento e a comparação das diferentes crenças e valores entre as comunidades, necessária tanto para rejeitar totalmente ou parcialmente os enunciados, como para eventualmente aceitá-los.

Enquanto que para o primeiro a retórica e seu uso persistem sendo desdenhados; na segunda perspectiva ela se torna instrumento na nossa apreciação dos empreendimentos humanos. É nesta última perspectiva política que perfilamos a crítica ao pensamento moderno e essa visão construcionista da ciência.

Foi no contexto intelectual dessa linha de crítica à tradição moderna que um conjunto de autores passou a examinar a retórica das ciências. Trata-se a rigor de mais uma daquelas vertentes de estudo sobre as ciências: passou-se a examinar as práticas dos cientistas como tentativas de persuasão dos demais pares acerca de suas descrições de parte do mundo. Assim,

alguns autores passaram a investigar o modo como os cientistas de uma certa disciplina defendem diante de seus pares suas idéias. O produto dessa linha foi uma série de estudos sobre a retórica das ciências.

Entre os autores que perfilaram essa vertente de investigação, McCloskey dedicou grande parte de sua obra ao estudo da retórica da economia, ou seja, das técnicas e dos modos de argumentação utilizados pelos economistas no exercício daquilo que chamamos de produção do conhecimento. De fato, em torno da Universidade de Iowa organizou-se um programa de estudos sobre retórica da investigação, do qual McCloskey participou, que se construiu sobre uma base interdisciplinar de discussão de trabalhos acadêmicos, e que se tornou um dos pólos irradiadores da reflexão sobre a retórica das ciências.

Outra contribuição importante no campo da economia, ligada à formação dos profissionais da área, é a formulada por Pêrsio Arida (ARIDA, 1996). As preocupações do então professor da PUC do Rio de Janeiro estão voltadas para o papel da História do Pensamento na formação dos novos economistas. Arida identifica dois modelos de formação: um modelo *hard-science*, onde a história do pensamento tem um papel secundário, uma vez que a fronteira do conhecimento traz incorporada o que foi importante no passado, para a construção da teoria no seu momento atual. No outro modelo, que ele chama de *soft-science*, a história do pensamento se confunde com a própria teoria e a leitura dos clássicos é feita nos famosos seminários de Marx, Keynes etc. A partir da crítica aos dois modelos, Arida propõe a recuperação da retórica para estudar os textos do passado. Nesta visão a História do Pensamento é construída estudando-se a teoria passada no seu contexto de discussão, ou seja, a retórica do debate.

O Grupo de Trabalho sobre processo de reprodução da população vai produzir resultados inovadores importantes no campo dos estudos de população e cremos que na história do pensamento desse grupo será possível identificar a importância de um momento da demografia brasileira relativamente ignorado pelas gerações mais jovens de profissionais da área.

CAPÍTULO 1: Primeira Reunião - A Construção da Identidade por Negação

A primeira reunião do grupo de trabalho sobre processo de reprodução da população da Comissão de População e Desenvolvimento do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais foi realizada no México, entre 9 e 14 de novembro de 1972. O grupo de trabalho definiu sua identidade reconhecendo o enorme avanço dos estudos sobre fecundidade na América Latina e elaborando uma série de críticas a esses trabalhos, cujos principais pontos eram:

- os trabalhos foram realizados sobretudo à base de questionários, sobre variáveis principalmente no nível de indivíduos;
- o caráter das investigações foi descritivo e sob o marco da teoria da modernização.

Nessa teoria, a transição demográfica é um processo de difusão e incorporação de novos padrões de fecundidade e o grau de adesão dos indivíduos a esses novos padrões se realiza através da racionalização de seu comportamento. As informações básicas obtidas foram aquelas que desempenharam papel importante no estudo da fecundidade dos países desenvolvidos, no entendimento de que essas etapas se repetiriam nos países da América Latina.

O grupo criticou, ainda, que desde o ponto de vista metodológico, a análise se limitou a quadros de duas ou três entradas, não se contemplando outra relação que não fosse linear e que pouco havia sido feito no sentido de desenvolver modelos de explicação conjunta com outros fenômenos sociais. A proposta mais geral de solução era que a investigação da mudança dos fatores demográficos básicos fosse entendida como variáveis dependentes dentro de um processo de mudança social global em situação histórica concreta.

Nessa primeira reunião, o grupo de trabalho, no processo de construção de sua identidade, e em função da revisão e avaliação dos trabalhos que veremos a seguir, acordou fixar seus objetivos a partir de um nome que caracterizasse seu enfoque teórico. A partir disso,

criou-se o nome “Grupo de Trabalho sobre Processo de Reprodução da População”, em lugar do nome original, que era “Grupo de Trabalho sobre Estudos da Fecundidade”.

O grupo explicou que a análise do processo reprodutivo se faria sobre uma perspectiva histórica estrutural. Por sua vez, dada essa perspectiva, o objetivo seria considerar a dinâmica da população, incluindo também os outros dois fatores básicos: mortalidade e migração da população.

O que era uma situação histórica estrutural não estava muito claro, mas, entre outras coisas, tinha a ver com uma certa compatibilidade com algumas teorias sociológicas da América Latina, principalmente a Teoria da Dependência. O nível de pretensão era bastante alto. Tomemos, a título de exemplo, a proposição que define os lineamentos gerais do relatório dessa primeira reunião:

“En esta forma se deben de tomar en cuenta aquellas aportaciones teóricas que van desde la consideración de fenómenos que resultan del comportamiento psicosocial de los individuos en la relación sexual hasta aquellos estudios que incluyen el análisis de relaciones supraestructurales asociadas a la ideología, y considerando las propias estructuras económicas, sociales y políticas en que se da el proceso reproductivo” (GRUPO DE TRABALHO, 1974, v. 1, p. 135).

Como podemos ver, é uma teoria da sociedade que vai das estruturas econômicas e políticas ao comportamento psicossocial dos indivíduos. Para cumprir essa tarefa, os investigadores e centros participantes do grupo propuseram a elaboração de seis documentos básicos: um documento de revisão crítica dos estudos de fecundidade na América Latina; o desenho de um marco teórico-metodológico que orientasse os estudos futuros do grupo; um documento sobre a utilização de fontes secundárias que orientasse um maior desenvolvimento das fontes de informação de caráter demográfico; um documento de caráter histórico sobre a evolução da fecundidade e mortalidade no continente, que permitisse a formulação de uma transição demográfica historicamente determinada; um documento para estudos descritivos, em que se davam como exemplos aqueles sobre fecundidade diferencial; finalmente, um grupo de estudos que tinha como objetivo melhorar o instrumental de investigação.

Chama a atenção aqui a demanda por relações mais estreitas com outros grupos de trabalho do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), como a Comissão de História Econômica e a Comissão de Dependência. O grupo reivindicava mesmo a necessidade de que a Comissão de Dependência estabelecesse um programa de ajuda a outras comissões, principalmente a Comissão de População, no que dizia respeito aos problemas teóricos dos diversos grupos de trabalho. Finalmente, o grupo decidiu realizar uma série de atividades, convidando pesquisadores e centros de pesquisa para o projeto.

Assim, Beatriz Figueiroa e Brígida García aceitaram revisar e completar seu documento de avaliação crítica dos estudos de fecundidade na América Latina. Adolfo Aldunate, da FLACSO, ficou encarregado do desenvolvimento do estudo teórico do processo reprodutivo da população. Os investigadores de São Paulo, do grupo CEBRAP-CEDIP, se encarregaram de apresentar um documento sobre os avanços teóricos do projeto nacional de reprodução. Além disso, Neide Patarra e Maria Coleta de Oliveira apresentariam documento com reflexões teóricas, e Arakcy Matins Rodrigues se propôs a apresentar estudo sobre as formulações teóricas e metodológicas que possibilitassem dois tipos de explicação: 1) como um indivíduo percebe sua colocação histórica, econômica e social e incorpora a ideologia vigente; 2) quais são os determinantes de caráter psicológico que determinam o comportamento sexual e procriador, e como este varia segundo as classes sociais.

O grupo do México (Grupo de Investigações Sociais da UNAM e do Colégio do México) propôs dois documentos: um, de caráter teórico, sobre o processo de reprodução da população mexicana, com base na análise dos resultados da pesquisa sobre fecundidade; e um segundo trabalho, de caráter histórico, sobre o comportamento reprodutivo no México. O Centro Latino-Americano de Demografia apresentaria um documento com análise dos resultados das pesquisas rurais na América Latina. Hector Gutierrez, do Departamento de Saúde Pública e Medicina Social da Universidade do Chile, aceitou elaborar um ensaio sobre os cânones demográficos de seu país.

O grupo decidiu ainda que cada um dos centros e investigadores participantes apresentaria planos de trabalho nos quais se especificassem objetivos, metodologias utilizadas, recursos humanos e econômicos disponíveis, além de um cronograma. Todo o conjunto de

atividades deveria ser apresentado na segunda reunião do grupo, a se realizar em março, no Brasil ou no Chile.

As conclusões da primeira reunião foram o resultado de seis trabalhos apresentados como críticas que eram relativamente consensuais, dentro do grupo, para a formação de uma identidade por negação, mas apontavam claramente para supostos teórico-metodológicos de natureza bastante distintas.

O primeiro tipo de crítica é realizado por Brigida Garcia e Beatriz Figueiroa, em seu trabalho “Las enuestas de fecundidad en América Latina” (GARCIA e FIGUEIROA, 1973, v. 1). O estudo é uma revisão crítica das principais investigações sobre fecundidade na América Latina: o Projeto de Investigação sobre Família, em Porto Rico; o Projeto sobre Família, na Jamaica; a Investigação sobre Fecundidade e Atitudes Relacionadas à Formação da Família, em Santiago do Chile; e o Programa de Pesquisas Comparativas de Fecundidade, do Centro Latino-Americano de Demografia.

O trabalho começa com duas pesquisas importantes: o estudo de Indianápolis, realizado nos Estados Unidos, em 1941, que tentava responder por que os baixos níveis de natalidade dos anos 30 e por que o enorme diferencial de fecundidade não era explicado por diferentes capacidades biológicas, mas por fatores sociais e psicológicos. O segundo estudo, de Princeton, *Family Growth in Metropolitan America*, foi realizado em condições diferentes do primeiro, já que os níveis de natalidade haviam-se elevado bastante após a Segunda Guerra.

A duas autoras tratam de mostrar que, sobre as deficiências reconhecidas pelos próprios investigadores americanos, estava centrada boa parte do esforço científico das pesquisas desenvolvidas na América Latina. Assim, o estudo de Porto Rico, realizado por Paul Hatt (1947-1948), considerado a primeira pesquisa científica de caráter nacional, sobre atitudes e comportamentos relacionados à fecundidade, propõe um ordenamento de variáveis hierarquizado: um primeiro seria dado pelas condições sociais sobre os quais as pessoas exercem pouco controle durante sua vida. E algumas variáveis ligadas a valores e atitudes que estariam sobre maior controle do indivíduo. No caso específico de Porto Rico, Hatt via o nível da fecundidade como resultado de forças contrapostas entre o primeiro grupo de variáveis, que condicionaria a fecundidade alta e, o segundo, condicionando a fecundidade baixa.

As autoras chamam a atenção para o fato de que, embora não haja no estudo um conjunto de hipóteses e um marco conceitual explícito, os resultados seguem uma ordem pré-estruturada bastante coerente. O trabalho comenta ainda o Programa de Pesquisa Comparativa sobre Fecundidade para a América Latina (PECFAL). A tônica são as diferenças de concepção e método entre esse programa e as pesquisas da “Fase do Caribe”. De um modo geral, o trabalho é um resumo do estado das artes nos estudos sobre a fecundidade.

O artigo de Arthur Conning, “Encuestas Comparativas de Fecundidad en América Latina: Algunos Aspectos Metodológicos”, trata de analisar os programas do PECFAL urbano realizados em sete cidades latino-americanas (Bogotá, Buenos Aires, Caracas, México, Panamá, Rio de Janeiro e São José) e do PECFAL rural. Apresenta os objetivos gerais de ambas as séries de pesquisas, que são:

- níveis e tendências da fecundidade classificados por diversas características demográficas e socioeconômicas;
- atitudes e opiniões acerca do tamanho desejado da família e dos fatores socioeconômicos associados;
- atitudes e uso de contraceptivos.

O autor ressalta que Carmen Miró (diretora do CILADE na ocasião), em vários artigos, destaca a importância de uma pesquisa que fosse cumulativa, polivalente e comparativa. Para Conning, elas foram cumulativas no sentido que, começando em Santiago, com as pesquisas urbanas e as pesquisas-piloto rurais, proporcionaram cada vez mais conhecimento sobre a fecundidade e as experiências para a realização das pesquisas seguintes. Foram polivalentes porque os questionários cobriam um amplo leque de variáveis em relação a fatores sociais, psicológicos, ecológicos e econômicos, e abriam mão de qualquer posição teórica *a priori*. E é neste sentido que o autor considera que essas pesquisas sobre fecundidade são distintas da pesquisa da “Fase do Caribe” que enfatizavam a questão do conhecimento, atitudes e práticas do planejamento familiar.

Essa orientação deliberadamente não-teórica, cobrindo um amplo espectro de variáveis, na opinião do autor define “comparativo” como sinônimo de equivalência formal. O autor chama a atenção para que a uniformidade dos questionários do procedimento de amostra

de dados em cada região, se são condições necessárias para garantir a uniformidade literal, não são suficientes para garantir equivalência conceitual. Assim, as comparações sem um propósito teórico ou prático carecem de sentido. O simples fato de um investigador comparar unidades sociais diferentes, tais como países, não significa que ele esteja fazendo análise comparativa. A análise comparativa implica a existência de um marco teórico que explicitamente relacione as diferenças entre as unidades com as variáveis em estudo. Se não for assim, pode-se ter achados formalmente comparados, mas não análise comparativa. O autor ressalta, ainda, que dadas as deficiências nessas pesquisas, principalmente no PECFAL urbano, o resultado da análise era uma lista de proposições que tem resultados disparatados, de acordo com o país.

Conning utiliza constantemente a expressão “marco teórico”, em lugar de teoria, no sentido de que ele não acredita existir uma teoria geral da fecundidade, e considera improvável que ela venha a existir num futuro próximo (1972, p. 76, nota 17, v. 1). Neste sentido, sua proposta de trabalho para as pesquisas de fecundidade são estudos comparativos com um desenho que permite separar alguns efeitos de variáveis no nível das unidades sociais.

O modelo que Conning tem na cabeça e cita como exemplo é a pesquisa realizada por Rosen e Simmons em cinco cidades brasileiras – São Paulo e Americana (industrializadas e com dois níveis de urbanização); e Pouso Alegre, São Luiz e Boa Vista, com três níveis de urbanização) – para estudar as relações entre urbanização, industrialização e fecundidade. Sua crítica é a de um demógrafo profissional, de formação norte-americana. O autor não tem problema algum com relação ao objeto da pesquisa (a fecundidade), não acredita em grandes elaborações sociológicas e o seu marco de referência é um modelo clássico de demografia, semelhante aos estudos de tipificação utilizados para isolar os efeitos da estrutura por idade nas diferenças entre taxas demográficas.

Um terceiro tipo de crítica, que define os lineamentos gerais do relatório da primeira reunião e a pauta da segunda, é feito por autores latino-americanos de formação sociológica. O primeiro é o de Neide Patarra e Maria Coleta de Oliveira, “Anotaciones Criticas sobre los Estudios de Fecundidad” (1973, v. 1, p. 91).

As autoras dividem sua reflexão em três etapas. A primeira, apresentação do problema, tem uma primeira parte, onde tratam do crescimento da população e da

problemática do desenvolvimento. Aqui, citando Notstein, Thompson e Hoover & Coale, mostram como a visão neo-malthusiana do crescimento populacional implica uma forma de se entender o desenvolvimento econômico, que é a do aumento da renda *per capita*. Por contraposição, as autoras resumem o trabalho de Paul Singer, que diferencia crescimento econômico de desenvolvimento econômico, e para o qual o crescimento populacional não só não é um entrave ao desenvolvimento econômico, como, ao aumentar o tamanho do mercado interno, pode ser um fator extremamente favorável.

Assim, para as autoras, a explosão dos estudos sobre fecundidade nos países subdesenvolvidos é um exemplo a mais da importação de problemas dos centros de investigação dos países desenvolvidos, constituindo, em nível acadêmico, a contrapartida da dependência das sociedades subdesenvolvidas.

Na segunda parte dessa primeira etapa, as autoras fazem uma revisão dos estudos sobre fecundidade na América Latina. Enfatizam seu contexto social e mostram que a perspectiva otimista do desenvolvimento do pós-Guerra tinha-se desvanecido nos anos 60. Neste sentido, as pesquisas sobre fecundidade se teriam voltado para resolver o problema da pobreza na América Latina através do controle populacional.

Assim, considerando que os estudos de Indianápolis e Princeton são o modelo básico, as pesquisas empíricas sobre fecundidade na América Latina, inclusive as do CELADE, são consideradas do tipo KAP (*knowledge, attitude and practice*). As limitações desses estudos, consideradas em bloco, derivam do esquema teórico que os orienta e dos supostos contidos neles. A teoria da modernização, ao entender a transformação de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, através de mudanças sociais e variações dos padrões de comportamentos dos indivíduos – entre eles o comportamento reprodutivo – implicaria a adoção de uma perspectiva dualista da realidade social latino-americana.

Na segunda etapa, as autoras examinam a relação entre desenvolvimento e modernização. Para isso, confrontam a teoria da modernização de Gino Germani com a visão de Florestan Fernandes. Criticam a idéia de secularização e racionalização, e mostram a limitação do modelo, ao perceberem os indivíduos como tendencialmente uniformes em termos de atitudes e comportamentos. Tomando por base a perspectiva de Florestan

Fernandes, chamam a atenção para duas concepções fundamentais na idéia de modernização das sociedades periféricas: a idéia de dependência e a de transplante cultural.

Nesse contexto de modernização, a tarefa de redefinição do estudo sobre fecundidade se cumpriria em três etapas: responder, em primeiro lugar, quais são as características estruturais da sociedade estudada; em segundo, como as relações sociais nas quais a família está imersa a obrigam a assumir características distintas em diversas situações particulares; em terceiro, como se estruturam a consciência e o comportamento familiar das distintas classes.

Na terceira etapa, o estudo da fecundidade, a partir da inserção da família nas sociedades periféricas, se dá num contexto em que a modernização do homem comum consiste na transformação dos consumidores e trabalhadores, em indivíduos reivindicadores e inconformes. O processo de modernização se daria pelo despertar de uma consciência que, num primeiro momento, é negadora da situação atual e, num segundo, afirmadora de uma possibilidade histórica.

Assim, por um lado, o crescimento da população acentuaria as tensões sociais, por meio da alteração quantitativa da estrutura de necessidades; por outro, as migrações internas, resultantes das deficiências econômicas, agravariam seus efeitos em certas áreas. As políticas de controle demográfico e a propagação de um modelo de família moderno buscariam apenas conter essa tensão e manipular as aspirações e insatisfações populares.

A partir dessa construção, as autoras entendem que uma questão metodológica central é o conceito de causa que estaria implícito nas pesquisas sobre fecundidade na América Latina. Elas distinguem entre motivação, expressa nas respostas dos indivíduos aos questionários, ao conceito de causa, que seriam determinações estruturais. Assim, não se poderiam explicar as mudanças de fecundidade tomando-se como ponto de partida as motivações expressas verbalmente em um questionário. As mudanças no comportamento reprodutivo seriam um processo social em que essas verbalizações só adquiririam sentido quando colocadas em um contexto socioeconômico global. Uma mesma resposta, por exemplo, favorável a um tamanho de família pequeno, poderia ser tanto a adesão a padrões e estilos de vida das classes dominantes, quanto a negação da sua situação atual de pobreza e de miséria.

O segundo artigo é o de Procópio Camargo, “Objetivos de las Investigaciones sobre Fecundidad” (1973, vol. 1, p. 109). Este segue a linha anterior, num estilo mais incisivo e com uma análise mais resumida e mais político-ideológica. Para o autor, a natureza da limitação dos estudos sobre fecundidade se ligou mais diretamente aos supostos ideológicos implícitos na relação entre desenvolvimento econômico e crescimento populacional, que a qualquer pormenor técnico e metodológico (ao contrário do que demonstram Conning e Garcia).

Para o autor, a parcialidade técnica e metodológica dos estudos sobre fecundidade se caracteriza por três aspectos: utilização exclusiva das técnicas de *survey*, sem análise em profundidade da situação de vida matrimonial, o papel dos filhos e o sistema real de interesse da família, o que suporia o emprego de métodos antropológicos; a utilização, na análise, de variáveis econômicas e sociais, num vazio de conhecimento da estrutura de classes e da estrutura social; e finalmente, na falta de integração das variáveis estudadas e sua associação com os padrões de fecundidade. Suas principais recomendações, para estudar a fecundidade na sociedade contemporânea, são:

1. não limitar a pesquisa à problemática KAP;
2. considerar a reprodução relacionando as interpretações biológicas, econômicas, sociais, culturais e psicológicas;
3. tratar de entender os processos de mudança no tamanho da família tomando em consideração as alterações nos níveis de mortalidade na infância; o desenvolvimento da economia nacional e local; a estratégia de emprego das famílias de acordo com a situação de classe; os papéis econômicos e sociais atribuídos aos filhos; e a influência das instituições que forjam e legitimam padrões de comportamento;
4. focalizar o comportamento reprodutivo, não no sentido de controle da natalidade, mas na perspectiva da saúde da mãe e do recém-nascido.

Para o autor, esse modelo de pesquisa teria como meta a integração dos dados, tanto coerentes quanto contraditórios, para constituir uma teoria ampla e atualizada da transição demográfica nos países em desenvolvimento.

O terceiro artigo, de Adolfo Aldunate, intitula-se “Análisis de la Practica de Investigacion en el Campo Especifico de los Estudios de Fecundidad” (1973, v. 1, p. 115).

Apresenta duas linhas de críticas às pesquisas sobre fecundidade e planejamento familiar: uma linha de crítica ideológica, quando o autor identifica a ofensiva natalista e a proliferação dos estudos de fecundidade como elementos de uma mesma síndrome.

Segundo o autor, a proliferação de estudos sobre fecundidade visa a conseguir o aval da ciência para os programas de planejamento familiar. Existiriam pelos menos três maneiras pelas quais os cientistas colaboram para a legitimação dessas campanhas: uma passiva, se os cientistas não se interessam em formular críticas sérias e fundadas sobre conteúdo, orientação e consequência de tais programas; uma legitimação ativa, quando avalizam o resultados de pesquisas que são claramente instrumentais; e uma legitimação de intenção, quando essas campanhas adquirem um certo tom de opção nacional.

O reconhecimento do neo-malthusianismo como orientação ideológica dominante implicaria que o investigador reconhecesse que um conjunto de noções – entre elas dualismo, modernismo, marginalidade, funcionalismo e planificação familiar – formam um bloco de defesa da ideologia dominante. O funcionalismo seria a orientação teórica geral na qual a sociedade é vista como organismo. O subdesenvolvimento é o diagnóstico das nossas sociedades em comparação com outras sociedades saudáveis, as desenvolvidas. A marginalidade é a delimitação das partes comprometidas pela doença. O dualismo é a explicação da origem do mal. A planificação familiar seria a terapia efetiva, e a modernização, a cura. Outra dimensão da crítica de Aldunate se refere ao conceito de população inerente na demografia como um ente abstrato. A autor chama a atenção para o fato de que não é a população, em seu sentido abstrato, que produz o efeito das superpopulações, e sim populações concretas em sociedades concretas.

Na seção seguinte de seu artigo, Aldunate enumera o que, no seu modo de ver, são as debilidades teórico-metodológicas nas pesquisas sobre fecundidade. O primeiro desses pontos é a debilidade na teoria e na crítica. Um dos elementos dessa debilidade é que conceitos comumente importados de outros contextos, ao não serem traduzidos por uma teoria, não se transformam num novo conceito e por transportarem toda a carga contextual anterior, adquirem a característica de noções ideológicas. O segundo tópico é o isolamento dos fenômenos demográficos. O ponto central aqui é que a dinâmica demográfica é tratada como fenômeno isolado dos determinantes econômicos e sociais. Um terceiro tópico se refere ao

descuido conceitual com a variável independente, que o autor chama a atenção porque, ao contrário do que acontece com as variáveis dependentes – sejam elas o uso de contraceptivos ou o número de filhos –, as variáveis independentes, tais como ocupação, são definidas de formas tão heterogêneas que dificilmente podem trazer alguma ajuda à análise. No quarto tópico, o autor chama atenção para a maior importância que é dada à coleta de informação, do que a importância dada à análise da informação. O quinto tópico, ligado ao anterior, é que a visão atomista da sociedade e a falta de um modelo teórico que sustente a análise fazem com que as unidades de estudo sejam comumente abstrações estatísticas. Finalmente, o conjunto dessas deficiências leva a uma debilidade na análise da informação obtida. Na última parte de seu artigo, o autor faz uma proposta de modelo de investigação alternativo, no qual os tópicos criticados na seção anterior são transformados em proposições.

Aqui nos parece importante chamar a atenção para a habilidade retórica do autor. Sua crítica tem apenas um elemento distinto das outras: ela destaca o conceito de população na demografia, como um conceito isomórfico ao de conjunto em matemática, sendo portanto um conceito de nível de abstração que traria problemas para a análise de maior profundidade sociológica.

A partir dessa constatação, o autor organiza seu texto, rearrumando o conjunto de críticas feitas na reunião, em tópicos bem definidos, e faz proposições que o transformaram na grande estrela da segunda reunião. São, no entanto, apenas um reflexo no espelho das críticas com que todos concordavam e não tinham, substancialmente, nada de novo, como o grupo iria constatar em seguida.

CAPÍTULO 2: Segunda Reunião - A Primeira Tentativa da Construção da Identidade por Afirmação

A segunda reunião do grupo de trabalho se realizou na sede da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), em Santiago do Chile, entre os dias 7 e 13 de agosto de 1973.

A conclusão desta reunião, com relação às atividades futuras, levando em conta os distintos interesses e especialidades dos participantes, foi subdividir o grupo em duas equipes: uma de avaliação crítica da metodologia quantitativa, coordenada por José María Blanche; e outra, que seguiria na reflexão teórica, dedicada à formulação de modelos explicativos, coordenada por Neide Patarra.

A tarefa do primeiro grupo era fazer a avaliação crítica dos modelos gerais de análises multidimensionais baseados em dados das pesquisas, onde se incluíam os modelos de contingência referidos na literatura estatística aplicada nas Ciências Sociais.

O segundo grupo estudaria: o modelo de Bourdieu, a ser apresentado por Arakcy Rodrigues; o modelo desenvolvido pelos pesquisadores da FLACSO – Juan M Carrón, Emílio de Ipola, Arturo León e Susana Torrado, “La División Social del Trabajo: un ejemplo de estudio empírico. Chile 1970” – e ainda as seis visões apresentadas por Vilmar Faria, Maria Coleta Oliveira, Liliana de Riz, Joaquín Leguina, Neide Patarra, Adolfo Adunate, Brígida García e Beatriz Figueiroa, visando a integrar essas distintas posições num modelo explicativo.

O consenso (por negação) obtido na construção da identidade do grupo começou a esgarçar já no início dessa segunda reunião.

Como na primeira reunião o grupo havia concentrado sua atividade na avaliação crítica das investigações sobre fecundidade na América Latina, ainda que tenha havido consenso entre os participantes sobre a necessidade de encontrar novos marcos teóricos para o desenvolvimento dos estudos, verificou-se que os distintos centros participantes do grupo

estavam em fases de interesse e atividade muito diferentes. Alguns estavam em uma fase de análise de trabalhos empíricos já realizados, outros iniciando estudos históricos, e outros dedicados a reflexões de caráter teórico.

Assim decidiu-se que o trabalho de Adolfo Aldunate, “Reproducción de la población en 10 ciudades de América Latina: aproximación a un análisis grupal”, particularmente sua segunda parte, “Propuesta de un modelo de investigación alternativo”, constituiria o ponto de partida das discussões para o qual se dedicaria a maior parte do tempo disponível. Por outro lado, atendendo a interesses de atividades de outros centros, foram propostas duas sessões dedicadas aos trabalhos empíricos e aos trabalhos históricos realizados com dados secundários. Da compatibilização entre interesses distintos, foi organizada a seguinte pauta:

Agosto 8 – 9:30 – 12:30

Revisión Crítica de los Estudios de Fecundidad

1. “Las encuestas de fecundidad en América Latina”(Brígida García y Beatriz Figueiroa)
2. “Investigaciones recientes de fecundidad”; “Investigaciones de fecundidad en América Latina” (Neide Lopes Patarra)
3. “Análisis de la práctica de investigación en el campo específico de los estudios de fecundidad” (Adolfo Aldunate en “Reproducción de la población en 10 ciudades de América Latina: aproximación a un análisis grupal”)

Agosto 8 – 15:00 – 18:00

Agosto 9 – 9:30 – 18:00

Elementos para una teoría de población

1. “Propuesta de un modelo de investigación alternativa” (Aldunate op. cit.)
2. “Organización de la producción y dinámica de la población” (Vilmar Faria)
3. “Revisión crítica del tipo de explicaciones sobre el comportamiento en las investigaciones de fecundidad y propuesta de un modelo alternativo” (Arakcy Martins Rodrigues)
4. “Reproducción: unión de sexos y familia” (Maria Coleta F. A. de Oliveira)
5. “Informes sociales: la reproducción de la fuerza de trabajo. Elementos para la elaboración del marco teórico

Agosto 10 – 9:30 – 12:30	del proyecto” (Liliana de Riz y Joaquín Leguina) Macro-análisis de la fecundidad
Agosto 10 – 15:00 – 18:00	1. “Sobrepoblación, subdesarrollo y política de población en México” (Raúl Benítez Zenteno) 2. “Tendencias de la fecundidad en America Latina y factores de influencia” (Arthur M. Conning) Análisis de la fecundidad basado em datos empíricos
Agosto 11-12	1. “Reproducción de la población en 10 ciudades de América Latina. Un ensayo de interpretación sociológica” (Adolfo Aldunate) 2. “Etapas de la adopción de la planificación familiar: un estudio escalogramétrico” (Mauricio Culagovsky) 3. “Ambivalencia en la preferencia por familias chicas en América Latina rural” (Alan B. Simmons) 4. “Aceptación de cambios en la posición de la mujer; su valor explicativo en relación a las actitudes hacia la fecundidad” (Johanna M. de Jong) 5. “Construcción y validación de una medida del grado de desarrollo de sectores rurales de América Latina” (César Torrealba)
Agosto 13	Informes de actividades del Grupo. Discusión y elaboración del programa de actividades futuras.

A habilidade retórica de Aldunate, na primeira reunião, aparentemente havia fascinado a maior parte do auditório, mas havia uma exceção importante: a coordenadora Elza Berquó. Desconfiada da efetividade da liderança intelectual em ascensão, encomendou o que no jargão médico se chama uma “segunda opinião”. É assim que o texto de Vilmar Faria, “Organização da Produção e Dinâmica Populacional”, pode ser visto.

A primeira coisa interessante que chama a atenção no texto de Vilmar é uma nota de pé de página referente ao título, em que diz textualmente:

“(…) Por sugestão da Dra. Elza Berquó revisei recentemente o texto de Adolfo Aldunate “Reproducción de la Población em 10 ciudades de América Latina (Un Ensayo de Interpretación Sociológica)”, edição

ELAS-FLACSO, 1973. A leitura desse texto indica-me que os problemas discutidos são semelhantes, embora existam divergências importantes. É esta a única razão pela qual esbocei estas notas como subsídio eventual para as discussões” (FARIA, 1982, v. 2, p. 789).

Mais adiante, diz:

“Creio que é a partir do reconhecimento da complexidade do vulto e sobretudo de que existem muitas maneiras distintas de enfrentá-lo é que se pode chegar a um acordo. É com esse espírito que proponho para discussão as bases desse acordo, fazendo explícito que não creio que ele solucione as diferenças reais de perspectivas entre os diversos pesquisadores” (idem, p. 793).

O texto começa tentando estabelecer as bases mínimas do consenso existente até então. Assim, para ele, o enfrentamento teórico do problema populacional vem-se articulando em torno de um conjunto de idéias relacionadas ao modo pelo qual um grupo humano determinado organiza a produção dos bens necessários à sua sobrevivência, seu bem-estar e sua própria reprodução como grupo. Para ele, o enfoque que se vai cristalizando entende que uma sociedade concreta organiza sua produção e elabora os mecanismos que mantêm a reprodução dessa organização da produção como totalidade hierárquica e estruturada. Um dos aspectos cruciais dessa organização é reproduzir os homens necessários à sua continuidade, tanto em qualidade quanto em quantidade. Assim, o problema populacional em termos abstratos reduz-se à elucidação desses mecanismos.

Para o autor, esse enfoque não é novo. O que existe de novidade na retomada desse tema, tanto no CEBRAP quanto na América Latina, se dá na medida em que: 1) reelabora-se a natureza específica dessa inter-relação, buscando-se especificá-la para cada forma particular de organizar a produção; 2) orienta-se para o estudo de sociedades concretas e portanto para as formas de organizar a produção no contexto de unidade política e territorial; 3) tenta inter-relacionar os diversos planos analíticos – macro e micro, estrutural e individual, atitudinal de comportamental – buscando especificar os mecanismos que dão conta dessas inter-relações; 4) reconhece que grande parte dos problemas levantados são desconhecidos; e finalmente, 5) almeja traduzir esses problemas, hipóteses e teorias em pesquisas empíricas.

A partir desse diagnóstico, o autor vai definir cinco focos básicos e suas inter-relações, que para ele são indispensáveis para se pensar a reprodução humana (FARIA, 1982, v. 2, p. 795).

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1. Nível macro-estrutural | - modo de produção e reprodução da população |
| 2. Nível micro-estrutural | - organização da reprodução da população (sistema de parentesco) |
| 3. Nível da estrutura das ideologias | - mitos, ideologias e comportamento reprodutivo |
| 4. Nível psico-estrutural | - estruturas inconscientes e comportamento reprodutivo |
| 5. Nível biológico | - estruturas biológicas”. |

Para o autor, a tarefa fundamental consistiria em formular o problema de tal maneira que através do recurso a hipóteses auxiliares se consiga reduzi-lo a um conjunto mais ou menos restrito de hipóteses analisáveis teórica e/ou empiricamente. Assim, supõe-se como dados certos níveis de análise:

“(...) recorre-se ao expediente das ‘caixas negras’ (isto é, supõe-se certas relações entre o *input* e *output*, deixando-se de lado o mecanismo das relações), trabalha-se sobre um objeto do conhecimento, analiticamente construído, etc. Uma vez ‘conhecidas ou verificadas’ tais hipóteses, desenham-se novas pesquisas e assim sucessivamente” (FARIA, 1982, v. 2, p. 791).

O trabalho de Faria foi apresentado na segunda reunião por Elza Berquó e se bem despertou interesse do grupo a ponto de ser uma das seis idéias que seriam sugeridas para serem desenvolvidas na terceira reunião, o grupo não entendeu claramente sua proposta metodológica (INFORME DE LA SEGUNDA REUNION, 1973, v. 1, p. 143-144).

A proposta metodológica de Faria aparentemente se filia à epistemologia de Mario Bunge, físico argentino, professor da Universidade McGill (Canadá), um filósofo da ciência

de razoável prestígio internacional e de difícil filiação. Bunge pode ser classificado como um elo perdido entre o Ciclo de Viena e o moderno *Growth Knowledge*, sem passar por Popper.

Em um pequeno livro, intitulado *Teoría y Realidad*, BUNGE (1970) propõe um modelo de amadurecimento da ciência. Para ele, esse processo vai da primeira fase do conhecimento às teorias fenomênicas, em que um fenômeno – o *input* – é relacionado a outro fenômeno – o *output* – através de um operador cego – uma “caixa negra” – que pode ser desde um simples coeficiente de correlação até um complexo modelo de inferência estatística. Desde o ponto de vista da lógica isso não faz diferença. O processo de amadurecimento da ciência se dá na medida em que essas caixas negras vão-se tornando transparentes e se vai compreendendo o mecanismo pelo qual o *input* se transforma em *output*, ou seja, o amadurecimento se dá na medida em que se vai descobrindo o mecanismo pelo qual um fenômeno se transforma em outro.

Nesse sentido, o **acordo** que Faria está propondo se baseia em dois pontos: o primeiro é o reconhecimento da legitimidade das diferentes tradições de pesquisa do grupo de trabalho; o segundo é dar um passo além sobre o processo de especulação teórica que vem dessas diferentes tradições, e estabelecer as bases mínimas para a pesquisa empírica que permitissem entrar num processo de *Growth Knowledge*.

A questão é que as bases epistemológicas em que Faria procura basear seu acordo eram estranhas ao seu auditório. Bunge era um autor praticamente desconhecido entre os cientistas sociais; além disso, Faria não foi à reunião e seu trabalho foi lido por Elza Berquó, que provavelmente teve dificuldade para responder às questões colocadas pelos participantes.

Adicionalmente, o sucesso da retórica de Aldunate se dava por sua habilidade em organizar um conjunto de críticas que, embora tivessem bases lógicas distintas, pareciam compatíveis com seu discurso. O artigo de Adolfo Aldunate, “Reprodução da População em Dez Cidades da América Latina (um Ensaio de Interpretação Sociológica)”, está dividido em seis partes:

1. A primeira parte é uma crítica de caráter genérico aos modelos de investigação demográfica de inspiração anglo-saxã. O autor situa o crescimento desses estudos na América Latina, demonstra seu caráter ideológico, aponta para as dificuldades de superação desse

caráter e aponta as principais posições políticas em relação a elas, que ele denomina neutralidade técnica que estuda os problemas populacionais sem preocupação com os aspectos sociais. A segunda posição ele considera conciliadora mas sem organicidade: o esquerdismo que rechaçaria por princípios e de forma dogmática toda preocupação com problemas populacionais, por considerá-los comprometidos com interesses imperialistas, e finalmente a esquerda crítica (a posição do autor), que trataria de subordinar os aspectos populacionais aos sociais, e por abordá-los como problemas teóricos consistentes.

2. A segunda parte do trabalho é uma crítica específica às práticas dos estudos de fecundidade nas populações. O autor propõe uma tipologia desses estudos como modelo de crítica e discute o conceito de fecundidade:

“(…) a noção de fecundidade, também a de fertilidade, provém do campo biológico. Foram introduzidas no campo da sociedade via humanização dos termos (...) ao não se produzir uma verdadeira ruptura social, subsiste uma continuidade com o biológico, que permanece mais ou menos implícito entre os significados dos termos. A partir disto, as concomitâncias com as perspectivas funcionalistas aparecem de forma espontânea, já que essas perspectivas constituem os esforços mais sistemáticas para desenvolver as analogias organicistas da sociedade (ALDUNATE, 1982, v. 2, p. 63)”.

Crítica o estudo isolado dos fenômenos demográficos; crítica o descuido com as variáveis independentes e a ênfase colocada nas variáveis dependentes. Crítica a maior importância dada à coleta de dados que à análise. Crítica o enfoque atômico da sociedade. Crítica a debilidade na análise da informação obtida, destacando a debilidade da noção de causalidade e a configuração da análise entre sincronia e diacronia das variáveis. Finalmente, propõe um modelo de investigação alternativo que, por construção da crítica, é antitípico nos pontos listados anteriormente.

3. Propõe os elementos para uma teoria da população. Propõe distinção entre população abstrata e população concreta. O estudo da população abstrata seria dado pela demografia formal. O estudo da população concreta exigiria o estudo da sociedade onde ela existe e por este caminho o autor define o nível de pretensão de sua teoria:

“Como se pode apreciar, é necessário contar com uma teoria da sociedade para desenvolver uma teoria da população. Em outras palavras, é impossível fazer uma teoria explicativa da população sem ter uma teoria da sociedade” (idem, p. 77).

O autor propõe um conceito de reprodução da população distinguindo fecundidade individual de reprodução população / sociedade.

“Por outro lado, o conceito de reprodução, mais exatamente o conceito de processo de reprodução se aplica primitiva e propriamente à sociedade, e secundária e impropriamente, ao indivíduo. O indivíduo não pode reproduzir-se. Através dos indivíduos, é a sociedade que se reproduz (...)” (idem, p. 78).

Por outro, para o autor,

“Reproduzir uma sociedade significa reproduzir o modo de produção dominante e reproduzir as classes sociais, reproduzir as relações de poder entre as classes e reproduzir as características consolidantes” (idem, p. 78).

O autor resume:

“O processo de reprodução da população é um conceito compreendido dentro de um conceito mais geral, que é o de processo de reprodução social, através do conceito mais específico de processo de reprodução dos grupos sociais” (idem, p. 79).

Finalizando esta parte, o autor sugere os distintos tipos de análise e os distintos tipos de investigação, assim haveria os estudos de teoria geral e os estudos históricos; por outro lado, os níveis de análise seriam regional (socioeconômica), grupal (sócio-demográfico) e individual (psicossocial).

4. Na quarta parte, o autor define seus objetivos:

“A investigação que agora tentaremos levar a cabo consta de duas grandes partes; na primeira, o objetivo que nos propomos é a técnica de análise

grupal, agrupando as pesquisas que constituem o PECFAL-urbano (...) Na segunda parte, tentaremos desenvolver as técnicas de análise regional ao comparar os distintos contextos urbanos” (idem, p. 89).

O autor explica os elementos fundamentais de sua análise grupal. Em primeiro lugar, ele se refere à constituição dos grupos; em segundo, tenta explicar o comportamento reprodutivo dos ditos grupos, em terceiro encontram-se aqueles fatores que atuam como instâncias intermediárias no processo explicativo. A partir daí, tudo o que parecia imaginação sociológica segue o caminho tradicional da análise demográfica.

“Para diferenciar os distintos grupos, recorreremos à informação existente sobre as características econômicas da entrevistada (idem, p. 91)”.

“Por conseguinte, nossa decisão consiste em vincular a mulher ao lar e decidir a participação da mulher no lar, a partir das relações de trabalho do marido (...) Posto que os grupos que estabelecemos se bem são distintos entre si, não são suficientemente consistentes para serem definidos em termos de classe social“ (idem, p. 92).

5. Na quinta parte, o autor põe um anexo estatístico onde define os grupos sociais de forma mais tradicional da demografia.

6. Na sexta parte, o autor trata da variável dependente – comportamento reprodutivo.

“Também haveria que assinalar que, por comportamento reprodutivo não deve entender-se somente o número de filhos nascidos vivos. É necessário incluir outros componentes, tais como tipo de união conjugal, a nupcialidade, a história de gravidez com seus resultados, a existência ou não de uma prática de controle familiar, a internalização da idéia de quantidade de filhos desejados – em outras palavras, todas aquelas dimensões diretamente relacionadas ao comportamento reprodutivo, que podem ser consideradas como fazendo parte de uma mesma unidade de comportamento” (idem, p. 150).

Quanto aos indicadores, são os tradicionais da demografia, corrigidos por idade e duração do matrimônio, correções estas que aparentemente foram uma enorme dificuldade para o autor.

Resumindo: ao tentar estabelecer os elementos para uma teoria da população, Aldunate começa por fazer distinção entre população como entidade abstrata, e população como entidade concreta. A partir daí, o autor tenta mostrar que determinados conceitos, como o de fecundidade, estariam ligados a um sentido abstrato de população, enquanto que o conceito de processo de reprodução estaria ligado a um sentido concreto da população (população concretizada através de suas articulações com a sociedade global).

O desenvolvimento desta idéia leva o autor a confessar o que na verdade está subjacente às discussões da primeira reunião: que é necessária uma teoria da sociedade para se desenvolver uma teoria da população. Ou, dito de forma inversa, é impossível ter uma teoria explicativa da reprodução da população sem que ela seja um subconjunto de uma teoria de reprodução da sociedade. Isso significaria explicar, para as sociedades latino-americanas, a reprodução de suas estruturas diferenciadoras básicas (modo de produção dominante), a reprodução dos grupos diferenciados pelos efeitos dessas estruturas (classes sociais), a reprodução das relações que existem entre os grupos (relações de poder entre as classes), para a partir daí explicar como se daria o processo de reprodução da população. Como se pode depreender, a tarefa do grupo seria refazer toda a ciência social.

A partir dessa concepção e baseado nos dados do PECFAL urbano, o autor tenta construir um modelo explicativo para os diferenciais de fecundidade que é pouco diferente da análise tradicional, com o agravante de sua pouca familiaridade com as técnicas e análises demográficas.

O trabalho de Raúl Benitez Zenteno, “Sobrepoblación, Subdesarrollo y Política de Población en Mexico” (ZENTENO, 1982, v. 2, p. 557-596), foi uma das tarefas encomendadas no relatório da primeira reunião. Trata de especificar o que seria uma política de população e como as determinações históricas são essenciais para a compreensão desse problema. Analisando o caso concreto do México, trata de relacionar sua história econômica com os dados de população.

A primeira questão levantada por Benitez é que uma política de população deve corresponder, como atividade do setor público, a um plano de desenvolvimento de longo prazo. Ele mostra como esses planos de desenvolvimento têm-se mostrado, ao longo da história, ineficazes. Examinando os séculos XVII, XVIII e XIX, as diferentes atividades econômicas e sua ocupação dos espaços geográficos mexicanos, Benitez vai mostrando, com dados relativamente precários, a evolução cíclica da população.

Na parte final de seu artigo, o autor trata de discutir o que para ele é um novo projeto de desenvolvimento capitalista no México. A partir de um quadro de investimentos estrangeiros, em duas datas, 1911 e 1968, Benitez mostra a decadência dos investimentos estrangeiros na agricultura, na mineração, no petróleo e sua concentração na indústria manufatureira, mostrando que o setor público reservou para si os investimentos em energia elétrica, comunicação e transportes. Essas mudanças, que para o autor levam a um rápido processo de crescimento econômico, alteram substancialmente a demanda por mão-de-obra e a distribuição regional da população.

Nesse novo quadro de desenvolvimento das forças produtivas, a absorção de mão-de-obra depende em grande parte do dinamismo da indústria, e esta se tem mostrado incapaz de incorporá-la ao um ritmo de crescimento equivalente ao do crescimento demográfico urbano. Por sua vez, a falta de investimentos na agricultura faz com que o desemprego rural passe a ser desemprego urbano em rápida expansão. É a partir desse quadro que Benitez identifica a necessidade de o Estado mexicano definir uma política de população compatível com uma estratégia de desenvolvimento.

A novidade desse trabalho em relação ao grupo é que Benitez é a primeira pessoa a enfrentar claramente a questão da definição de uma política populacional. É também o primeiro que trata em nível nacional a questão da população e do desenvolvimento em forma histórica. Neste sentido, parece que o autor lança um paradigma concorrente para discussão dentro do grupo. Entretanto, assim como são transitórios o insucesso do texto de Faria e o sucesso de Aldunate, as dificuldades de Raúl Benitez Zenteno têm raízes mais profundas. Tratando de um tema que está na base das preocupações de todos os participantes, Benitez não só não apresenta uma posição clara contra o controle de natalidade, como parece ser discretamente favorável a uma política desse tipo.

Esta, no entanto, é uma das questões mais polarizadas na discussão sobre população. O texto de Maria Coleta Oliveira e Neide Patarra, que é uma das bases principais do relatório da primeira reunião, tem como fonte inspiradora o livro de Paul SINGER (1970), *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*, que é a resposta das Ciências Sociais latino-americanas ao livro de COALE e HOOVER (1958), *Population Growth and Economic Development*. Assim, como estratégia de sedução de um auditório, a última coisa que um autor que tratasse do tema população e desenvolvimento poderia fazer era não ter uma posição clara contra os programas de controle da natalidade.

Pensamos que uma das razões que explicam a dificuldade do grupo para construir a sua identidade por afirmação, definindo claramente o objeto de pesquisa, decorria da forte resistência a estudar o tema da fecundidade, cujos resultados poderiam ser manipulados para políticas desse tipo. Além disso, o aparente consenso entre os que defendiam o estudo do processo de reprodução da população, numa perspectiva mais ampla, embutia objetos de pesquisa bastante distintos. Vejamos a seguir três exemplos da diversidade de interesses dentro do grupo.

Primeiro, o texto de Maria Coleta F. A. de Oliveira, “Reprodução: União dos Sexos e Família” (1982, v. 2, p. 495-520), introduz a temática da família no grupo. Para a autora, a tentativa de sugerir uma perspectiva alternativa à teoria funcionalista, para o estudo do comportamento reprodutivo, deve levar em conta que os modelos teóricos de explicação da fecundidade utilizam mais ou menos explicitamente uma concepção de família.

Segundo esse ponto de vista funcionalista, a importância da família reside nas funções que ela desempenha e que são consideradas necessárias à sobrevivência da sociedade. Dessas funções, as mais importantes são reprodução biológica e socialização da criança. A família, reunindo ambas as funções, adquire assim importância estratégica. Para nossos propósitos, a pergunta inicial a ser feita é: “em que medida esta concepção de família auxilia no estudo do comportamento reprodutivo?”.

Se o interesse do grupo é não apenas estudar a fecundidade, mas o processo e os comportamentos que conduzem ou não à reprodução, na medida em que esta se deve à união dos sexos, são as modalidades dessa união – identificando-se ou não com o modelo funcionalista de família – que se deve estudar. A autora, retomando o problema de se

estabelecer um nexu entre o biológico e o social, reinterpreta noções comuns ao estudo da família, como estabilidade e legitimidade. Mostra que o padrão dominante pode não ser alcançado pelo conjunto de indivíduos de uma sociedade, na medida em que o processo produtivo, determinando situações de classe, impõe barreiras para essa realização.

O que chama a atenção no trabalho de Maria Coleta é que, sendo parte de uma dissertação de mestrado – portanto de uma pesquisadora em início de carreira – é um texto intelectualmente maduro, e existe um esforço bem-sucedido de incorporar os principais “achados” de outras tradições de pesquisa que ela critica e aos quais se opõe. Neste sentido, o trabalho apresentado na segunda reunião é também uma inflexão e um passo adiante ao que vinha sendo feito até aqui.

A segunda posição é a de Arakcy Martins Rodrigues, com o texto “Revisão Crítica do Tipo de Explicações sobre o Comportamento Reprodutivo nas Pesquisas de Fecundidade e Proposta de um Modelo Alternativo” (RODRIGUES, 1982, v. 2, p. 255-264), que começa criticando o tipo de explicação implícito e explícito nos estudos da Demografia. Mesmo nos modelos alternativos, ainda que necessária a especificação de uma determinada estrutura socioeconômica, ela não é suficiente para derivar a existência de classes hierarquicamente organizadas, e assim padrões homogêneos de práticas inerentes a cada uma das classes sociais.

A autora filia-se às idéias e trabalhos de Pierre Bourdieu e sua equipe. Daí a sua ênfase no conceito de hábitos de classe (*habitus*) e sua proposta de um paradigma, que é alternativo não só à Sociologia funcionalista, mas também às distintas propostas alternativas que se vinham desenhando no grupo de trabalho e sobre as quais Faria vinha tentando fazer o seu **acordo**.

O trabalho de Maria Helena F. da Trindade Henriques, intitulado “Sugestão de um Marco Teórico para o Estudo da Fecundidade Rural na América Latina”, começa enfatizando a importância da população rural no contexto latino-americano, chamando atenção para a falta de dados e estudos dessa subpopulação. Neste sentido, justifica seu trabalho como um esforço na superação desse problema e a escolha de uma área limitada – o Maranhão – pela disponibilidade de dados.

Começa sua crítica às pesquisas de fecundidade com algumas considerações sobre a hipótese do “limiar”. Essa hipótese diz respeito ao papel do desenvolvimento econômico e social como pano de fundo para transição de uma situação de alta para uma de baixa fecundidade. De acordo com essa hipótese, em um país subdesenvolvido, onde a fecundidade seja inicialmente elevada, melhoras nas condições sociais e econômicas podem ter pouco ou nenhum efeito sobre o nível da fecundidade, até que se atinja um certo patamar. A partir de então, a fecundidade deveria entrar em um descenso decisivo e continuar baixando até estabilizar-se em nível mais baixo. A autora mostra que, apesar do relativo prestígio dessa teoria, as evidências encontradas na sua aplicação aos países da América Latina são muito fracas.

Na segunda parte do trabalho, a autora analisa a abordagem da fecundidade diferencial. Associando-se a Neide Patarra e Maria Coleta Oliveira, repete a crítica dessas autoras à visão funcionalista da sociedade.

Na terceira parte, Henriques define sua visão teórico-metodológica. E neste sentido, explica o que ela entende por abordagem histórico-estrutural. A partir daí, a autora situa seu campo empírico de trabalho no estado do Maranhão. Primeiro, tentando definir as raízes históricas da configuração do estado, utilizando para isso a visão de Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*. Para definir a atual realidade geoeconômica, a autora se vale da classificação de Manoel Corrêa de Andrade, em *Geografia Econômica do Nordeste*. E finalmente tenta estabelecer algumas hipóteses explicativas gerais para a dinâmica populacional. O trabalho não apresenta nenhuma novidade sobre o que tem sido discutido até agora pelo grupo, não está contemplado no relatório da segunda reunião como uma das linhas de pesquisa a serem desenvolvidas, mas será apresentado na terceira reunião, com resultados semelhantes.

CAPÍTULO 3: Terceira Reunião – Uma Mudança de Tom

A terceira reunião do grupo de trabalho sobre o processo de reprodução da população se realizou na sede do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), entre 23 e 27 de setembro de 1974. Contou com a participação de 30 pesquisadores de dez centros da América Latina. A agenda proposta e aprovada foi elaborada com base nos trabalhos enviados e, seguindo a regra de conciliação acordada já na segunda reunião, dividiu o espaço entre a chamada demografia formal e a discussão dos novos marcos teóricos.

Com esse acordo, as atividades do grupo foram divididas em dois subgrupos: o grupo dominante, dedicado à análise dos modelos explicativos sobre o processo de reprodução da população onde foram apresentados os seguintes trabalhos:

- Carlos Welti Chanes – Algunas consideraciones teóricas para el estudio de la población en América Latina;
- Maria Helena T. Henriques – A framework to study rural fertility in Latin America;
- Eric Weiss-Altaner – Aspectos económicos de una teoría de fecundidad;
- Paul Singer – Leis de população e pesquisa de fertilidade;
- Paul Singer – Comportamento reprodutivo e estrutura de classe;
- Maria Coleta de Oliveira – Notas sobre união dos sexos e família: tipos e fundamentos de legitimidade;
- Adolfo Aldunate – Estudio de unidades familiares a partir de las encuestas comparativas de fecundidad;
- Arakcy Rodrigues – Um modelo teórico.

O segundo grupo – cujos trabalhos, quando publicados, o foram no volume três – se dedicou à avaliação da metodologia quantitativa, e foi formado pelos seguintes trabalhos:

- Edith Pantelides – Inventario y algunos indicios sobre la calidad de los datos disponibles para el estudio de la fecundidad en la Argentina 1960-1974;
- Zulma Camisa – El estudio de la fecundidad a partir de los datos de una encuesta demográfica de visitas repetidas;
- Julieta Quilodrán – Algunas características de la fecundidad rural en México (datos de la encuesta de fecundidad rural);
- César Torrealba – El proceso de adopción de métodos anticonceptivos: análisis de algunas determinantes estructurales en sectores rurales y semirurales de cuatro países latinoamericanos;
- Cecilia Rabell – Análisis de algunos índices de fecundidad en México (encuestas de fecundidad urbana 1964);
- Johanna De Jong – El problema básico del análisis comparativo;
- Elza Berquó e Rubens M. Marques – Considerações sobre modelos causais.

Além disso, foi definida uma atividade conjunta para os dois subgrupos: a discussão do trabalho “La división social del trabajo: um ejemplo de estudio empírico. Chile 1970”, de Juan M. C. Emilio, Arturo Leon e Susana Torrado.

No bojo do sucesso da retórica de Aldunate, durante a segunda reunião, que havia sido realizada na sede da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO), em Santiago do Chile, esse grupo de pesquisadores havia apresentado uma versão preliminar do trabalho. Companheiros de trabalho do que parecia ser a liderança intelectual do grupo, a eles foi destinado o espaço nobre da terceira reunião.

Para comentar esse trabalho, desta vez não foi escolhido um conciliador como Vilmar Faria. A tarefa foi encomendada ao filósofo José Arthur Giannotti, que sem dar muita atenção à parte empírica do trabalho, simplesmente o arrasou do ponto de vista teórico.

“La crítica se limita exclusivamente a la parte teórica del trabajo. Tomando la perspectiva de la sociología clásica, que define una relación social en la base exclusiva de una relación hombre a hombre, sin

considerar la mediación de las cosas, los cuatro autores llegan a una definición de las relaciones sociales de producción en la que apenas toman en cuenta la distribución de los agentes sociales en una matriz determinada por la práctica social, matriz que nada más es el viejo concepto de organización social. Esto los lleva a no considerar el papel de la propiedad en cuanto la expresión de relaciones de distribución que a su vez no son nada más que uno de los aspectos de las relaciones sociales de producción. En consecuencia, en lugar de una determinación recíproca de las fuerzas productivas y de las relaciones sociales de producción, los autores defienden una decisión en un único sentido, fortaleciendo estas últimas los marcos donde las primeras se encuentran. En el fondo existe una visión muy estrecha de la noción de trabajo en la que hasta las actividades recreativas pueden ser englobadas. De ahí la tentativa frustrada de distinguir relaciones sociales determinadas, pues perdieron de vista al propio sentido de la determinación dialéctica” (GIANNOTTI, 1982, v. 2, p. 812).

O trabalho não foi publicado; não foi nem mesmo resumido. Uma possível hegemonia da FLACSO estava liquidada. Aldunate, cujo prestígio já não era tão grande depois da segunda reunião, onde sua retórica teve que ser confrontada com sua própria análise empírica dos dados do PECFAL, apresentou outro trabalho, “Estudios de Unidades Familiares a Partir das Pesquisas Comparativas de Fecundidade” (1982, v. 2, p. 359-494). O trabalho está constituído de três partes.

Na primeira parte, “Natureza e Sociedade”, Aldunate trata de três temas amplos. O primeiro, natureza e cultura, em que o artigo está baseado no texto de Lévi-Strauss (“As Estruturas Elementares de Parentesco”), onde o autor, para isolar os elementos naturais dos culturais, propôs como critério a particularidade e a universalidade. Assim, tudo o que é universal corresponde à natureza, enquanto que o cultural apresenta os atributos de relativo e particular próprios das normas dos distintos grupos sociais. O segundo, acumulação biológica e herança, está baseado num livro do zoólogo inglês, Desmond Morris, *O Macaco Nu*, onde o autor tratava o homem como espécie animal. O terceiro, acumulação histórica e estruturas

sociais, tem por base o livro *Marxismo e Sociedades Primitivas*, de Manoel Terray, em que o autor desenvolveu a idéia de equivalência estrutural entre as noções de parentesco e classes sociais.

A segunda parte, “Acumulação Histórica e Sistemas Familiares”, está dividida em quatro temas mais específicos. O primeiro, sociedade primitiva e sistemas de parentesco, onde Aldunate desenvolveu a idéia da família como organização básica da sociedade. No segundo, o Estado e a família, Aldunate desenvolveu a idéia de que a emergência do Estado significou a negação da primeira identificação entre sociedade e família. O terceiro, ideologia e família, o autor se baseou no livro *Origens e Fundamentos do Cristianismo*, de Karl Kaustski, uma análise das condições políticas e sociais em que emergem tanto o Cristianismo quanto o Judaísmo. E o quarto, desenvolvimento econômico e família, o autor se baseou no livro *Teoria do Desenvolvimento do Capitalismo*, de Paul Sweezy, que constrói seu argumento da perda da importância da família como instituição econômica. Na terceira parte do trabalho o autor trata de construir uma tipologia das unidades familiares aplicável aos países da América Latina.

Resumindo, Aldunate justificava a elaboração de um ensaio sobre a evolução da família ante a impossibilidade de encontrar na teoria marxista meios para vincular os conceitos básicos dessa teoria e a reprodução humana. Sustentando que não existiria uma teoria marxista de população propriamente dita e, por outro lado, aceitando que a vinculação entre modos de produção e reprodução da população se dá através da força de trabalho, ele trata de estabelecer as relações entre força de trabalho e reprodução.

Assim, a família seria a mediação entre isso e o comportamento reprodutivo. Por outro lado, Aldunate buscava também uma forma de vinculação entre os processos biológicos e sociais. Para tal propunha uma articulação entre dois sistemas de acumulação: o filogenético, relativamente estável, onde apenas se acumula a experiência da espécie, e o histórico, capaz de acumular a experiência individual.

A partir disso, vinculava os momentos específicos na evolução histórica, inicialmente com sistemas de parentesco e relações múltiplas, até a configuração da família no modo de produção capitalista. Neste ponto, passou a considerar a existência dos diferentes tipos de família definidos a partir da forma de inserção na força de trabalho, considerando como elementos importantes a qualificação, o modo de produção e a inserção no processo produtivo.

Quando finalmente aplicou sua tipologia aos dados empíricos, teve que fazer vários ajustes, pois os dados, como sempre, não eram suficientes. O encanto da retórica de Aldunate, diante do auditório, estava quebrado. Os comentários foram impiedosos. Referiam-se, em primeiro lugar, à desarticulação entre as considerações teóricas e a tipologia estabelecida. Neste caso foi assinalado que não ficava claro o papel das classes sociais, e que o autor parecia (primeiro pecado capital) poder prescindir dessa categoria. Por outro lado, se a união dos processos biológicos e sociais se dava dentro da família, então esta seria uma categoria universal (segundo pecado capital), portanto independente do modo de produção.

A terceira reunião traria ainda outro percalço retórico, o de Aracky Martins Rodrigues, com o trabalho “Um modelo teórico” (RODRIGUES, 1982, v. 2, p. 265-274). A autora iniciou seu trabalho definindo, do seu ponto de vista, o que é consenso no grupo. Segundo ela, o que parecia definido era a proposição marxista de que cada população determina seu modo de produção. O segundo consenso era que, para explicações, no nível da infra-estrutura, deveriam ser adotadas investigações no nível da superestrutura (valores, ideologias, etc.), que mediarão a relação entre infra-estrutura e o comportamento efetivo dos indivíduos que compõem os grupos sociais.

A autora coloca seu trabalho nessa segunda etapa do processo de pesquisa, privilegiando uma dimensão, que seria descobrir o processo pelo qual as estruturas objetivas são interiorizadas e como se dá a exteriorização dessa interioridade. A autora trouxe de volta para o grupo Pierre Bourdieu e o seu conceito de *habitus*. É na última parte do trabalho que a autora relacionou as principais tradições da sociologia – Marx, Weber, Durkheim – na tentativa de definir as vinculações teóricas entre Bourdieu e a tradição sociológica, dando legitimidade ao modelo.

A estratégia, retoricamente correta, esbarrou na discussão da compatibilidade entre o que ela propõe e o paradigma marxista defendido pela maioria do grupo. Ao definir as estratégias de pesquisa como incompatíveis, Rodrigues eliminou as possibilidades de sucesso de suas idéias. Nada poderia ser incompatível com o marxismo, pois qualquer teoria de reprodução da população tem que ser subsumida dentro de uma teoria de reprodução da sociedade como um todo, e esta já estava definida.

Algum tempo depois, Maria Andréa Loyola iria apresentar uma solução, e o modelo de Bourdieu por suas mãos seria um sucesso. Nessa reunião, Paul Singer apresentou dois trabalhos do que poderíamos chamar de “marxismo puro-sangue”: “Leis de população e pesquisa de fecundidade” e “Comportamento reprodutivo e estrutura de classe”.

No primeiro trabalho (SINGER, 1982, v. 2, p. 234-243), para o autor, o problema da reprodução da população constitui dois aspectos de uma mesma realidade, na medida em que o tamanho da população está sempre referido a uma determinada área geográfica e a sua reprodução está sujeita a leis de caráter biológico e social. Colocou-se portanto, desde o início, a questão da relação entre a legalidade biológica e a realidade social.

O nascimento e a morte, sendo fatos biológicos, no caso dos seres humanos são também fatos sociais. O nascimento depende da organização familiar; a morte depende das condições de vida. Existe ainda um outro fator que altera o tamanho da população em determinado território: as migrações. Desta forma, cada conjunto populacional, integrado em uma estrutura social, estaria sujeito a uma série de fatos biológicos e sociais.

A hipótese do autor para nortear esta fase da investigação foi associar a cada conjunto populacional uma estrutura social em que se definia um dado modo de produção. Assim, cada conjunto populacional teria um modo de se reproduzir enquanto sociedade, que necessariamente apresentaria um modo correspondente enquanto população.

Na segunda parte do trabalho, Singer tratou de explicitar o significado histórico das leis de população. A partir da teoria marxista, o autor tratou de questões como população necessária e população excedente. E chamou a atenção para a importância das variáveis fecundidade e migração, para definição do tamanho da população, uma vez que a variável mortalidade tem uma variabilidade muito pequena. Finalmente, ele enfatizou que o alcance crítico da pesquisa está diretamente ligado ao espaço geográfico de definição dela. Para ele, o país é a unidade mínima significativa para se pensar uma lei de população.

No segundo trabalho, “Comportamento reprodutivo e estrutura de classe” (SINGER, 1982, v. 2, p. 343-357), o autor tratou de estabelecer em linhas gerais a relação entre classe social e comportamento reprodutivo, introduzindo a família como unidade de análise. Para ele, numa sociedade capitalista existem dois tipos “puros” de família: a burguesa e a proletária.

A família burguesa, na qual estão sediados os meios de produção, se dividiria em dois tipos: a empresária e a *rentista*. A família empresária tem dois tipos de problema no seu processo de reprodução: um primeiro é o descompasso entre a reprodução da família e a reprodução da empresa (da família em direção à empresa, pela falta de herdeiros viáveis na direção da mesma); ou um segundo, pelas limitações de mercado, que impedem a empresa de crescer, implicariam um comportamento reprodutivo da família, impedindo a família de crescer. As famílias *rentistas* teriam uma tendência, a longo prazo, de se empobrecerem, devido à tributação e divisão da herança no decorrer do tempo. A consequência disso é que esses dois tipos de família burguesa tenderiam a desaparecer num largo prazo: no caso da família empresária, na medida em que o crescimento de suas empresas impunha que a administração fosse feita por profissionais, ou que o crescimento da família entravasse a capacidade da empresa de sustentá-la; no caso da família *rentista*, pelo descompasso entre seu crescimento e a riqueza.

Assim, para Paul Singer, na moderna sociedade capitalista, no pólo do poder, a família que tende a se desenvolver é a família gerencial, em que seus membros são administradores profissionais do capital.

Do outro lado da sociedade estaria a família proletária. É fundamental, para a análise da fecundidade, o estudo de seu ciclo vital. O dilema quantidade-qualidade dos filhos seria dado por uma série de fatores, como: participação da mulher na força de trabalho, solidariedade dos filhos mais velhos com relação aos filhos mais novos, tempo durante o qual os filhos mais velhos contribuem para a receita da família e espaçamento entre o número de filhos. Por outro lado, as condições microeconômicas de reprodução da família proletária teriam que ser contextualizadas pelas condições macroeconômicas da dinâmica capitalista da sociedade estudada. Numa sociedade de menor desenvolvimento das forças produtivas, as famílias proletárias teriam menor vantagem na qualificação de sua força de trabalho e assim a opção poderia ser por uma maior quantidade de filhos, em detrimento da qualidade. Numa sociedade onde o nível das forças produtivas é mais desenvolvido, a demanda por qualificação da força de trabalho é também maior. Desta forma poderia ser mais vantajoso para a família proletária investir na qualificação de seus membros, trocando assim quantidade por qualidade.

Outro trabalho na linha retórica de Singer foi o do economista mexicano Carlos Welti (CHANES, 1982, v. 2, p. 245-254), “Algunas Consideraciones Teóricas para el Estudio de la Población en América Latina”. Para o autor, o esforço de explicar a dinâmica da população nos países latino-americanos, apesar de todo o trabalho realizado, é insuficiente porque o instrumental teórico utilizado estaria ligado a uma dinâmica demográfica que teria acontecido em espaço e tempo históricos muito distintos. Partindo também da teoria marxista, o autor chamou a atenção para a necessidade de se definir, no contexto latino-americano, como se articulam os modos de produção. Para ele, a questão central era o duplo movimento explicativo que teria que haver entre reprodução da população e reprodução social. Desta forma, havia duas direções em que o modelo explicativo teria que ser construído.

Por um lado, a dinâmica da reprodução social explicaria a dinâmica demográfica. Por outro lado, seria importante conhecer qual o efeito da dinâmica demográfica sobre o processo de reprodução social. O ponto original, até aqui, é que o autor colocou a população como variável independente, na antiga tradição de Malthus, sem assumir uma posição malthusiana. Isto, porém, não lhe garantiu sucesso: o grupo considerou que as questões centrais por ele apresentadas já haviam sido suficientemente discutidas em outros trabalhos. Apesar disso, o trabalho foi publicado.

Outro economista mexicano, Eric R. Weiss-Altaner (WEISS-ALTANER, 1982, v. 2, p. 321-342), apresentou uma versão mais clássica de “Aspectos económicos de una teoría de fecundidad”. Pretendia contribuir para uma teoria da população, compatibilizando a microeconomia neoclássica num contexto macroeconômico, para explicar os diferenciais do número de filhos por mulher no seu espaçamento e sua qualidade. Para ele, a semelhança entre a produção de bens e a criação de pessoas era que ambos são processos de produção. Na criação de pessoas, o produto de trabalho é uma criança, com uma certa qualidade, escolaridade, nutrição, consumo, saúde, etc. O autor considerou a unidade de produção desse “bem” a família.

A partir disso, tentou pensar um esquema explicativo do comportamento da família quanto ao número, espaçamento e qualidade dos filhos. Dividiu os fatores que explicariam comportamentos diferenciais em família em dois grupos: fatores diretos e fatores indiretos. Entre os fatores diretos, estariam a demanda por crianças (determinada pela renda esperada

pela família, o custo relativo de uma criança, ordem de nascimento e qualidade determinadas, e a referência da família entre criança e outro bem qualquer); disponibilidade natural (determinada pela fecundidade natural dos pais biológicos e probabilidade de sobrevivência das crianças desde o nascimento até a idade adulta); uso de meios reguladores da fecundidade (determinado pelo custo e pela preferência). Esses fatores diretos são a função microeconômica do consumidor. O fator indireto seria o contexto macroeconômico onde esses consumidores se inserem. Depende do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, posição dessa sociedade no contexto internacional, das formas de legalidade política e da posição relativa do indivíduo nessa sociedade. O autor tentou fazer no interior da teoria econômica o que Maria Coleta F. A. Oliveira fez na teoria sociológica, na reunião anterior.

Mas isso não lhe garantiu sucesso; o grupo considerou que havia incompatibilidade lógica entre uma teoria microeconômica da fecundidade e uma perspectiva teórica macroestrutural, definida como um esquema de modos de produção. Assim, mesmo considerando que o autor apontava para a importante questão dos fatores psicológicos no processo de reprodução da população, havia consenso de que este era um caminho infrutífero.

De todos os trabalhos apresentados nessa terceira reunião, a linha de pesquisa que iria ter continuidade maior foi a proposta por Maria Coleta F. A. Oliveira, já na segunda reunião, sobre a necessidade de se aprofundar os estudos da família. Com o texto “Notas sobre a União dos Sexos e Família: tipos e fundamentos de legitimidade” (OLIVEIRA, 1982, v. 2, p. 275-290). A autora encaminhou um ponto de vista que sugeria uma linha de investigação. Chamou atenção para que, nos estudos de fecundidade tradicionais, a sociologia, para reter aspectos sociais do fenômeno, superpunha esse aspecto a outros de caráter biológico. Assim o fenômeno não era redefinido sociologicamente, permanecendo com as mesmas feições do fenômeno biológico. A família é uma unidade significativa, com contexto ou esfera da organização social, na qual a análise dos comportamentos e atitudes de seus membros adquire significado, ao mesmo tempo como processo biológico e social.

Na sociologia da fecundidade, de DAVIS e BLAKE (1967), a família é uma justificativa prática e teórica. E por uma questão de racionalidade da pesquisa, a sociologia deve ocupar-se daquelas uniões nas quais a reprodução se dá normalmente, que seriam uniões nas quais é legítimo o nascimento de uma criança. Essa visão, de privilegiar a norma

estatística, por ser a principal responsável quantitativa e pela reprodução da população, implica alguns problemas de ordem metodológica.

Existem dois tipos de investigação empírica apoiados na concepção funcional e institucional: a família, nos estudos de comunidade, e os estudos sobre estabilidade e instabilidade da família. Nos estudos de comunidade, a família aparece como uma dentre as muitas esferas da vida social. A inter-relação entre essas esferas é freqüentemente proposta, mas raramente explorada com propósitos explicativos. Assim, resulta desses estudos um rico acúmulo de observações empíricas sobre a economia, aspectos da organização social e cultural, tomados isoladamente. Uma segunda linha de preocupação empírica é aquela do tema da instabilidade da família. A análise da família nesses fatores organiza-se em torno da dicotomia instabilidade/estabilidade, procurando identificar seus fatores empíricos. Essa dicotomização implica assumir a perspectiva do padrão social definido, perdendo muitas vezes a possibilidade de reconstrução do padrão de situações instáveis.

A partir da riqueza e das limitações do ponto de vista institucional-funcional no estudo da família, a autora tratou de ver que aspectos poderiam ser incorporados à sua própria perspectiva do estudo da reprodução humana. A avaliação da possibilidade dessa incorporação se dá em função de três aspectos. Em primeiro lugar, a necessidade de utilizar uma perspectiva dinâmica da família, isto é, considerá-la como produto de uma relação, dentro de uma gama de combinações possíveis, a partir da união dos sexos. Em segundo lugar, pensar que essas alternativas se definam como possibilidade, em função das situações concretas de vidas dos indivíduos. O terceiro aspecto trata das representações ideológico-simbólicas, que a autora separou da análise de motivações individuais ou da auto-avaliação em função do padrão ideal. A partir de Parsons e de seus quatro processos de análise de sistemas sociais – objetivo perseguido, adaptação e manutenção de padrões e integração –, a autora identificou as funções da família como instituição: a manutenção de padrões e as funções integrativas. A manutenção de padrões refere-se à educação da prole; as funções integrativas referem-se à implicação e consequência dos vínculos de responsabilidade e consangüinidade que se formalizam pela realização do casamento.

A autora definiu quatro questões para orientar a investigação: 1 – como se redefine o processo de formação das uniões, a partir das condições de existência?; 2 – diferentes tipos de

relações familiares têm origem a partir de diferentes modalidades de arranjos sexuais?; 3 – os agentes sociais se percebem a si mesmo e às relações que mantêm com outros, no que se refere à situação conjugal?; 4 – a representação dos agentes tem algo a ver com o padrão de legitimidade institucionalmente definido?

A autora considerou que esses aspectos permitem ir além dos clássicos diferenciais de fecundidade, incluindo os padrões de nupcialidade como um diferencial importante. Partiu da idéia de que a ação humana é uma ação estruturada e significativa, e desta suposição básica derivam seus critérios de reconstrução sociológica da sociedade. Trata de ver como os agentes incorporam subjetivamente suas condições objetivas, o que inclui também a sua situação familiar e conjugal. Isso implica que, na medida em que a análise deve ultrapassar a consciência dos agentes, a autora privilegia metodologicamente as situações ou comportamentos atípicos, recurso que lhe permitiria lançar luz sobre os fundamentos sociais das normas institucionais, explicando ao mesmo tempo o conformismo e o não-conformismo com essas normas.

CAPÍTULO 4: Quarta Reunião – O Início da Hegemonia do CEBRAP

A quarta reunião do Grupo de Trabalho sobre o Processo de Reprodução da População se realizou entre 23 e 29 de julho de 1975, na Universidad San Nicolas de Hidalgo, em Morelia no México. A intenção da coordenação era propiciar um maior contato entre os professores e pesquisadores de fora dos grandes centros urbanos e assim descentralizar as atividades científicas do grupo.

Esta quarta reunião marca algumas mudanças no Grupo de Trabalho. Em primeiro lugar, porque pela primeira vez se faz um balanço das atividades do grupo até então que, posteriormente, e agregando os resultados da quarta reunião, vai resultar num extenso trabalho de Lilian Montali e Neide Lopes Patarra, que vai ser publicado em 1978 como introdução do volume dois da série.

Nesta época, a quinta reunião (que marca claramente a hegemonia do CEBRAP dentro do grupo) já ocorrera, e Elza Berquó havia passado a coordenação técnica a Neide Patarra. O volume dois traz os trabalhos selecionados das segunda terceira e quarta reuniões, e a análise feita pelas duas autoras é bastante cuidadosa e criteriosa, procurando dar igual importância a todos os trabalhos selecionados independentemente de sua linha de pesquisa. Há uma única e importante exceção, o trabalho de Vilmar Faria, encomendado por Elza Berquó, para contrabalançar a retórica de Aldunate.

Uma outra questão importante é que os primeiros informes da pesquisa do CEBRAP são apresentados e passam a assumir um caráter central na discussão do grupo. Neste sentido são apresentados três trabalhos sobre uma das áreas de pesquisa selecionadas: São José dos Campos. O trabalho de Bolivar Lamounier, que veremos adiante, é, no nosso entendimento, uma importante contribuição no sentido de entender as principais questões teóricas envolvidas no estudo, talvez mais do que um estudo sobre São José dos Campos, como são os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Aldunate. A reunião apresenta ainda dois artigos sobre o tema da família e um artigo na linha do marxismo “puro sangue”, do argentino Angel Fucaraccio e do cubano Fernando Gonzáles.

“Estudo da Reprodução: Anotações Críticas Sobre sua Evolução e Encaminhamento de Propostas Alternativas”, de Lilia Montalli e Neide Patarra (MONTALLI e PATARRA, 1982, v. 2, p. 4-42), começa com as duas autoras definindo os três aspectos ou “momentos” do grupo, que servirão de eixos analíticos ao *paper*: o momento da crítica, o momento das propostas alternativas e o momento dos estudos de situações concretas. No primeiro momento se define o acordo mínimo: “situar a temática em questão numa perspectiva mais globalizante, inserida num contexto histórico determinado” (idem, p. 7).

Num segundo momento, se constata a generalidade da crítica e o ponto onde ela se concentra, no nosso modo de ver, em dilemas que são gerais às ciências sociais.

No terceiro momento se define a identidade do grupo.

“Avanço no sentido de configurar-se as especificidades desse grupo de trabalho e as necessárias vinculações com as atividades de outros grupos de trabalho da Comissão de População e Desenvolvimento” (idem, p. 8).

Ou seja, temos um balanço dos quatro anos de existência do grupo.

No primeiro momento, as autoras situam a crítica em dois aspectos: uma crítica ideológica, que contrapõe à teoria da modernização uma abordagem histórico-estrutural. A teoria da modernização elaborada nos países centrais levaria a uma concepção de sociedade onde as etapas históricas se repetiriam, e dado que essa repetição se dá como processo acelerado, deveria ser feito algum tipo de intervenção nos níveis de crescimento populacional. Neste sentido, as pesquisas de fecundidade eram orientadas para dar resposta a essas necessidades de intervenção. Desta concepção ideológica se deduz o segundo aspecto da crítica, uma fragilidade teórica no enfrentamento do tema. Assim, por contraposição, se definia a identidade do grupo, por ter como objetivos gerais: “pensar nas vinculações entre processo histórico-estrutural, grupos sociais, unidade familiar e indivíduo” (idem, 1982, v. 2, p. 10).

Mas mesmo com essa identidade formalmente resolvida, as autoras reconhecem uma certa permanência da ambigüidade:

“(...) ambigüidade essa que persiste até o momento presente. Enquanto em seus objetivos gerais caracterizados no nome adotado, a referência

seja em duas palavras sociedade e população, as propostas concretas de encaminhamento não fazem referência à incorporação das migrações... tampouco o estudo da mortalidade” (idem, p. 10-11).

A parte do texto que trata do momento das propostas alternativas é onde se desenvolve a maior parte das idéias e está dividido em três partes: considerações gerais sobre população e sociedade, população e capital, e reprodução e sociedade.

Na parte referente às considerações gerais, para as autoras, a questão central é a posição de Aldunate e seu conceito de população concreta *versus* população abstrata. No entanto, as autoras mostram um certo desconforto com a falta de estudos na direção população desenvolvimento econômico social (ou seja, a inversão da causalidade). Note-se, no entanto, que o texto de Raul Benitez, na segunda reunião, tinha sido no sentido de preencher esta lacuna. Assim, o que parece existir é uma forte restrição ideológica a se tratar a população como variável independente, associando esse tratamento ao malthusianismo, sempre que o texto não seja explicitamente favorável ao crescimento populacional, como é o caso do livro de Singer. Neste sentido, a ambigüidade tem origem mais na esfera psicológica do que na esfera da lógica.

Na parte referente a população e capital, as autoras comentam três textos, o de González e Fucaraccio, “Notas para uma discusión acerca de la ley de Población em Marx”, apresentado na quarta reunião, e dois textos apresentados na reunião anterior, o de Singer, “Leis de População e Pesquisa de fertilidade”, e o de Welti, “Algunas consideraciones teóricas para el estudio de la población em América Latina”. Esses trabalhos, principalmente o último, quando de suas apresentações, foram duramente criticados como mecanicistas. As autoras, no entanto, suavizam bastante a crítica:

“Muito embora enriquecedora a contribuição para o estudo desta problemática... permitiu que se resvalasse em alguns momentos para uma análise um tanto mecanicista do tema” (idem, 1982, v. 2, p. 15).

Mais adiante ressaltam o que parecia ser o lado extremamente positivo desta abordagem:

“Fica claro que a abordagem que associa a reprodução do capital e a reprodução da população... volta-se para o estudo da dinâmica da sociedade, nela buscando os elementos explicativos da dinâmica da população. Deve ser notado que...essa abordagem leva em conta tanto a mortalidade, como a natalidade, e como a migração...” (idem, p. 17).

Aí talvez uma explicação parcial para a simpatia pela abordagem tão duramente criticada anteriormente, mecanicista ou não, esses autores guardavam uma certa coerência com a identidade do grupo definida na primeira reunião.

A parte final do texto, no item “Problemas e Perspectivas”, centra-se na dúvida das autoras sobre o objeto de estudo do Grupo de Trabalho, ou seja, seria este objeto o processo reprodutivo ou o comportamento reprodutivo? Sendo o processo reprodutivo, isto implicaria estudar os três componentes da dinâmica populacional (fecundidade, mortalidade e migração) inter-relacionados. O que se tem, no entanto, dentro do grupo, tanto no caso da pesquisa do CEBRAP, quanto no caso da pesquisa nacional no México, é um estudo de fecundidade, ou seja, o estudo do comportamento reprodutivo.

Para as autoras isto reflete uma dúvida: são dois objetivos distintos ou é o mesmo objetivo em dois níveis de análise? A partir daí são levantadas diversas questões, que no nosso modo de ver são questões em aberto nas ciências sociais e decorrem de uma epistemologia implícita que tem raízes no positivismo lógico, passa por Popper e desemboca no que vai posteriormente ser chamado *growth knowledge*.

Esta epistemologia, que na versão de Khun exerceu certo fascínio sobre algumas correntes das ciências sociais, tem-se mostrado através dos tempos absolutamente inadequada para tratar de ramos do conhecimento que não sejam os das ciências da natureza.

O segundo texto mais importante dessa reunião é “Industrialização, Imigração e Comportamento Reprodutivo”, de Bolívar Lamounier (LAMOUNIER, 1982, v. 2, p. 657-724). O autor começa por explicitar suas orientações teóricas diferenciando os modelos causais dos modelos contextuais. Neste ponto, trata-se de estabelecer as semelhanças e diferenças entre o estudo do CEBRAP e os estudos tradicionais de fecundidade. No enfoque

tradicional, trata-se de “explicar o comportamento reprodutivo a partir de atributos individuais”. O estudo do CEBRAP, ao contrário,

“explicava através de determinantes estruturais... enquanto que no enfoque tradicional se preocupava por descobrir as redes causais formadas por variáveis observadas em nível individual, a perspectiva adotada no CEBRAP põe ênfase na singularidade e interdependência dos fatores que definem a situação em cada uma das regiões estudadas. Aos estudos tradicionais de fecundidade o autor dá o nome de modelos causais; ao estudo do CEBRAP, de modelos contextuais (LAMOUNIER, 1982, v. 2, p. 663).

Para o autor, no entanto:

“É óbvio que a superioridade da alternativa contextual deverá ser provada em nível empírico. Deverá demonstrar, por um lado, que é capaz de incorporar as regularidades empíricas já estabelecidas nas investigações convencionais e, por outro, de reinterpretá-las, mostrar suas limitações e sugerir novas hipóteses. Ou seja, uma efetiva superação do tratamento convencional, objeto de intensa crítica nos últimos anos, não exige senão que, pelo contrário, exige a elaboração de novos paradigmas, adequados à análise empírica. Este trabalho é uma contribuição nesse sentido, pois busca examinar especificamente o problema das mediações institucionais e sócio-psicológicas.

Obviamente, nenhuma perspectiva teórica que se considere válida sustenta que as determinações sobre o comportamento reprodutivo se exerçam de forma mecânica e imediata. Reconhece-se a existência de uma complexa rede de mediações. Desde esse ponto de vista, não diferem esses modelos aqui chamados de causais e contextuais” (idem, p. 663-664).

A diferença se expressa em que a análise causal supõe que os fenômenos estudados têm igual significado, independentemente da diversidade das situações sociais concretas.

Enquanto que, para análise contextual, é importante explicar a diversidade das situações sociais concretas e de seus significados em função das distintas situações que ocorrem.

Quando trata da teoria da modernização, o autor constrói, no nosso modo de ver, a melhor crítica feita no grupo. Isto se dá, em parte, porque ele escolhe um texto de melhor qualidade teórica, e em parte porque ele explora as implicações lógicas dos “achados” sem rejeitar *a priori* o paradigma.

Utilizando o texto de Rosen, Bernard e Simmons, *Industrialization, Family and Fertility: a structural-psicological analysis of the Brazilian case*, Lamounier considera que os autores usam um desenho bastante adequado: o de estudar uma amostra de mulheres comprovadamente férteis em cinco localidades, das quais duas são minúsculas comunidades rurais; outra, uma cidade de tipo comercial-administrativo, com cerca de 25 mil habitantes; a quarta, de iguais proporções, mas acentuadamente industrial, e a própria São Paulo, megalópolis urbano-industrial. Os autores concluem que a industrialização, e não o tamanho das cidades, é o fator que conduz à diminuição da fecundidade. Nessa proposição geral, sobretudo em sua construção conceitual e empírica, expressa de modo inequívoco os objetivos de conhecimento da chamada “teoria da modernização”.

Lamounier introduz aqui uma nova dimensão à crítica dessa teoria, no nosso modo de ver mais aguda e lúcida do que a que tinha sido feita até então dentro do grupo de trabalho.

“É comum a caracterização dessa corrente teórica como psicologista, no sentido de que postula para os fatores psicológicos, no caso atitudes e normas relativas à reprodução, um papel autônomo e determinante. Essa caracterização é errada, e pouco específica, pois com igual ou maior exatidão se poderia qualificar a perspectiva de Rosen e Simmons de economicista” (LAMOUNIER, 1982, v. 2, p. 665).

E segue adiante:

“Não se trata de questionar *a priori* e sim de observar que não se trata de psicologismo, trata-se, ao contrário, de um enfoque em que as mediações sócio-psicológicas consideradas relevantes se definem de antemão, como aquelas associadas direta e estreitamente à industrialização e em geral à

infra-estrutura econômica... as mediações são pré-definidas a partir de um critério de sentido comum, em vez de serem investigadas” (idem, 1982, v. 2, p. 666).

Assim, a perspectiva de Rosen e Simmons, segundo Bolivar, tem dois problemas: o primeiro é a linearização dos fatores estruturais incorporados à análise, que dessa forma perdem qualquer eventual qualidade de descontinuidade e heterogeneidade. O segundo é a visão pela qual o passo do tradicional ao moderno, do não-industrial ao industrial, é necessariamente um progresso, uma ampliação de horizonte e um enriquecimento da vida individual e coletiva. Quase ao final da primeira parte do artigo, no item “Classe Social , Família e Comportamento Reprodutivo”, o autor faz uma crítica contundente ao trabalho de Paul Singer apresentado na terceira reunião.

“(...) o *paper* de Paul Singer não é propriamente um sistema de hipóteses, é antes uma orientação geral, no sentido dado a essa expressão por Merton... enquanto uma orientação geral, no sentido antes definido, a contribuição de Paul Singer é pobre, visto que apenas reitera hipóteses clássicas sobre as relações entre família e classe social. Interpretada mais rigorosamente, esta contribuição não se distingue das orientações contemporâneas que pretendem construir uma microeconomia da fecundidade... Assim, em sua atual etapa de desenvolvimento, o paradigma oferecido por Paul Singer resulta compatível com o economicismo estrito, um economicismo de efeitos indiretos, análogo ao detectado no modelo de Rosen e Simmons” (LAMOUNIER, 1982, v. 2, p. 670-671).

E mais adiante:

“(...) ficaria por examinar o modelo de Paul Singer como modelo esquemático de situações empíricas, a principal dificuldade quanto a esse aspecto é que Paul Singer destaca mais a relação entre família e classe em termos estáticos ou típico-ideais” (idem, p. 671).

E ainda:

“No Brasil, o isolamento dos minifúndios, a mão-de-obra rural sem terra e muitas vezes nômade, os frágeis hábitos de cooperação, tudo isso (...) que os pequenos sitiantes não tenham criado uma forma própria de sociedade (...) nessas condições, a relação postulada no esquema de Paul Singer, se bem se pode manter, terá uma eficácia explicativa menor que a esperada” (idem, p. 673).

Finalizando:

“Neste sentido, me parece que, mais que enriquecer as hipóteses tradicionais da teoria da modernização, as empobrece, já que esta tem a seu favor certa regularidade nos resultados empíricos” (idem, p. 675).

Encerrando a primeira parte, no item “Ideologia, Instituições e Comportamento Reprodutivo”, o autor trata do trabalho de Cândido Procópio Ferreira de Camargo. É um elogio crítico ao trabalho daquele autor. Elogio no sentido de que mostra que a forma de romper o economicismo estaria exatamente em estudar a variabilidade interclasse do comportamento reprodutivo e das estruturas familiares, através da ênfase posta nos estudos das instituições organizadas da sociedade, que “no âmbito do projeto em curso no CEBRAP se deve às sugestões iniciais de Cândido Procópio Ferreira de Camargo” (idem, 678). A crítica provém da percepção de que:

“as dificuldades aparecem desde o princípio, provêm da enorme brecha que se abre entre os supostos mais abstratos, ao nível da ‘lei de população’ da formação social, e a atuação real das instituições (inclusive econômicas) em uma região determinada” (idem, p. 679).

A segunda parte do texto “Para uma Sociologia das Instituições”, está dividida em três partes. Na primeira, “Controle Ideológico e Maturidade Organizacional”, o autor trata de se perguntar que instituições controlam o quê. Nas suas palavras:

“(...) a consequência desse raciocínio é apenas esta: mais fecunda que a noção malthusiana dos aparatos ideológicos, talvez seja a de que a estrutura das instituições e o modo de funcionamento de cada uma enquanto agente ideológico, devam ser investigadas em função do

próprio comportamento que buscam controlar e da efetiva controlabilidade do mesmo, seja em termos genéricos, seja em uma situação ou contexto particular (idem, p. 682)”.

Na segunda parte, quando trata do impacto das empresas sobre o comportamento reprodutivo, o artigo é uma crítica à crítica de Aldunate. O autor reconhece que a informação dada pelas assistentes sociais pode sofrer deturpação profissional mas considera, ao contrário de Aldunate, que se existe uma política das empresas com relação à população, deturpada ou não, será expressa por essas assistentes e é fundamental esta investigação.

Na terceira parte, “Atrofia, Maturidade e Realinhamento Institucional”, o autor defende a necessidade de estudar o realinhamento institucional. Segundo ele, todo o realinhamento interinstitucional se efetua com atrofia ou desenvolvimento intra-institucional dos recursos destinados ao controle de determinado comportamento. Tratando-se de serviços religiosos, médicos, educacionais ou outros, é necessário investigar se existe interesse na monopolização de determinada atividade –, por exemplo, o assessoramento sobre a reprodução.

Na última parte do texto, utilizando os conceitos de anomia coletiva e anemia institucional, Lamounier trata da investigação concreta em São José dos Campos. Segundo ele, com as entrevistas se desenhou uma situação de anomia com fortes indícios de desorganização social e de anemia institucional, com os processos de câmbio sociocultural e a formação de novos valores, em especial aqueles referentes ao comportamento sexual e relações intrafamiliares.

“Em muitas entrevistas, a precariedade dos laços sociais se expressou em referência à insegurança e a ansiedade entre os imigrantes jovens de ambos os sexos” (idem, p. 693).

Explica os métodos e objetivos na primeira etapa do estudo das instituições:

“(…) o método foi a realização de entrevistas não-estruturadas com agentes institucionais: trabalhadores sociais, psicólogos ou simples funcionários dos departamentos das grandes empresas, professores e orientadores educacionais; sacerdotes, pais-de-santo ou indivíduos com

papel religioso equivalente ou habitantes da região em entrevistas mais extensas e profundas, buscando concentrar-se na vida pessoal dos entrevistados. O objetivo, nesta etapa de investigação é a obtenção de observações desses participante, que embora precárias, são provavelmente fecundas em relação às pistas que podem proporcionar para elaborações teóricas mais consistentes” (idem, p. 694-695).

Mais adiante, o autor trata da vinculação teórica entre anomia e comportamento reprodutivo. Para ele, duas questões são importantes, primeiro:

“A situação de anomia como expressão sócio-psicológica de um processo de transformação e massificação acelerado se configura como um meio social de condutibilidade ideológica pressionando até a redefinição dos padrões de comportamento [e segundo] aspectos específicos da situação de anomia, como por exemplo, a agudização das divergência familiares, derivada de mudanças nas atitudes sexuais” (idem, p. 696).

Segundo o autor, comparando-se a perspectiva da pesquisa do CEBRAP com a de Rosen e Simmons, enquanto aqueles autores vêem aqueles processos como uma adaptação suave às novas oportunidades, a pesquisa entende que o que se desenha nesse caso é um contexto favorável à mudança de atitudes, mas onde não se deve omitir as transformações bruscas resultantes do caráter intenso e descontínuo do processo.

“Assim, as novas atitudes e aspirações, ou os novos modelos de tomada de decisão familiar de Rosen e Simmons podem resultar de processos seculares de ressocialização e adaptabilidade de maneira mais ou menos contínua. Mas também podem derivar de uma constelação de fatores essencialmente distinta e descontínua, de desorientação individual e interpessoal em uma situação de anomia” (idem, p. 699).

Ao discutir as dimensões do conceito de anomia em uma definição preliminar, o texto propõe três dimensões para o conceito:

“a) perda de eficácia dos controles sociais tradicionais, fator durkheimiano clássico, por sua vez susceptível de divisão em três níveis:

ausência de controles sociais no que se refere às paixões individuais, a ineficácia das normas em determinados setores de atividade e as mudanças abruptas durante as quais a sociedade se vê momentaneamente incapacitada de exercer sua influência; b) sentimentos de importância diante das grandes organizações da sociedade, fator alheio ao universo durkheimiano, mas mais bem caracterizado na literatura sociológica americana sob o tema da alienação; c) insegurança no sentido de marginalidade dos sistemas socioculturais” (idem, p. 700).

O resultado disto seria uma anemia das instituições, que se tornariam incapazes de exercer seu papel de controle social.

Como se pode ver, se havia gestado a preocupação de fazer a pesquisa de fecundidade andar e apresentar resultados empíricos competitivos com as das pesquisas tradicionais. Os debates da terceira reunião pareciam ser uma etapa superada no grupo de trabalho.

Existem ainda dois textos sobre São José dos Campos: “Algumas Reflexões em torno das Relações entre Industrialização e Reprodução da População”, de Adolfo Aldunate (ALDUNATE, 1982, v. 2, p. 725-760) e “População e Crescimento Econômico. Notas Sobre a Estrutura Socioeconômica de São José dos Campos”, de Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO, 1982, v. 2, p. 597-656).

O artigo de Aldunate está dividido em três partes. Na primeira, a introdução, o autor considera que São José sofreu uma industrialização exógena, que provavelmente se deve a critério técnico-geográfico: estar no eixo RJ – SP e relativamente próxima do Porto de Santos, e por existir no país uma população excedente disposta a migrar para se estabelecer como proletária. Como consequência desse processo de industrialização, o autor vê dois tipos de mudanças: mudanças institucionais, que atingem a cidade como um todo, e mudanças estruturais, que atingem as classes sociais. Esses dois tipos de mudanças definem as duas partes seguintes do artigo. Com relação às mudanças institucionais, o autor ressalta as mudanças populacionais: em 1950, São José tinha cerca de 50.000 habitantes; em 1970, cerca de 250.000. Outra mudança institucional importante é a decadência do sistema de controle social. Segundo o autor:

“Um jornalista entrevistado sente falta das famílias tradicionais que tomavam as decisões da cidade. Essas famílias não eram mais que a cúpula de um sistema de controle social baseado em relações de parentesco. Também os juizes percebem que começa a recair sobre eles uma série de responsabilidades de controle social que antes era obrigação da família patriarcal. Desaparecida a autoridade do chefe de família, o jovens não ficam com outro controle que o da policia... um sacerdote entrevistado vincula a debilidade da igreja à situação de crise da família tradicional” (ALDUNATE, 1982, v. 2, p. 732-733).

Assim, para o autor, o processo de industrialização leva a São José uma completa mudança nas relações da família, do pátrio poder e da Igreja. Por outro lado, as grandes empresas monopolistas que se instalam na cidade promovem, para sua força de trabalho qualificada, programas de saúde e educação. O Estado não pode fazer o mesmo para a força de trabalho desqualificada, o que implica um aumento da desigualdade social.

Na terceira parte, para estudar as mudanças no sistema de classes sociais, o autor propõe uma classificação tipo ideal para entender a heterogeneidade da classe trabalhadora:

PROLETÁRIA	SUBPROLETÁRIA
- Trabalho qualificado	- Trabalho não qualificado
- Emprego estável	- Emprego instável
- Renda de subsistência	- Renda de indigência
- Matrimônio estável e tardio	- Matrimônio não estável e precoce
- Saída tardia dos filhos	- Saída precoce dos filhos
- Condições propícias às mudanças culturais	- Falta de condições para romper com a cultura tradicional

Finalmente, sua conclusão é que,

“Ao contrário dos países centrais, as etapas do desenvolvimento industrial na América Latina não se sucedem, se não que se superpõem e

combinam, dando origem a uma situação muito heterogênea. Existe grande massa de subproletários que estão sempre atentos a responder aos menores estímulos do mercado de trabalho. Quando se mobilizam, não o fazem atrás do ouro da Califórnia, senão simplesmente atrás de um emprego industrial, que lhes permite estabilizar-se como classe operária. A situação, portanto, é muito dinâmica, e a raiz dela encontramos na chamada heterogeneidade estrutural” (ALDUNATE, 1982, v. 2, p. 741).

O texto de FHC, em linguagem literária, faz um breve histórico da cidade no período da expansão cafeeira para o Vale do Paraíba,. Compara com outras cidades vizinhas, fala da sua decadência e da retomada do crescimento das cidades da região, em função dos entroncamentos ferroviários e rodoviários, como introdução ao processo de desenvolvimento industrial. Destaca a velocidade da industrialização e o papel do Estado, através da instalação do Centro Tecnológico da Aeronáutica e da Refinaria da Petrobras. Aponta para a forte imigração do município, que em 1970 teria 50% dos habitantes naturais de outros municípios, sendo que, destes, a metade de outros estados da federação que não São Paulo. Finalmente, aponta a desorganização social e institucional que a velocidade da transformação trouxe. A perda da importância das famílias tradicionais, os novos padrões de comportamento (inclusive sexuais e reprodutivos) e a heterogeneidade estrutural.

Vale ressaltar que nesta etapa da pesquisa do CEBRAP se tratava de desenhar o pano de fundo onde se deram as transformações sócio-demográficas nas nove áreas selecionadas, apesar da liberdade autoral para traçar este pano de fundo e da variabilidade dos produtos, o texto de FHC não deixa de ser um parâmetro do que vai se fazer nas outras oito áreas da pesquisa.

Outro tema apresentado nesta quarta reunião é o da família, que havia sido introduzido por Maria Coleta, e que aparece agora em dois textos: “Família. Um Conceito em Crítica”, de Helena Lewin e Ana Clara Torres Ribeiro (LEWIN e RIBEIRO, 1982, v. 2, p. 521-543), e “Questões Sobre a Família”, de José Artur Giannotti (GIANNOTTI, 1982, v. 2, p. 545-555).

Na introdução de Lewin e Ribeiro, as autoras consideram que:

“Na medida em que a família tem sido considerada como a pedra angular ou a *celula mater* da sociedade humana... qualquer mudança que se processe no seu interior, desde aquela que decorre de simples arranjos para melhor operar as atividades domésticas, até aquela emerge de alterações estruturais em suas funções sociais, passa a ser denunciada como um sintoma de sua desorganização e desagregação.... À ruptura da estabilidade social vincula-se, portanto, a família em mudança (LEWIN e RIBEIRO, 1982, v. 2, p. 525).

Na parte seguinte do artigo, as autoras consideram que “torna-se necessário, portanto, discutir as formulações sobre famílias levantada pela corrente teórica funcionalista que propõe uma definição universal sobre família” (idem, p. 527). E mais adiante, criticando o funcionalismo:

“A complexidade e diferenciação crescentes do sistema social tornariam a família um segmento cada vez mais especializado, pois parte de suas funções anteriores passariam a ser exercidas por outras instituições sociais, restando-lhe basicamente a função de produção e socialização das novas gerações... ao mesmo tempo em que a família se fecharia como instituição especializada, seriam exatamente as suas relações internas que forneceriam os parâmetros de diferenciação e classificação de tipos de família... Nesta corrente teórica, aos processos universais de urbanização e industrialização corresponde uma família funcionalmente adequada” (idem, p. 528).

As autoras vêem três problemas nessa concepção. Primeiro, a hipótese que aos estágios tecnológicos e organizacionais que compõem a evolução do desenvolvimento econômico corresponda, paralelamente, um processo evolutivo das famílias de consangüínea a conjugal, de tradicional a moderna. Segundo, que ao atribuir a industrialização/urbanização à determinação causal, essas variáveis independentes, pelo seu alto grau de generalização, percam capacidade explicativa. Industrialização pode ser forma específica de tecnologia (Adam Smith), forma de organização (Schumpeter) ou relações técnico-sociais de produção (Marx). Da mesma forma, urbanização pode ter várias significações, segundo os objetivos do

estudo de cada autor. Como consequência do postulado anterior, à família é dispensado o mesmo tipo de tratamento. “À universalidade de um tipo de família estaria associada, portanto, a universalidade dos processos que fundamentariam sua transformações (idem, p. 530)”. Por outro lado,

“Contribui também para a difusão dessas proposições a utilização generalizada, por grande parte dos cientistas sociais, da chamada ‘teoria da modernização’ como instrumental explicativo da passagem ou transição entre dois momentos polares: subdesenvolvimento e desenvolvimento” (idem, p. 530-531).

Na segunda parte do artigo “Família e História”, as autoras tratam de colocar as condições em que faria sentido o estudo de família. Citando Umberto Cerrone, em *A Crise da Família e o Futuro das Relações entre os Sexos*,

“A inserção histórica nos estudos de família se processa através da noção de **relações de reprodução**, que comportam não apenas relações naturais, mas também relações **sociais** entre os sexos... que assumem, mais uma vez, diversas formas historicamente determinadas... com funções que... podem variar ao longo de um enorme arco de possibilidades, aparecer e desaparecer, segundo determinadas condições históricas. Em todos esses casos, entretanto, essas funções podem ser reconduzidas, naturalmente, às funções de reprodução dos próprios temas da vida, associada em um determinado contexto produtivo e social” (LEWIN e RIBEIRO, 1982, v. 2, p. 532).

E mais adiante:

“O isolamento entre sistema ocupacional e sistema de parentesco, a incidência crescente da família nuclear apontadas pelo funcionalismo, são, portanto, descobertas que devem ser consideradas no marco das formas assumidas pelas relações de produção” (idem, 1982, v. 2, p. 533).

Na parte final sobre o estudo da família no Brasil, as autoras fazem notar que produção acadêmica sobre família, além de bastante reduzida, centra-se grandemente nas

premissas da teoria funcionalista que lhe serviram de modelo operacional. Para elas, a consequência mais grave da importação do modelo teórico da “modernização” e a sua aplicação direta na pesquisa de campo de dados secundários foi a emergência de uma postura acrítica e a repetição de afirmações passadas sobre a estrutura familiar brasileira quase sem nenhuma comprovação histórica. Exemplo disto é a repetição de que a base patriarcal escravocrata foi o tipo de família que aqui se arraigou, sob influência da economia latifundiária – família que não era apenas unidade social, era também unidade econômica e política. Da mesma forma, repete-se hoje que a família nuclear, em sua novidade histórica, é o padrão universal, o que necessita ser questionado com relação às classes populares no Brasil.

De certa forma, a crítica aos estudos sobre família deste texto tinha sido feita em grande medida nos trabalhos anteriores por Coleta de Oliveira. A novidade é a introdução da noção de solidariedade como uma relação entre família e pessoas empiricamente verificada entre famílias de baixa renda, tendo a “função básica de prover recursos a fim de que a família, como unidade de reprodução social, possa manter sua condição de sobrevivência” (LEWIN e RIBEIRO, 1982, v. 2, p. 540).

O texto de Giannotti trata de demonstrar que é possível reconstruir o raciocínio desenvolvido por Lévi-Strauss, em *As Estrutura Elementares de Parentesco*, abrindo mão dos pressupostos metodológicos estruturalistas e pensando-o no marco teórico do materialismo dialético. O objetivo “(...) é esboçar a crítica de certos pressupostos ontológicos, de algumas teorias modernas, em particular do estruturalismo francês” (GIANNOTTI, 1982, v. 2, p. 547).

Assim, o autor procura ver a família não como algo dado, como fato social a ser descrito e explicado, mas

“(...) um fato positivo que ao mesmo tempo determinado por uma regra, por um sistema de parentesco, na qualidade de ponto de referência unificador de muitos comportamentos individuais. Não tomaremos, porém, este princípio como outro dado, regra justaposta à diversidade das condutas, mas tentaremos pensar os dois lados da questão na sua determinação recíproca de molde a converter a regra pressuposta num resultado posto e vice-versa” (idem, p. 547).

Assim o encaminhamento do problema conduz a uma tentativa de interpretação da estrutura elementar de parentesco de Lévi-Strauss, a partir de uma perspectiva dialética do modo de produção tribal. Para o autor, a produção tribal se dá por tarefa, e portanto a divisão social do trabalho é diferente da que se dá na produção mercantil. Assim, o problema é assegurar a continuidade de trabalho, e não a de consumo. Provindo de um trabalho cooperativo, o produto é dividido em duas partes: uma, que é apropriada pelo produtor direto, e outra, que é dádiva, produto socializado, que deve se endereçar ao parceiro, como penhor para garantir a continuidade da produção.

Os filhos são considerados sob as mesmas condições formais desse produto primitivo:

“Na medida em que as crianças foram submetidas a essa categoria de produto, fica a ‘produção’ cindida em partes: uma, que a unidade técnica guardaria para si, como parte própria de autoprodução, outra, que deveria ser entregue a outrem, na qualidade de penhor, assegurando a continuidade da reposição do grupo como um todo” (idem, p. 553).

Assim, pensando a mulher como produto do modo de produção tribal, ela é também uma dádiva e não é necessário o princípio da reciprocidade; a troca não é distributiva, mas o exercício de uma determinação que está incluída no produto como mercadoria. A união sexual é determinada pela troca da mulher como produto e a sociabilidade é a trama de intercâmbio de produtos. A unidade familiar é constituída, portanto, de pai, mãe, filho e elemento doador, e por três relações: aliança, sexo e consangüinidade.

A questão aqui é que nos perguntamos em que medida as idéias de Giannotti podem ser transpostas para a família do modo de produção capitalista e suas implicações para o problema do comportamento reprodutivo. Em outras palavras, independentemente do prestígio do autor e da qualidade acadêmica do texto, o que estaria ele fazendo nesse programa de pesquisa?

Finalmente, “Notas para uma Discussão acerca da lei de População em Marx”, de Angel Fucaraccio e Fernando Gonzalez (FUCARACCIO e GONZALEZ, 1982, v. 2, p. 169-

231), em suas longas sessenta páginas, é uma exegese do pensamento de Marx sobre população. Segundo as palavras dos próprios autores:

“A idéia surgiu da necessidade de focar o problema da população, hoje tão na moda, com um marco teórico alternativo aos que se utilizam comumente e que parecem estar cheios de misticismo” (FUCARACCIO e GONZALEZ, 1982, v. 2, p. 174).

Existiam, nos anos 70, várias correntes dentro do marxismo que faziam uma leitura do capital quase religiosa. A característica central dessa leitura é que tudo que fosse importante para explicar a dinâmica social estava em Marx. Se não estivesse escrito em algumas de suas obras, haveria ao menos as indicações muito claras para o trabalho ser desenvolvido. O texto de Fucaraccio e Gonzalez segue esta direção:

”No curso da investigação se encontraram os elementos conceituais que permitem estudar a dinâmica da sociedade e em particular explicar a dinâmica demográfica. Estes são: o estado e desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção e as formas institucionais e de família. Este enfoque contido nas obras utilizadas permite seguir a evolução da dinâmica demográfica no curso da história e analisar casos concretos; pensa-se também que brinda um marco teórico para análise das políticas de população” (idem, p. 175-176).

A partir da certeza de que a obra de Marx e Engels trazia o caminho, a verdade e a luz, os autores passam para o estudo do *Capital* e do já então superado *A Origem da Família e da Propriedade Privada*, de Engels, traçando as principais relações entre o desenvolvimento das forças produtivas, dinâmica populacional e organização familiar.

A conclusão dos autores, como sempre acontece nessas circunstâncias, é a da necessidade de investigações e pesquisas adicionais. Ao final do artigo, há uma lista com cinco temas de pesquisa que vão das novas formas do capitalismo e o desenvolvimento tecnológico, ao papel das instituições e da ideologia.

CAPÍTULO 5: Quinta Reunião – A Hegemonia

A quinta reunião do Grupo de Trabalho foi realizada no Guarujá, São Paulo, entre 11 e 15 de abril de 1977. A apresentação do quarto volume da série contém os textos referentes às reuniões 5 e 6, realizadas em 1977 e 1980, respectivamente, e dá uma idéia do que foi a quinta reunião, não só do ponto de vista formal do seu temário, mas do ponto de vista substantivo.

“Resumidamente, a quinta reunião representa um importante ponto de inflexão mediante passagem do momento em que se privilegiou a discussão teórico-conceitual ampla, para um momento de retomada de especificidades do objeto de estudo, a partir de novos enfoques teóricos e mais diretamente a evidências empíricas e reconstrução de situações concretas” (INFORME DA QUINTA REUNIÃO, 1983, v. 4, p. 1).

E mais adiante:

“Uma boa parte da quinta reunião foi tomada com a apresentação e discussão sobre o estudo de situações concretas realizadas pela Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana, do CEBRAP. Por se tratar de projeto inovador, desenvolvido a partir de referenciais teóricos alternativos aos tradicionais estudos de fecundidade, essa pesquisa tem despertado muito interesse. Daí, nossa decisão de publicar o texto de Elza Berquó, até o momento não publicado, onde são indicados os procedimentos teórico-metodológicos que nortearam a realização do trabalho de campo em nove contextos brasileiros” (idem, p. 2).

Na verdade, o ponto de inflexão foi dado na terceira reunião realizada no CEBRAP, onde os trabalhos apresentados pelo grupo da FLACSO foram duramente criticados. A quarta reunião consolidou essa inflexão: uma revisão suave e conciliatória da produção do grupo até então. O trabalho de Aldunate se enquadra dentro da pesquisa do CEBRAP, com um nível de pretensão modesto em relação aos seus trabalhos anteriores. O extenso trabalho de Lamonier traça o delineamento teórico a partir do caso concreto de São José dos Campos. E finalmente a

saída de Elza Berquó da coordenação do grupo, substituída por Neide Patarra, para cuidar da pesquisa do CEBRAP, é um claro sinal de consolidação de posições. A quinta reunião, neste sentido, foi o exercício explícito dessa hegemonia pelo grupo do CEBRAP.

Do ponto de vista do temário, a organização da reunião norteou-se pelas linhas de interesse prioritário, de acordo com o que havia sido estabelecido na reunião anterior, a saber: 1) estudos sobre a conceituação de comportamento reprodutivo e sobre o próprio conceito de reprodução da população; 2) estudos empíricos sobre as vinculações entre estrutura social e o nível dos agentes sociais. Trata-se especificamente de examinar o papel das instituições, destacando-se a família, tema que vem se configurando como prioritário dentro do grupo; 3) análise dos trabalhos feitos com bases nas investigações feitas até o presente momento. Pretendeu-se avançar na discussão sobre as limitações das fontes de informação e o tipo de material metodológico-quantitativo que se utiliza desses estudos e a possibilidade de sua incorporação nos enfoques alternativos propostos; 4) avaliação da influência que o trabalho teórico realizado no grupo até esse momento possa ter tido sobre as investigações empíricas realizadas na América Latina nos últimos três anos.

De acordo com a proposta mencionada, os trabalhos apresentados a essa reunião foram reunidos em quatro tópicos: 1. Estudos gerais sobre reprodução da população; 2. Estudos com enfoque demográficos sobre a dinâmica da população; 3. Estudos sobre a família ou partindo das famílias como unidade de análise; 4. Estudos visando a estabelecer conceitos básicos para os estudos de reprodução. Não obstante isso, o tema central da reunião foi o tema 1, razão pela qual começamos este capítulo pelo trabalho que Elza Berquó preparou para o “seminário teórico-metodológico sobre as investigações em população” realizado pela Comissão de População e Desenvolvimento – CLACSO, México, 23 a 28 de fevereiro de 1976.

Interessante é que esse documento não foi apresentado na quinta reunião, realizada um ano depois, mas ele desenha o cenário para entender a hegemonia da pesquisa do CEBRAP dentro do grupo de trabalho. Posteriormente faremos uma síntese dos principais trabalhos apresentados nessa reunião, com destaque para o trabalho metodológico de Maria Andréa Loyola, que faz o seu *début* em reuniões do grupo. “A Pesquisa Sobre Reprodução Humana no Brasil”, de Elza Berquó (BERQUÓ, 1983, v. 4, p. 41-81).

Na apresentação da *Pesquisa sobre Reprodução Humana no Brasil*, Elza Berquó estabelece por contraposição o que a pesquisa não é:

“A grande maioria das pesquisas, partindo apenas de levantamentos por amostragem, com amostras de mulheres em idade reprodutiva, centraram a análise num plano de tipo diferencial socioeconômico-cultural, e a dicotomia tradicional-moderno aparece com mola-mestra para explicar os diferenciais encontrados nos níveis de fecundidade nas diversas regiões consideradas, sem um vínculo profundo entre os achados e o contexto histórico-estrutural em que os atores desempenham seus papéis” (BERQUÓ, 1983, v. 4, p. 47).

“Além disso, a metodologia de coleta de informações que caracteriza quase a totalidade desses estudos, leva a um descompasso entre conduta reprodutiva e os indicadores socioeconômicos, uma vez que esses últimos se referem a um único momento na escala contínua do tempo – o momento da entrevista – enquanto que o comportamento reprodutivo se caracteriza como um processo que se realiza durante toda a vida dos indivíduos” (idem, p. 47-48).

Mais adiante, a autora define os objetivos da pesquisa:

“Em resumo, ela objetiva investigar o comportamento reprodutivo das diversas classes sociais no Brasil. Para tanto, o conjunto de áreas brasileiras será estudado quanto à maneira como se estruturam as formas de organização da produção e, portanto, se constituem e se relacionam as classes sociais. A pesquisa não se limita apenas à reconstrução da história socioeconômica, no sentido usual, e nem ao estudo de tipo *survey*, mas pretende também alcançar o papel das instituições sociais” (idem, p. 48-49).

No ponto seguinte, a autora trata da escolha das áreas estudadas: “este trabalho da definição das áreas de estudo foi feito em várias etapas, levando em consideração duas dimensões: a) as formas dominantes da produção em cada região, e b) as formas de inserção

de cada região na divisão social do trabalho durante o processo de desenvolvimento” (idem, p. 50).

Em um primeiro momento, usou-se a tradicional dicotomia rural-urbano. A parte rural esteve a cargo de Juarez Rubens Brandão Lopes, que define uma tabela de dupla entrada para construção de sua tipologia. A primeira dimensão é dada pelas formas de organização da produção agrária em quatro tipos: empresa agropecuária capitalista, latifúndio, unidade familiar produtora de mercadorias e unidade camponesa. A segunda dimensão se refere às formas típicas relevantes de inserção de cada região na dimensão social do trabalho, em sete tipos: áreas hortigranjeiras, áreas comerciais antigas, áreas comerciais pioneiras, áreas comerciais antigas consorciadas com atividades de subsistência, áreas comerciais recentes consorciadas com atividade de subsistência, áreas de subsistência antigas e áreas de subsistência recentes. O relacionamento dessas duas dimensões dá 28 tipos de regiões, dos quais, segundo Lopes, somente 14 seriam viáveis de ocorrer em território brasileiro. A partir desses 14 tipos, Lopes, utilizando as 360 microrregiões homogêneas definidas pelo IBGE (o espaço homogêneo definido como formas de organização em torno da produção foi expresso por combinações de fatores físicos, sociais e econômicos, segundo o IBGE, em *Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas*, 1968, Rio de Janeiro), trata de agrupá-las segundo sua tipologia.

A parte urbana ficou a cargo de Vilmar Faria, que elaborou sua tipologia com base em três dimensões: 1 - posição da cidade no sistema urbano; 2 – especialização funcional da cidade em sentido amplo; 3 – características da dinâmica demográfica da cidade.

Tomando como unidades de análise os municípios brasileiros que, de acordo com o censo de 1970 tinham, à época, uma população de pelo menos 30 mil pessoas, e utilizando análise fatorial, Vilmar consegue identificar oito fatores que explicam aproximadamente 73% da variação total contida no conjunto das variáveis. A seguir, o autor classifica os 229 municípios brasileiros (os com mais de 30 mil habitantes) segundo as dimensões socioeconômicas, uma vez que as dimensões demográficas seriam o próprio objeto de estudo das cidades e não deveriam ser usados *a priori* na tipificação. Com isto, consegue 16 tipos de municípios. Assim, ao final dos estudos de Lopes e Faria, o grupo de pesquisa do CEBRAP tinha 30 tipos de áreas, sendo 14 rurais e 16 urbanas.

“Levando-se em conta que os recursos que se delineavam no horizonte de nossas possibilidades, a curto e a médio prazos, não nos permitiam ir além da consideração de oito ou nove áreas, procedeu-se ao reestudo, no sentido de, aproveitando-se as pesquisas supramencionadas, conseguir o menor número de tipos” (FARIA, 1983, v. 4, p. 54).

Paul Singer, que havia elaborado um breve esboço de tipos a partir do qual surgiram os trabalhos de Lopes e Faria, retomou a tarefa e apresentou uma tipologia simplificada à base das duas já propostas. Como não podia deixar de ser, dados os objetivos da pesquisa, manteve uma das dimensões, aquela que estava presente, isto é, as formas dominantes de produção em cada região, acrescida de sua localização urbano-rural. Com isso, as formas predominantes seriam as seguintes: capitalista monopolista, capitalista concorrencial, produção simples de mercadoria – urbana, produção simples de mercadoria – rural, servidão rural. A segunda dimensão, para Singer, parte da constatação de que o desenvolvimento tende, de um lado, a concentrar atividades econômicas (e população) em certas áreas e, de outro, a dispersar certas atividades (em geral extrativas ou agrícolas, com formação de “fronteiras”, na medida em que se expande o sistema de transporte), que determinam o surgimento do que chamamos de área de dispersão. Finalmente, há áreas que ficam nos interstícios entre os dois primeiros tipos, que tendem a perder atividades (e população). As áreas de concentração são praticamente, sempre, pólos urbanos; as áreas de dispersão são quase sempre rurais; as áreas intersticiais tanto podem ser urbanas quanto rurais. A combinação dessas cinco formas dominantes de organização da produção com esses três tipos de área nos levaria a quinze possibilidades. Mas, delas, quatro não fazem sentido lógico: área capitalista monopolista intersticial, área de produção simples de mercadorias – urbana e dispersão, área de produção simples de mercadoria rural de concentração, área do tipo servidão rural e concentração. Por outro lado, a situação capitalista monopolista em processo de dispersão e área de servidão rural em forma intersticial seriam desprezíveis. Assim, armado o esqueleto da tabela de dupla entrada, a equipe de pesquisa tratou do preenchimento das nove casas restantes, que definiu as áreas que constituirão os chamados pontos da pesquisa.

No ponto seguinte, a autora explicita dois tipos de estudos desenvolvidos em cada uma das nove áreas: estudo macroestrutural em toda a área e estudo de uma amostra tomada

na área. O primeiro é feito em três dimensões: estudo da dinâmica populacional da área, estudo socioeconômico baseado nos censos demográfico, industrial e agrícola, nas publicações especializadas em estatística social e econômica, e em observações diretas com informantes qualificados, como empresários, fazendeiros, agrônomos etc. A terceira dimensão é o estudo das instituições. As políticas das unidades de produção econômica, o estudo das famílias, das instituições religiosas, da escola, do sistema de saúde, das instituições políticas, dos meios de comunicação. Como a última dimensão transcende o nível local, a idéia é que os resultados sejam comparados com o papel dessas instituições em nível nacional.

O segundo tipo de estudo em cada área é um estudo amostral de tipo *survey*.

Unidade de informação

No estudo realizado pelo CEBRAP, a unidade de informação é um adulto, homem ou mulher, com 18 anos ou mais de idade, de qualquer estado civil, ou de menos de 18 anos, se ele já teve algum tipo de união conjugal. A distinção aqui, com relação às pesquisas tradicionais de *survey*, é que a unidade de informação não é necessariamente uma mulher.

A unidade de análise

A unidade de análise na pesquisa pode ser a própria unidade de informação, a família ou o grupo doméstico. O grupo doméstico é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, afinidade ou vínculo econômico, que vive sob o mesmo teto. A família é entendida sob o critério de unidade de consumo, isto é, o subconjunto de elementos do grupo doméstico que efetivamente integram e desfrutam de um mesmo orçamento familiar.

Seleção da amostra

A amostra realizada pela equipe é equiprobabilística em três etapas: a unidade primária é um setor censitário; a secundária, um quarteirão e a terciária, um domicílio. O instrumento de coleta é um questionário que visa a listar todos os componentes da família, identificando-os através da relação com o chefe do grupo. A partir desta família, é selecionado o adulto em que será aplicado o instrumento de coleta, a história de vida e o formulário. A história de vida do ego segue o padrão internacionalmente conhecido, que começa com o

nascimento, chegando até o presente, contendo as informações usuais, como migração, instrução etc.

É dentro desse contexto que o ponto 1 do temário (Estudos gerais sobre estudos da população) é apresentado na quinta reunião. Ele se refere aos primeiros estudos de tipo macroestrutural em três dos nove pontos selecionados da pesquisa do CEBRAP. Seguindo o informe da publicação, nesta reunião foram apresentados os trabalhos relativos a Conceição do Araguaia, Parnaíba e Santa Cruz do Sul.

O primeiro é o Estudo de Caso de Conceição do Araguaia, com dois trabalhos de Otavio Ianni e Neide Patarra. “História Social de Conceição do Araguaia”, de Otavio Ianni, publicado em *Estudos de População 2*, CEBRAP, 1978, apresenta uma reconstituição histórica do município, situado em seu contexto regional, nacional e internacional. Procura aprofundar os estudos de caso, ao aprofundar os mecanismos explicativos de sua dinâmica *in loco*. O trabalho apresenta três etapas econômicas: o sistema de aviação (1890-1921), a economia de subsistência (1912-1960) e a economia capitalista, a partir de 1960. Nessa última etapa, com a transformação de camponeses em posseiros, o autor discute as peculiaridades do processo em termos da desagregação do campesinato e as fórmulas específicas de acumulação do capital. Discute o papel do Estado, a hegemonia do capital monopolista a partir do centro-sul do país, e a manipulação do preço da terra pela burocracia estatal. O trabalho é comentado por Morvan Moreira, que chama a atenção para o fato de que boa parte dos roceiros e posseiros são migrantes, e não camponeses locais. E que, neste sentido, o processo de expropriação se teria dado em outro local.

“Reprodução da População numa Situação de Conflito: O Caso de Conceição do Araguaia”, de Neide Patarra, publicado em *Estudos de População, 2*, CEBRAP, São Paulo, 1978, tentou situar a análise das instituições numa reconstrução do processo de reprodução da população, entendida esta não apenas como apenas a reprodução biológica, mas como o conjunto dos elementos da dinâmica demográfica. Neste sentido, o elemento mais importante no estudo da população é a imigração, que acompanha a expansão do capitalismo na área.

Conceição do Araguaia é considerada pela autora um elo na cadeia de deslocamentos do capital e do homem. As características da área favoreceriam, no nível ideológico, uma visão dicotômica dos homens: os bons e os maus, os trabalhadores e os vagabundos, os do

norte e os do sul. A essa ideologia da classe dominante se oporiam instituições e grupos sociais que se posicionariam a favor dos fracos. De um modo geral, pareceria existir um considerável distanciamento entre as instituições sociais e as camadas subalternas. Dados empíricos esparsos sugerem uma vinculação entre as classes sociais e as estratégias familiares de reprodução. Ainda que a fecundidade seja elevada, os peões migrantes levados à mata para o preparo da agropecuária configurariam um grupo social que, no limite, é levado a uma situação de não-reprodução enquanto grupo.

Os principais comentários feitos ao trabalho de Neide se referem ao conceito de ideologia que, segundo seus críticos, é construído com uma visão instrumental funcional que não tem correspondente real.

Os dois trabalhos seguintes são sobre o ponto de pesquisa Parnaíba, no Piauí. O primeiro trabalho apresentado é de Juarez Lopes e Maria da Conceição Monteiro, “Área Rural da Cidade de Parnaíba”, publicado em *Estudos de População*, 3, CEBRAP, São Paulo, 1978. Os autores tratam dos aspectos macroestruturais, tratando de distinguir suas orientações teórico-metodológicas dos tradicionais estudos da comunidade e enfatizam que, na sua reconstrução histórica, é importante inserir a realidade estudada em contextos que transcendem a realidade local.

Neste sentido, Parnaíba constitui um tipo de área que estaria estacionada, do ponto de vista econômico, depois de ter vivido uma época de apogeu, baseada na exportação de produtos de agropecuária extrativos. Assim, em 1950, a partir do declínio das exportações, a economia da área se transforma, para adequar-se à nova situação. No setor rural, existe uma parcerização cada vez maior da terra. A esta divisão da terra corresponde uma reorientação da produção agrícola, na qual os cultivos de subsistência vão ocupando o lugar das atividades de tipo extrativo. A isto corresponde também uma redistribuição dos trabalhadores por categorias sociais.

O estrato correspondente aos reдеiros e moradores, que constituem um grupo que se localiza no interior do latifúndio, aumenta seis vezes em 1950 e 1970. A produção importante do latifúndio – gado, arroz e algodão – está na mão de reдеiros, que por sua vez vendem o excedente de seus produtos de subsistência – feijão e mandioca. Deste modo generalizou-se,

no setor agrícola, o arrendamento de terra por parte dos latifúndios, os quais intervêm na comercialização dos produtos que aí se geram.

Para os autores, coexistiriam dois tipos de economia, um moderno e outra tradicional, que fazem com que a produção de alimentos se encontre em expansão. Por outro lado, o setor urbano de Parnaíba possui uma infra-estrutura de serviços (saúde, escola, comercial) que lhes tem permitido fazer frente à decadência da área e ao surgimento de outro pólo de atração na região (a cidade de Teresina). A estrutura de emprego aparentemente não tem se modificado, contudo o tipo de emprego que a indústria local oferece é de natureza primordialmente temporária, o que faz com que se combinem diversos tipos de atividade, inclusive as rurais, fazendo com que todos esses aspectos sejam ligados aos fluxos migratórios.

O segundo trabalho, de Maria Andréa Loyola, “Introdução ao Estudo das Instituições Sociais e o Comportamento Reprodutivo em Parnaíba, as Instituições Religiosas, a Unidade de Produção Econômica e a Família”, publicado em *Estudos de População 3*, CEBRAP, São Paulo, 1978, é, desde o ponto de vista de uma estratégia para criar consenso no grupo do CEBRAP, o mais importante dessa série. Na primeira parte, a autora, explicando os objetivos do texto,

“estes rascunhos de pesquisa servirão de base à análise dos dados do *survey*, em conexão com os quais as hipóteses neles contidas serão reformuladas” (LOYOLA, 1978, p. 205).

E, mais adiante:

“meu ponto de partida foi aquele mais geral sobre a pesquisa sobre reprodução humana do CEBRAP: este processo, ou seja, a reprodução humana, é parte daquele mais amplo da reprodução da própria sociedade e é determinado pelas relações de produção vigentes em dado momento da reprodução dessa sociedade (...). Entre a reprodução humana e a do capital interpõem-se uma série de mediações sociais, entre outras, as instituições sociais” (idem, p. 206).

Mais adiante, explicando o papel das instituições:

“(…) considerar as instituições como mediações implica, desde logo, em não isolá-las ao nível da superestrutura ou considerá-las como aparelho de Estado, produtos e instrumentos da dominação de uma classe dirigente. Além de serem instrumentos de um poder de classe (e elas o são largamente), as instituições são também princípios da legitimação da dominação de classe, isto é, elas mascaram — não só para as classe dominadas, mas também para as classes dominantes — essa dominação. Dito de outra forma, a dominação de uma classe sobre outra passa pela imposição de sua própria cultura e esta se faz não através de um poder tradicional ou de um aparelho de Estado, mas pelo conjunto de pequenos saberes, de saberes organizados especializados, ou seja, pelas instituições” (idem, p. 207).

Aqui é dado um salto qualitativo importante, se examinarmos esse programa de pesquisa pelo ponto de vista da retórica, temos uma antropologia com *background* marxista que consegue falar ao mesmo tempo para os dois grandes auditórios: o que queria estudar o processo de reprodução como um processo de determinação social, e aquele que o entendia como um comportamento. A autora introduz dois autores importantes: Edward Thompson e Michel Foucault. Thompson, um historiador marxista radical, tanto que nunca entrou no sistema universitário inglês, dedicou sua vida a trabalhar junto aos sindicatos operários, cujo livro (*Whigs and Hunters*, 1975) estava recém-saído na Inglaterra. Daí a autora retira a noção de instituições como máscaras. O outro grande aporte teórico são os trabalhos de Michael Foucault e a sua noção de micropoderes. A superação do debate que Maria Andréa propõe ao grupo, em suas próprias palavras:

“Qualquer que seja a definição de comportamento reprodutivo — suponhamos um número n de filhos — ele não é o resultado de um ato espontâneo, nem tampouco o produto da obediência a uma regra ideal, mas o ponto de chegada de uma estratégia que envolve opções (mais inconscientes que conscientes) feitas dentro de um repertório limitado de soluções ou alternativas propostas por uma certa tradição ou cultura e que

mobiliza, no processo decisório, princípios profundamente interiorizados dessa mesma cultura ou tradição” (LOYOLA, 1978, p. 209).

E mais adiante:

“idéia aqui é que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (como aliás de qualquer outro) se faz acompanhar de alterações na estrutura e forma das relações de poder e de legitimação das mesmas — que podem ser apreendidas pelo estudo das próprias instituições — e também de certas tradições culturais e das disposições psicossociais, que são comumente mobilizadas na elaboração das estratégias de reprodução das diferentes classes sociais” (idem, p. 210).

Depois de apontar seus referenciais teóricos, a autora passa a analisar os três elementos tomados como instâncias mediadoras entre a reprodução da população e a reprodução do capital. Como já dissemos, as instituições, para Maria Andréa, são vistas não apenas como instrumento do poder de classe mas também como princípios de legitimação. Contudo, essas instituições não deixam de ter características próprias, sua história autônoma e sua lógica de evolução.

No que se refere à vinculação entre instituições e comportamento reprodutivo, a autora, baseando-se em Foucault, defende a posição que são as instituições de saúde, as mais diretamente ligadas ao controle do corpo humano. Na análise das instituições religiosas, a autora faz uma distinção entre religião e Igreja, e a partir analisa as vinculações com o comportamento reprodutivo. Na parte relativa à unidade de reprodução econômica, a autora concentra-se mais na estrutura econômica e no sistema de classes em si mesmo, do que na relação entre estes e o comportamento reprodutivo. Na análise da família e suas relações com a estrutura de classes vigente, a autora aponta que, apesar do modelo de família conjugal, em termos de ajuda mútua esse modelo se caracteriza como modelo de família nuclear com laços extensos.

Mas, o importante de tudo neste trabalho é que, ao falar para os dois auditórios, ela consegue responder alguns dos problemas de ambigüidade com relação à identidade do grupo, de uma forma mais eficiente do que a tentada por Faria na segunda reunião, no que diz

respeito à criação de um consenso mínimo. Por outro lado, consegue legitimar no grupo o modelo do Centre de Sociologie Européenne de Bourdieu, o que Arakcy Martins Rodrigues havia tentado três vezes sem sucesso.

Os dois trabalhos seguintes são sobre o ponto de pesquisa de Santa Cruz do Sul. O trabalho “Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Santa Cruz do Sul”, de Lília Montali, publicado em *Estudos de População*, 6, CEBRAP, 1980, São Paulo, apresenta uma reconstrução histórica com as características específicas de cada etapa. Na primeira parte são descritos, sucessivamente: a) o movimento da migração alemã, analisando a situação de Alemanha e Brasil; b) a evolução da economia, a partir de uma periodização: a economia rural com agricultura de subsistência, economia de mercado, integração da divisão inter-regional do trabalho, expansão das formas capitalistas, crise e desnacionalização do fumo; c) a configuração das atividades urbanas a partir de 1940; d) as tendências da dinâmica demográfica. A esse respeito, a autora assinala que os movimentos migratórios são mais importantes que o comportamento da natalidade e da mortalidade.

A seguir, autora estuda a expansão do capitalismo em S. C. Sul, com especial preocupação com a configuração das categorias sociais. Depois a autora analisa a família e suas distintas estratégias, segundo sua inserção no processo produtivo (proprietárias e não-proprietárias). No que se refere a este último aspecto, a relação entre família e classe social, que é o interesse prioritário no grupo de trabalho, segundo a autora, não é a família que reproduz a classe social, mas produz indivíduos que se inserem no mercado de trabalho, de maneira a determinar assim a sua situação de classe.

Os comentários gerais do trabalho feitos na reunião são a rigidez com que a autora estabelece a relação capital-classe social e a maneira pouco unívoca de definir o conceito de estratégia familiar.

O último trabalho desta série, “Instituições e Reprodução Humana em Santa Cruz do Sul”, de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, publicado em *Estudos de População* 6, CEBRAP, 1980, São Paulo, focalizou as instituições de natureza religiosa, as do sistema de saúde, o sistema escolar formal, além de algumas informações sobre os meios de comunicação de massa. Segundo o autor, os processos de transformação ocorridos nas instituições podem ser explicados por formas de determinação independentes e superpostas. Assim é possível

distinguir-se analiticamente as transformações das instituições no nível local, em função das transformações na estrutura econômica, transformações estas que, por sua vez, influenciam as relações de produção e consumo. Porém, o processo de desenvolvimento econômico brasileiro como um todo tende a uma superestrutura hegemônica, no qual as instituições se nacionalizam e perdem seus traços regionais específicos, moldando-se um padrão geral predominante no país.

Por isso, segundo o autor, é importante estudar o papel cultural e homogeneizante dos meios de comunicação de massas. Para ele, haveria uma tendência das instituições a aconselhar a redução do número de filhos, apesar de essas mensagens se darem de modo desigual e ambíguas. No que se refere à Igreja, em C do Sul a Igreja católica não tem monopólio, são importantes a Igreja luterana, a umbanda e o pentecostalismo. A umbanda, nas classes subalternas, não se opõe ao controle; os pentecostais proíbem o controle; e os luteranos recomendam o controle, não em termos de ação pública, mas no trabalho direto com as famílias.

Os comentários gerais ao trabalho de Procópio enfatizam que as instituições em S. C. do Sul agem de forma análoga ao que fazem em Parnaíba e S. J dos Campos, com exceção da umbanda, que nos outros pontos é mais natalista. Existe uma crítica ao trabalho, por não reportar como as mensagens são recebidas, suscitando a impressão de que a mensagem molda o comportamento, mas o autor é um pesquisador extremamente respeitado e dividirá com Loyola o tema das instituições.

O segundo ponto do temário foram os estudos com enfoque demográfico sobre a dinâmica da população. Essa é a parte mais sucinta entre os temas apresentados na quinta reunião, pois conta com apenas dois trabalhos.

O primeiro, “Dinâmica Agrária e Dinâmica Populacional Argentina”, 1937-1960, de Lucio Geller, não contou com apresentação do autor, que não compareceu à reunião. Seu trabalho foi comentado por Ana Maria Goldani, que considerou que o caráter de relatório de pesquisa do trabalho compromete o entendimento dos aspectos teórico-metodológicos que sustentam as conclusões do autor. Ou seja, o trabalho teve muito pouca importância.

O segundo é “Análisis de la Nupcialidad através de la Historia de Uniones”, de Raul Benitez e Julieta Quilodran, publicado em *La fecundidad en Mexico*, El Colegio de Mexico-UNAM, Mexico, 1983. Os autores partem do casal como âmbito no qual ocorre o processo reprodutivo, de modo que os aspectos que caracterizam a nupcialidade (idade da união, natureza, duração etc.) afetam o tamanho da prole que se pode vir a ter. O paralelismo que existe entre o desenvolvimento da vida matrimonial e o processo reprodutivo obriga que a referência seja o casal, daí a solução proposta consiste em recorrer ao jogo de combinações resultante do número de uniões e da natureza de cada uma delas, como forma de dar ao fenômeno uma certa dimensão temporal.

O universo estudado eram as mulheres que haviam estado unidas pelo menos uma vez, quer fossem uniões legais ou consensuais, e que foram entrevistadas nas pesquisas realizadas nas áreas rurais e semi-urbanas no México em 1970. O objetivo era verificar qual das categorias de uniões definidas, a partir da reagrupação das combinações resultantes, expunha mais a mulher ao risco de conceber (partindo do fato de que não controlavam efetivamente sua fecundidade e que uma duração maior de uniões deveria corresponder a uma prole mais elevada).

A terceira parte do temário é Estudos sobre a Família, ou partindo da família como unidade de análise, e consta de sete trabalhos. O primeiro, “Notas sobre a Família como Unidade Socioeconômica”, de Carlos Borsotti, publicado em *Cuadernos de la CEPAL*, 22, CEPAL, Santiago, 1978, foge um pouco às preocupações do grupo. Na verdade, a definição de pobreza constitui a problemática central do autor. A comentarista Maria Coleta F. A. Oliveira aponta de início as dificuldades de compreensão do texto, pelo fato de que no mesmo estão superpostas duas linhas de argumentação. Uma, na qual se desenvolve o modo de abordar o objeto família, e outra, de que as políticas sociais só podem ser pensadas a partir dos tipos sociais a que se destinam. Oliveira considera ainda que a tipologia proposta pelo autor é formal, pois não se apóia em um sistema teórico que contenha os nexos estruturais e históricos entre família e sociedade.

O segundo trabalho, “A Família no Brasil: Algumas Hipóteses de Trabalho”, de Maria Coleta de Oliveira, publicado em *Cadernos de Estudos e Pesquisas*, 3, FAO/USP, 1979, São Paulo, parte da análise críticas das descrições e interpretações da família tradicionalmente

estudada como família patriarcal, demonstrando a existência de uma inconsistência entre a imagem desse tipo de família e o comportamento efetivo,. Ou seja, o leque de alternativas idealizadas de comportamento é menor que o conjunto de possibilidades que concretamente se apresentam e se efetivam. A imagem da mulher *versus* o trabalho feminino, as alternativas de associação entre os sexos são exemplos de inconsistência entre o comportamento efetivo e o idealizado.

Em função dessa discrepância e a partir das considerações teórico-metodológicas dos estudos realizados, a autora propõe os caminhos de superação das estratégias de pesquisa que permitam construir um quadro explicativo a partir das condições concretas dos indivíduos.

Nesta sessão foram apresentados ainda, oralmente, dois trabalhos referentes ao Brasil que não encontramos publicados, “Reprodução Social do Operário Industrial e Família Operária”, de Regina de Paula Santos Prado, e “Quadro das Famílias em Domicílios de Imigrantes: um Estudo Censitário dos Diferenciais em Regiões Metropolitanas”, de Lúcia Feitosa.

Os trabalhos seguintes se referem ao México. “Economia Clasica, Familia y Actividad Feminina”, de Eric Weiss-Altaner, publicado em *Demografia y Economia* (ALTANER, 1977), faz uma crítica da economia neoclássica como um marco teórico para compreender a gênese e evolução dos diversos tipos de família e o uso que as famílias fazem do seu tempo feminino. O autor tem um *background* marxista e, baseando-se em *O Capital* e outros textos de Marx e Engels, propõe uma definição do custo da reprodução da força de trabalho como fluxo vitalício de trabalho, isto é, de produtos de trabalho que não apenas mantêm a pessoa ao nível de consumo, saúde esperança de vida e formação própria de sua posição social. Mas também custeia a criação de um substituto para a geração seguinte, com as características necessárias para manter a posição social da família. A principal importância teórica dessa definição reside no fato de que o grau de exploração da pessoa em questão não depende de sua fecundidade completa. Para o autor, essa definição do custo de reprodução da força de trabalho permite incorporar as associações empíricas no que refere a níveis, diferenças e movimentos da fecundidade, que foram obtidas com os modelos neoclássicos e funcionalistas.

“Reflecciones Teorico-Methodologicas sobre el Estudio de las Relaciones entre el Trabajo de la Mujer y la Fecundidad en la Ciudad de México”, de Brigida Garcia e Iolanda de Oliveira, publicado em *Investigaciones Demograficas en México* (GARCIA e OLIVEIRA, 1978), apresenta algumas considerações de caráter teórico-metodológico que orientaram a análise da participação feminina na atividade econômica e fecundidade, no projeto de Migração Interna, Estrutura Ocupacional e Mobilidade Social, na área metropolitana da Cidade do México.

O trabalho parte de duas premissas teóricas: 1) as tarefas domésticas são concebidas como atividade econômica; e 2) o trabalho da mulher fora de casa é condicionado por sua posição na estrutura familiar e na produção doméstica e “mediado” pelas características da unidade. A partir desses dois pontos de vista, as autoras afirmam que a relação entre a participação da mulher na força de trabalho e fecundidade não pode ser estudada de maneira isolada de sua posição no âmbito doméstico, principalmente de sua relação com o chefe da família e a ocupação que este desempenha, assim como as características que apresentam a unidade doméstica ao qual ela pertence.

“Notas Metodológicas para el Estudio de la Familia Campesina como Unidad de Producción Y/O Consumo”, de Martine Gilbert, é parte de um trabalho mais amplo sobre estrutura agrária no México. Os seus objetivos não são muito claros e a crítica feita ao trabalho se situa sobre a distância entre o procedimento lógico de criação dos conceitos e análise empírica.

O último ponto do temário da quinta reunião são os Estudos Visando a Estabelecer Conceitos Básicos para o Estudo da População. Esta sessão apresenta cinco trabalhos. Os dois primeiros, “Reproduccion de la Poblacion y Desarrollo” e “Estudio Comparativo del Comportamiento Reprodutivo en Algunas Areas Rurales y Urbanas de América Latina”, ambos de Adolfo Aldunate. Seus resumos não foram anexados à publicação. A justificativa é a extensão dos trabalhos, que teria impossibilitado a colaboração dos participantes para redatá-los. Parece-nos que Elza Berquó, como coordenadora do grupo, já tinha notado, desde a segunda reunião, que esse encantamento com as posições de Aldunate eram esterilizantes para o trabalho de pesquisa. Pensamos que, muito mais por uma questão de política, os trabalhos não são publicados. Aldunate falava para apenas um auditório, que já não era importante.

Os três últimos trabalhos são do grupo do CEBRAP. São trabalhos teóricos e são os últimos desse tipo que serão apresentados e aceitos nas reuniões do grupo. Na sexta reunião, o trabalho de Campanário sofrerá críticas arrasadoras.

“Algumas Contribuições para a Pesquisa sobre o Comportamento Humano”, de Aracky M. Rodrigues (RODRIGUES, 1983, v. 4), é dividido em duas partes. Na primeira, a autora critica a passagem direta que os estudos da reprodução humana tenta estabelecer entre as variáveis socioeconômicas e biológicas e o comportamento reprodutivo, pontos extremos do processo que se pretende explicar. Esta passagem direta seria feita por um dos três procedimentos defeituosos: presumindo-se que o indivíduo é a sede da intencionalidade; estabelecendo-se uma causalidade direta entre categorias socioeconômicas e diferenciais encontrados ou instaurando-se uma “personificação dos coletivos”. A partir destas deficiências é que se faz necessário o modelo de Bourdieu.

Apesar de a crítica ser correta, Rodrigues tenta de forma abstrata legitimar um programa de pesquisa, o que Loyola consegue quando, por um lado, aplica na prática da análise das entrevistas de Parnaíba e, pelo outro, demonstra a não-incompatibilidade com Marxismo.

“Produção dos Homens: Notas sobre a Reprodução da População sob o Capital”, de Francisco de Oliveira, publicado em *Estudos do CEBRAP* (OLIVEIRA, 1976), como o título indica, trata de modo abstrato a evolução da reprodução da população nas etapas que distinguem as formas de evolução do capital. A idéia central é que a fecundidade da família do trabalhador, que não é proprietário de sua família, é submetida a uma espécie de “animalidade social”: o tamanho da família e é um resultado que não se repõe para o trabalhador, mas apenas para o capital. Com a elevação do nível das forças reprodutivas e a transformação da “classe em si” em “classe para si”, há um declínio da fecundidade, já que, como aspecto da reprodução da força de trabalho, altas taxas de fecundidade requerem produção doméstica de valores de uso incompatíveis com a produção de mais-valia.

O último trabalho, “O Comportamento Reprodutivo”, de José Arthur Giannotti, tem como ponto de partida a reflexão para o estudo da reprodução humana sobre a relação indivíduo/sociedade. O ponto central dessa reflexão é que a reprodução biológica de uma

população que já existe como sociedade é causa e consequência das ações demográficas de cada um de seus membros.

CAPÍTULO 6: Sexta Reunião – Uma Família bem Estendida

A sexta reunião do Grupo de Trabalho sobre Processo de Reprodução da População realizou-se em Teresópolis, Rio de Janeiro, de 22 a 25 de abril de 1980.

Considerando o lapso de tempo transcorrido entre as reuniões, bem como as dificuldades financeiras e de dispersão de membros em atividades distintas, a coordenadora adotou como estratégia uma solução de compromisso entre os interesses anteriores do grupo e a idéia de aprofundar um tema específico para discussão. Esta estratégia configurou-se na proposta de dar à reunião o caráter de seminário sobre o tema amplo “Família e Reprodução da População”, subdividido fundamentalmente em duas grandes sessões, a saber: 1) Elementos Dinâmicos do Processo de Reprodução da População: Vinculações entre Mortalidade e Fecundidade, para cuja coordenação foi convidada a pesquisadora Maria Coleta F. A. de Oliveira, e 2) A Família como Mediação entre Acumulação Capitalista e Reprodução da População, para cuja coordenação foi convidada a pesquisadora Maria Andréa Rios Loyola. Para estas sessões estavam programados os seguintes trabalhos:

SESSÃO 1: “Relações entre Mortalidade e Fecundidade: o Caso de São Paulo”, de Diana R. T. Oya Sawyer; “Crescimento Populacional e Distribuição da Renda Familiar: o Caso Brasileiro”, de José A. M. de Carvalho e Charles Wood; “Algumas Indagações sobre a Fecundidade no Brasil Hoje”, de Elza S. Berquó.

SESSÃO 2: “Unidades Domésticas, Famílias-Associação y Famílias-Fetichismo”, de Paulo Campanário; “Los Trabajadores y sus Unidades Domésticas en la Ciudad de México”, de Brígida Garcia, Humberto Muñoz e Orlandina de Oliveira; “Família e Trabalho Feminino – As Costureiras Externas da Indústria de Confecção”, de Alice R. de P. Abreu; “Dinâmica Grupal e Indivíduo no Sistema de Distribuição de Privilégios na Família”, de Arakcy M. Rodrigues; “O Homossexual face à Norma Familiar: Desvios e Convergências”, de Carmem Dora Guimarães; “Habitus de Classe e Estratégias de Reprodução”, de Monique de Saint Martin.

Ademais, afirmou a coordenadora técnica ter optado por convidar para o debate especialistas de outras áreas, com o intuito de aprofundar a discussão, bem como estabelecer um balanço do que se avançou e as perspectivas futuras. Finalmente, foi tentado um equilíbrio entre considerações teóricas e pesquisa empírica na inclusão dos trabalhos.

Em seguida, a coordenadora técnica propôs a criação de duas comissões *ad hoc*: a de publicações, composta por Maria Coleta F. A. de Oliveira, Brígida Garcia e Cândido Procópio F. de Camargo, e a comissão de atividades futuras, composta por Adolfo Aldunate, Elza Berquó, Brígida Garcia, Alejandra Pantelides, Maria Coleta F. A. de Oliveira. À última comissão agregou-se, posteriormente, Eduardo Cordero, representante do PISPAL.

A primeira parte da sexta reunião foi uma tentativa de retomar as idéias iniciais sobre o processo de reprodução da população definidas na primeira reunião. A coordenadora desta sessão, Maria Coleta F. A. de Oliveira, iniciou os trabalhos situando o sentido da inclusão do tema na sexta reunião e introduzindo os textos a serem discutidos.

Enfatizando a importância da inclusão efetiva da mortalidade dentre as preocupações do Grupo de Trabalho sobre Processo de Reprodução da População, chamou a atenção dos participantes e demais presentes para o fato de os trabalhos reunidos retomarem temas de certo modo tradicionais nos estudos de fecundidade, tais como: o papel das chamadas “variáveis intermediárias” na determinação dos níveis de fecundidade, as relações entre mortalidade e infância e fecundidade (o chamado “efeito reposição”) e a questão das relações entre o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico e/ou melhoria das condições de vida. O significativo nesta retomada, salientou Maria Coleta F. A. de Oliveira, é que esta se dava em contexto distinto daquele no qual foram tradicionalmente tratadas essas questões, resgatadas numa discussão em que são levadas devidamente em conta as especificidades históricas e estruturais dos processos demográficos.

Passando à apresentação e discussão dos trabalhos, Diana R. T. O. Sawyer expôs as principais conclusões a que chegou, a partir da análise das relações entre mortalidade e fecundidade na cidade de São Paulo, com o trabalho “Relações entre Mortalidade e Fecundidade: o Caso de São Paulo” (SAWYER, .1983, v. 4)

A análise de séries históricas de mortalidade e fecundidade, assim como de dados da Investigação Interamericana sobre Mortalidade na Infância, conduzida em São Paulo em 1968 (entre outras cidades), levou a autora a colocar em dúvida a hipótese segundo a qual atribuiu a alta fecundidade das populações ao desejo e/ou necessidade de compensar a alta mortalidade. Apesar da estreita correlação entre mortalidade e fecundidade e da conseqüente alta taxa de reposição encontrada, os dados sugerem haver na verdade uma “reposição excessiva”, que não se explicaria com base na lógica do “efeito reposição”. Isto é, sugerem que

“parece existir um número grande de mulheres que desejam proles numerosas ou que não usam métodos anticoncepcionais, características que não se relacionam, necessariamente, com experiência de morte” (SAWYER, 1983, p. 52).

Coloca, assim, em questão a adequação do esquema conceitual do “efeito de reposição”. No dizer da autora:

“A interpretação da história econômica e demográfica de São Paulo sob esse ângulo mostra que o caminho seguido pelo desenvolvimento capitalista levou ao declínio global dos níveis de mortalidade e fecundidade, deixando, porém, bolsões em que os dois níveis são elevados. Quanto aos bolsões de fecundidade alta, pode-se resumir as razões de sua existência da seguinte maneira: a natalidade elevada é característica da massa de trabalhadores não-qualificados que foi gerada e utilizada no desenvolvimento de São Paulo. Historicamente, essa natalidade tende a corresponder aos interesses de classe da burguesia agrária e industrial assim como aos interesses individuais dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a mortalidade na infância não diminuiu tanto nesse grupo quanto entre os trabalhadores “técnicos” ou entre a burguesia, por causa dos altos custos, a possibilidade de isolar tal mortalidade dentro do grupo não-qualificado e a disponibilidade continuada de trabalhadores não-qualificados através da migração, da fecundidade elevada e da destruição de formas de produção não capitalistas” (idem, p. 54).

E ainda:

”quando a mortalidade infantil, a fecundidade e as condições socioeconômicas são tratadas como variáveis, a mortalidade alta funciona melhor como indicador da fecundidade alta e da pobreza do que estas variáveis funcionam como indicadores da mortalidade” (idem, p. 54-55).

“A conclusão geral que se pode oferecer é de que a mortalidade infantil elevada e a fecundidade elevada tendem a coincidir nas mesmas famílias, não tanto porque a primeira causa a segunda, como porque as duas são resultados das condições econômicas e sociais geradas historicamente na estrutura social” (idem, p. 55).

Cândido Procópio F. de Camargo elogiou o trabalho apresentado, pela suavidade da passagem entre o nível teórico e o empírico, e por constituir interessante contribuição crítica à interpretação demográfica dos processos sociais. No dizer de Camargo, o trabalho tem, nesse sentido, mérito político, dado que critica a posição segundo a qual a manipulação das variáveis demográficas pode responder aos problemas sociais, para quem o modelo político-demográfico constitui a panacéia para a miséria da humanidade. Dentre as críticas, a principal formulada por Camargo se dirige à classificação utilizada pela autora dos mecanismos responsáveis pela redução da fecundidade. A separação de “mecanismos volitivos” e “não-volitivos” é ambígua e psicologizante, não se integrando, na opinião de Camargo, à explicação histórico-estrutural do comportamento demográfico.

A seguir, passou-se à apresentação do trabalho de Charles H. Wood e José Alberto M. de Carvalho, “Crescimento Populacional e Distribuição da Renda familiar: o Caso Brasileiro”. Carvalho enfatizou a importância do trabalho, uma vez que a década de 70 caracterizou-se pela discussão em torno do tema da distribuição de renda, em função das análises que evidenciavam tendências marcadas de concentração nos dados de 1970, acentuando características já detectadas nos dados do censo de 60.

Partindo desta discussão, o trabalho tem por objetivo verificar em que medida mudanças no comportamento demográfico afetam a distribuição de renda e vice-versa. As tabulações especiais do censo de 1970 para o Brasil são utilizadas para a estimação das taxas

de fecundidade e mortalidade por nível de renda familiar. Com base nelas são feitas projeções populacionais para o ano 2000, usando-se várias hipóteses que combinam as referidas taxas e taxas de mobilidade social. Estas projeções

“indicam que a população pobre crescerá bem mais rápido do que a população rica. Evidencia-se que as taxas diferenciais de crescimento natural por estratos de renda contribuem para uma maior concentração de renda no final do século” (WOOD e CARVALHO, 1983, v. 4, p. 1).

Contudo, as simulações sugerem a impossibilidade de atribuir-se ao possível declínio da fecundidade e da mortalidade uma duvidosa melhora dos níveis de concentração de renda, sugerindo o caminho inverso, isto é, alterações na distribuição de renda para que diminuam os diferenciais de crescimento demográfico entre os estratos.

As atividades prosseguiram com a exposição e debate do trabalho de Elza S. Berquó, intitulado “Algumas Indagações sobre a Recente Queda da Fecundidade no Brasil” (BERQUÓ, 1983, v. 4). Tomando a palavra, enfatizou a autora o caráter que pretendeu dar a seu trabalho, configurando-se como notas para discussão. Teria assim um caráter “acientífico”, no sentido de que não segue o padrão de teste de hipóteses que caracteriza o procedimento usual das ciências.

Parte a autora da existência de uma queda na fecundidade no Brasil, a julgar pela comparação dos dados no censo de 1970 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976, da ordem de 28,3%. Além das estimativas da fecundidade, as alterações observáveis na estrutura etária entre os dois momentos reforçam a conclusão de que realmente a fecundidade declinou, muito provavelmente a partir de 1965. Descarta a hipótese da urbanização como explicação para tal declínio. Apesar dos níveis sem precedentes alcançados pela urbanização no período, os dados regionais sugerem ter a fecundidade declinado mais exatamente em áreas rurais, especialmente aquelas situadas em regiões de agricultura tradicional, áreas das mais empobrecidas de nosso meio rural.

Recolocando a questão de um modo mais geral, sugere a autora estar a queda da fecundidade relacionada à acentuação das condições de pobreza tanto urbana quanto rural. Esta piora geral das condições de vida resultou de um modelo econômico concentrador de

riquezas, sendo este possivelmente o responsável por uma nova transição demográfica, aquela cujos fatores dinâmicos são o oposto da melhoria das condições de vida.

Usando o modelo de Bongaarts como aproximação à comparação entre as áreas cobertas pela Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana – dados que também indicam a ocorrência de queda acentuada da fecundidade –, procura a autora verificar quais seriam os expedientes usados pelas camadas mais pobres da população para reduzir sua fecundidade ao verem suas condições materiais de vida se deteriorarem. As conclusões tentativas a que chega vão no sentido de sugerir que

“(…) as populações femininas nestes diferentes contextos recorrem a expedientes também distintos no sentido de controlarem sua reprodução. Nas áreas rurais mais pobres, o recurso mais usado é o aborto e um aleitamento mais prolongado para os nascidos vivos (...) Para todas as demais áreas (com exceção de Parnaíba-urbano) o emprego de anticoncepcionais sugere o uso do aborto e, conjuntamente com um tempo variável de aleitamento materno, conseguem manter em níveis mais baixos suas taxas de fecundidade total” (BERQUÓ, 1983, v. 4, p. 9).

Sugere ainda a importância do papel de uma desnutrição crônica na alteração da fecundidade, quer por insuficiência de saúde, ocasionando maior número de perdas fetais, quer pelo rebaixamento da libido.

Paulo de T. Paiva propôs algumas reflexões a propósito dos dados apresentados pela autora. Suas indagações foram no sentido de especificar concretamente os processos que compõem o “empobrecimento” que explicaria a queda acentuada da fecundidade. Sugere, assim, que esse empobrecimento estaria relacionado à generalização da mercantilização da reposição da força de trabalho. Com a monetarização da economia e ao mesmo tempo com a queda na produção de bens alimentares – facilmente constatável –, o trabalhador encontraria condições mais difíceis ao tentar repor sua força de trabalho, tanto pelo lado da oferta, quanto pelo lado da possibilidade de acesso aos produtos necessários, em função dos níveis de salários. Segundo Paiva, o aumento dos níveis de salário na agricultura nos últimos anos reflete exatamente essa generalização do mercado, fazendo com que o salário do trabalhador

tenha que ser maior ou fazendo, na verdade, aumentar a parcela monetária do salário. A própria queda na produção de bens alimentares reflete o fato de o trabalhador não mais prover diretamente, através de roças de subsistência, a reposição das energias consumidas no trabalho.

Se verdadeiras tais sugestões, a pesquisa poderia focalizar diferenças entre populações migrantes e não-migrantes – as primeiras que têm alteradas bruscamente as condições de reposição de sua força de trabalho, pela monetarização de sua subsistência – e verificar os efeitos sobre a fecundidade.

Foram ainda levantadas muitas outras questões pelos demais participantes, destacando-se as seguintes:

1. A especificidade do processo de pauperização, já que as condições urbanas, evidenciadas pelas migrações intrametropolitanas, ou as condições de vida do trabalhador na cidade são de *per si* extremamente desgastantes. Em que sentido se sobrepõe a este desgaste um desgaste adicional, este sim capaz de afetar a fecundidade?
2. Importância de examinar as tendências detectadas como momentos de séries históricas mais longas, para ser possível uma avaliação mais concludente acerca de seu significado. Isto porque há exemplos de flutuações conjunturais mais ou menos cíclicas, como é o caso de São Paulo.
3. Enfatizou-se a importância da dureza das condições de vida urbana em função do assalariamento. Este significa também incerteza quanto à sobrevivência, ao alimento, à moradia, o que pode refletir, a curto prazo, sobre as estratégias reprodutivas. Enfatizou-se na mesma linha a importância do confinamento ou da exiguidade de espaço residencial, físico, como limitação para as manifestações da libido.

A segunda parte da reunião é dedicada ao estudo da família, tema que foi lançado no grupo de trabalho por Maria Coleta F. A. de Oliveira na segunda reunião, mas é coordenada por Maria Andrea Loyola.

A sessão 2 teve início na manhã de quinta-feira, dia 24, com uma apresentação feita por sua coordenadora, Maria Andrea Rios Loyola. Nessa apresentação, Maria Andrea historiou a preocupação com o estudo de família, no interior do Grupo de Trabalho em suas várias reuniões, bem como considerou aspectos teórico-metodológicos específicos de sua abordagem sob a ótica dos estudos de população. Ressaltou ainda a importância de especialistas especialmente convidados para esta reunião, bem como de temas atuais, que poderão lançar novos elementos e perspectivas ricas para os especialistas em população.

Em seguida, Paulo Roberto Campanário fez a apresentação de seu trabalho, “Unidades Domésticas, Famílias-Associação e Famílias-Fetichismo” (CAMPANÁRIO, 1983, v. 4). Partindo de conceitos básicos da economia política marxista, o apresentador discutiu as tendências recentes do desenvolvimento capitalista nas áreas centrais e na periferia. Em termos populacionais, a acumulação capitalista, nos países centrais, gera uma superpopulação cíclica e pequena; nos países periféricos, por sua vez, a população não cíclica determina, em parte, a baixa composição orgânica média do capital, assim como o surgimento do não capitalismo como única alternativa de reprodução da enorme força de trabalho excedente. A dinâmica desse processo é acompanhada pela família:

“quanto mais subdesenvolvida a periferia, maior será a reprodução da força de trabalho nas unidades domésticas de auto-reprodução; quanto mais desenvolvida relativamente, maior proporcionalmente será a reprodução da força de trabalho assalariada, baseada, portanto, na família-associação ou, nos estágios mais avançados, baseada na família-fetichismo” (CAMPANÁRIO, 1983, v. 4, p. 42).

A família, como unidade reprodutora da força de trabalho, tende, ao extremo, ao tipo família-fetichismo, onde o individualismo gerado pela venda da mercadoria força de trabalho reduz a existência dos filhos a uma imagem fetichizada e alienante, com aparência de ser algo para os pais, mas que, em verdade, são algo apenas para outros, para o capital. Neste sentido, a fecundidade baixa representa a desmistificação do filho-fetichismo e da família-fetichismo:

“O capitalismo, em sua busca incessante e insaciável de mais-valia, destrói a família e tentará produzir o bebê-proveta industrialmente e

segundo características físicas e psicológicas que convenham” (idem, p. 44).

O primeiro comentarista, Prof. Cândido Procópio F. de Camargo, iniciou sua exposição afirmando discordar do trabalho, resumindo seus comentários em três pontos, a saber:

- 1) Conceito de racionalidade – Se no trabalho apresentado critica a racionalidade, o autor acaba utilizando-a de maneira próxima à concepção funcionalista. Não utiliza o conceito marxista de racionalidade baseado na filosofia da história. Deveria ser utilizado o termo “interesse de classe” e não racionalidade, na medida em que na verdade o trabalho trata de interesse de classe.
- 2) Quando fala de família-fetiche que deveria desaparecer, porque é sustentada pelos interesses da classe dominante, reduz a condição humana à determinação do modo de produção. Surge daí sua surpresa porque os proletários dos países centrais ainda têm filhos.
- 3) A visão do autor de dominação de classe é tão determinística que elimina a dialética. Não há mais espaço para a dialética de classes. Teríamos o bebê de profeta e o Admirável Mundo Novo. Não parece que a realidade proceda assim.

Apontou formas que o capitalismo assume para alterar as situações: o capitalismo é capaz de provocar migração, instalar multinacionais onde há população. Há, porém, possibilidades de variações que permitem vislumbrar um final menos sombrio.

O segundo trabalho da sessão, intitulado “Los Trabajadores y sus Unidades Domésticas en la Ciudad de México”, de Brigida Garcia, Humberto Muñoz e Orlandina de Oliveira (GARCIA, MUNOZ e OLIVEIRA, 1983, v. 4), fez parte de uma investigação mais ampla que procura estudar a participação familiar de diferentes grupos sociais no mercado de trabalho. No estudo procurou-se diferenciar a estrutura interna das unidades domésticas segundo a situação de classe de seus chefes, na cidade de México, em 1970. Após classificarem os chefes das unidades domésticas selecionadas, segundo sua inserção no mercado de trabalho, em trabalhadores assalariados manuais, assalariados não manuais e trabalhadores por conta própria (manuais e não manuais desprezando os empregadores), os

autores procuraram caracterizar a situação de classe do chefe, utilizando-se de uma análise transversal apoiada em histórias de vida. Concluiu-se que os “assalariados manuais” e os “trabalhadores por conta própria” possuem baixos rendimento e reduzida escolaridade e que os “assalariados não manuais” se situam em níveis mais altos de escolaridade e estratificação social.

Passou-se, em seguida, à comparação desses grupos, segundo suas características demográficas: composição de parentesco das unidades, ciclo de vida e sexo do chefe, tamanho das unidades. Concluiu-se que a composição não constitui um elemento diferenciador: predominam nos três grupos unidades “nucleares” e a presença uniforme de 35% “não nucleares”, quando dirigidas por homens. Nas unidades dirigidas por mulheres predominam as “não nucleares”. O ciclo de vida e o tamanho introduzem diferenças: entre os “assalariados” predominam unidades com chefes menores de 45 anos e os “trabalhadores por conta própria” se distribuem de maneira similar nos dois ciclos vitais considerados – de 15 até 44 anos e com mais de 44 anos; os “assalariados” e os “trabalhadores por conta própria” têm unidades de maior tamanho e entre os “assalariados não manuais” predominam unidades de tamanho reduzido.

Além das diferenças, o trabalho ressaltou também algumas semelhanças: em todos os casos, as unidades maiores são “extensas” seguidas pelas “nucleares” e finalmente pelas “sem componente nuclear”. Isto é explicado pelo fato de que cada tipo de unidade é afetada por distintos processos os quais atuam sobre a situação de classe do chefe. Segundo os autores, nas unidades extensas, além dos altos padrões de fecundidade mexicanos, tem que se considerar a escassez de moradias, permanência de filhos casados nas unidades de origem, etc. Ao contrário, as unidades “sem componente nuclear” são menores porque não dependem necessariamente da fecundidade. O próximo passo do trabalho consiste em relacionar esses traços com a participação econômica familiar, pressupondo-se que determinem em parte a disponibilidade de mão-de-obra e o número de dependentes.

Encerradas as discussões sobre o trabalho de Brígida Garcia, a sessão foi retomada, com a apresentação do trabalho “Família e Trabalho Feminino – As Costureiras Externas da Indústria de Confecção”, por Alice Rangel de Paiva Abreu (ABREU, 1983, v. 4).

As análises que privilegiam fatores normativos e valorativos fizeram que durante algum tempo o papel econômico do trabalho doméstico das mulheres, bem como o significado de seu trabalho assalariado, fossem ignorados. Partindo da crítica desse enfoque, a autora estudou o trabalho a domicílio entendido no seu sentido clássico – pequenos produtores independentes que realizam trabalho sob encomenda de empresas maiores – procurando mostrar a importância da família como instância mediadora do trabalho feminino remunerado.

Mostrou, em primeiro lugar, como na esfera da produção existe uma demanda efetiva por esse tipo de trabalho e que ele é extremamente vantajoso para a acumulação capitalista em alguns tipos de situações produtivas, como na indústria de confecção. Em segundo lugar, através da análise de entrevistas realizadas com costureiras a domicílio na cidade do Rio de Janeiro, explicitou como do lado da oferta de trabalho é importante considerar a persistência da família nuclear e sua ideologia correspondente para explicar a disponibilidade de uma mão-de-obra disposta a aceitar as condições muitas vezes adversas desse tipo de relação produtiva.

Por um lado, as costureiras podem aceitar um trabalho que, em média, é pago bem abaixo do valor de reprodução de sua própria força de trabalho, porque geralmente não são integralmente responsáveis por ela, já que são casadas ou fazem parte de um grupo doméstico onde o homem arca com parte dessa responsabilidade. Por outro lado, justamente porque o chefe da família é muitas vezes também pago muito baixo do valor de sua reprodução e de sua família, existe uma necessidade concreta da entrada da mulher na força de trabalho. Ao mesmo tempo, a ideologia dominante nesse tipo de família, que percebe a mulher como primordialmente dona de casa e mãe, dificulta sua entrada no mercado de trabalho “formal”, que implicaria abdicar de grande parte de suas tarefas domésticas e maternas, consideradas como fundamentais. O trabalho a domicílio aparece, portanto, como a opção possível em certos momentos do ciclo de vida das mulheres investigadas.

Para a grande maioria dessas mulheres, a decisão de pegar serviço em casa está relacionada a fatores diretamente ligados à família e é geralmente tomada depois do casamento, quando esses fatores se tornam mais prementes.

Mostrou não só como a situação familiar interfere na opção pelo trabalho a domicílio, mas também como esta opção interfere também sobre a família obrigando a uma

redistribuição de tarefas no grupo doméstico: situação em que a mulher se vê obrigada a transferir parte de suas responsabilidades para outros membros da família.

A comentarista do trabalho, Helena Lewin, iniciou sua apresentação afirmando estar muito bem colocado o processo de produção focalizado pela pesquisa; a restrição feita se refere aos outros dois níveis mencionados: a reprodução e o consumo. A autora, para analisar a reprodução, utilizou-se de duas categorias: 1) uma categoria única, ao nível da unidade familiar e grupo social, na qual é privilegiada a categoria tempo, em duas vertentes, um tempo geracional e um tempo do cotidiano; 2) uma categoria macro, em que é privilegiada a estrutura social, também com duas vertentes, de um lado em termos de relações sociais de produção e, do outro, em termos de divisão sexual do trabalho.

Neste caso, ao se falar em relações sociais de produção, Helena Lewin acredita ser necessária uma ampliação em termos de controle ou não controle do capital, que é um pouco diferente do problema da propriedade. É fundamental aqui o problema da mão-de-obra socialmente necessária.

A divisão sexual do trabalho, prosseguiu a comentarista, seria uma categoria transitória entre os dois níveis (macro e micro), uma vez que também está inserida na família propriamente dita. Finalmente, no que se refere ao consumo, que não é discutido teoricamente, não fica claro o que se está entendendo por consumo e, ainda, há uma distância entre a apresentação teórica e a análise dos dados.

Há uma certa estreiteza quando se utiliza a categoria divisão sexual do trabalho apenas dentro da família, a qual é determinada, em última instância, pelo modo de produção. Esta divisão sexual do trabalho não está apenas dentro da família, ela se dá ao nível da sociedade.

Trabalhando com o modo de produção capitalista dependente, que é o caso brasileiro, a autora afirma que a divisão sexual do trabalho de certa forma reflete a ideologia patriarcal de nossa formação social. É o caso de se indagar se esta ideologia patriarcal não é a única, não é exclusiva do modo de produção capitalista.

As discussões foram retomadas com a apresentação de Aracky Martins Rodrigues de seu trabalho “Dinâmica Grupal e Indivíduo no Sistema de_Distribuição de Privilégios na

Família” (RODRIGUES, 1983, V.). Segundo a autora, algumas contribuições importantes ao estudo das estratégias de vida e de reprodução foram suscitadas pela substituição do estudo das características individuais pela apreensão da família como um todo. O verdadeiro significado das regularidades objetivas observadas em pesquisas quantitativas pôde ser recuperado por meio de análises qualitativas que enfatizaram o enfoque grupal para a família, com suas leis de funcionamento e dinâmica próprias, não redutíveis à soma dos indivíduos nela presentes. O trabalho propõe-se a marcar mais explicitamente e levar às últimas consequências essa postura, emprestando à Psicologia Social e à Psicanálise alguns pressupostos sobre dinâmica grupal, a saber:

- 1) as fronteiras individuais cedem lugar às fronteiras do grupo, o que supõe a presença de intensos mecanismos de projeção e introjeção entre os membros do grupo;
- 2) o grupo tem diante de si uma tarefa (grupo de trabalho) e ao mesmo tempo alimenta uma família básica da qual todos participam (grupo de suporte);
- 3) o tipo de tarefa e de fantasia inconsciente grupal determinam a distribuição de papéis dentro do grupo.

O poder e o sistema de distribuição de privilégios dentro da família só podem ser compreendidos a partir desses pressupostos teóricos. A autora mostrou como um sistema de dominação é vivido como “natural”, desde a primeira infância, tanto pelo dominador como pelo dominado, a partir das projeções e introjeções de partes da personalidade dos indivíduos que compõem o grupo familiar. Assim, a construção social das dicotomias homem-mulher, inteligente-mal dotado, forte-fraco, é lograda por meio da fragmentação das características individuais, seguida da projeção e introjeção desses traços “puros”, isolados.

Os comentários a este trabalho iniciaram-se com Elizabeth Jelin, que apontou, inicialmente, uma certa tensão entre a parte primeira e as últimas páginas do texto, bem como a dificuldade de integrar este a trabalhos anteriores da autora.

Organizando os comentários em dois temas, Elizabeth Jelin inicia afirmando ter muitas dúvidas quanto à caracterização da família como grupo, com tudo o que implica o enfoque da dinâmica de grupo. Não seria o caso de pensar-se família e unidade doméstica (ou

unidade de residência) como dois conceitos com características diferentes? Até que ponto há evidências históricas que permitam vincular unidades de residência à noção de família?

A seguir, passou-se à apresentação do trabalho “O Homossexual Face à Norma Familiar: Desvios e Convergências”, de Carmen Dora Guimarães (GUIMARÃES, 1983, v. 4).

A autora se propôs a pensar de que maneira a identidade homossexual, desviante e estigmatizada, supostamente periférica à ordem familiar, teria parte nessa ordem ou em que medida a identidade homossexual seria o modelo da antinorma para a identidade heterossexual masculina, normal e procriadora. Focaliza o “bicha-entendido-homossexual brasileiro” de classe média ascendente na cidade do Rio de Janeiro, em 1971.

Após descrever as atividades do grupo “Somos-Rio de Janeiro”, ao qual pertence a maioria dos homossexuais investigados, a autora analisou a visão que possuem sobre a família e como se constroem no seu interior as identidades sexuais. A família é visualizada como um *locus* de poder e repressão, em relação à qual o homossexualismo assume um papel crítico e negador, convertendo a recusa de enquadramento (marginalidade) em liberdade e procurando construir, na relação com o grupo esquematizado, um novo conceito próprio de normalidade.

Mostrou como a passagem para a identidade sexual adulta não se dá da mesma forma e nem ao mesmo tempo para os dois sexos, cabendo aos pais o controle desta medida diferenciada e ambivalente, fazendo-a natural e desejada. Ao mesmo tempo que a confirmação social da identidade de “macho” apresenta-se como necessária, a sua não-confirmação significa um desvio do modelo normal. No caso específico do homossexual, a negação do modelo não é vista apenas como recusa, mas como uma negação da vocação natural de ser pai.

Por fim, a autora mostrou como a relação do “homossexual entendido” com a “bicha efeminada” (ou travesti), com o “michê” (prostituto), ambos de classe subalterna, e com a “lésbica”, categorias que eles estigmatizam de diferentes modos, reproduzem numa certa medida as relações de força entre as camadas sociais e entre os sexos.

A primeira comentarista, Brígida Garcia, enfatizou dois pontos: o homossexual e a família, e o homossexual e as relações entre classes sociais. No que se refere ao primeiro ponto, são interessantes as evidências contraditórias, ao nível do discurso, entre rechaço e busca de aceitação da família por parte dos homossexuais, e sugeriu que a autora trabalhe um

pouco mais esse aspecto da questão. Em segundo lugar, achou interessante e sugeriu aprofundamento da questão das relações entre os sexos e a sociedade; entre eles também há um forte preconceito de classe – quem é quem, com quem se tem relação etc.

Eunice Durham, a segunda comentarista, afirmou que o trabalho aborda um tema bastante interessante numa reunião onde se discute reprodução e comportamento reprodutivo, porque passa por um conjunto de problemas de como se constrói socialmente a imagem do masculino e do feminino. E como essa construção, dentro de culturas específicas e de situações de classe específicas, envolve uma concepção de reprodução, isto é, da maternidade e da paternidade. Isto forma um feixe de representações que orienta o comportamento reprodutivo.

O homossexual não é pai, é o abandono de ser pai, e há uma elaboração da sexualidade fora do comportamento reprodutivo e, portanto, com uma valorização quase exclusiva do prazer e do corpo. Há uma oposição, no nível da percepção dos homossexuais entre, de um lado, a família repressora geracional, marcada por acentuada desigualdade e, de outro, a relação homossexual, que busca quase de uma igualdade perfeita, entre homens, pessoas de mesmo sexo, da mesma classe social.

Conhecendo dados de outra pesquisa da autora, Eunice afirmou não ser a questão tão simples assim; todas as relações implícitas na oposição masculino-feminino, na oposição pai-mãe são, em grande parte, desdobradas dentro do par homossexual. Pediu, então, que a autora se estendesse um pouco mais sobre o par homossexual, e sua representação do pai e da criança; e também que expusesse um pouco mais como as noções de parceiro ativo e passivo estão presas a uma posição do masculino e feminino, de modo que a contribuir para a compreensão da figura feminina, central para a compreensão do comportamento reprodutivo.

Em seguida foi apresentado o trabalho de Monique de Saint Martin “*Habitus de Classe e Estratégias de Reprodução*” (MARTIN, 1983, v. 4). O trabalho teve como objetivo colocar em discussão os resultados de algumas pesquisas realizadas na área da sociologia da fecundidade por Pierre Bourdieu e pelos pesquisadores do Centre de Sociologie Européenne (Paris).

Trata-se principalmente de pesquisas realizadas na França – sobre os camponeses de Béarn, sobre o patronato, o sistema de preferência (gosto) e as práticas sociais de diferentes classes ou estratos da população – e na Algérie – sobre as condutas econômicas e as atitudes em relação ao tempo. Não obstante sua diversidade temática, essas pesquisas têm como ponto de unidade o fato de se apoiarem em duas hipóteses principais que constituem o núcleo do trabalho.

- 1) A dependência que as estratégias de fecundidade mantêm em relação à economia nunca é direta. Ela se opera pela medição do “*habitus*” (sistema de disposições que orienta as práticas dos sujeitos, conferindo-lhe uma coerência não intencional) em particular pelas atitudes em relação ao futuro, as quais dependem da posição no espaço social e da trajetória (em ascensão ou em declínio) individual e coletiva (da família, do grupo, da classe).
- 2) As estratégias de fecundidade não podem ser estudadas isoladamente ou de modo autônomo; é necessário inseri-las num sistema global de estratégias de reprodução biológica, cultural e social: estratégias educacionais, estratégias de sucessão ou de transmissão do patrimônio, estratégias matrimoniais, estratégias de investimento econômico etc.

A reunião foi concluída com uma apresentação oral, feita pelo prof. Cândido Procópio Ferreira de Camargo, sob o título “A Família está em Crise?”, na qual fez uma síntese das principais questões levantadas pelo grupo até então, nas pesquisas sobre o tema.

É importante destacar que, apesar da reunião ter sido dividida em duas partes, a parte coordenada por Loyola foi a mais importante. Da mesma forma, em que pesem os inúmeros convidados, Loyola, ao comentar os trabalhos apresentados em sua sessão, dedica mais da metade de sua apresentação ao trabalho de Monique San Martin, do Centre de Sociologie Européenne. A outra parte importante de seus comentários é dedicada ao trabalho de Arakcy M. Rodrigues, comparando-o com o anterior. Todos os outros trabalhos são comentados em uma página e meia, independentemente de sua extensão. Parece que o modelo de Bourdieu havia conseguido sua legitimação e a questão das instituições, entre elas o tema da família, um lugar de honra no pensamento do grupo.

CONCLUSÕES

1 – A Conclusão dessa História

A sétima e última reunião do grupo de trabalho realizou-se em Cuernavaca, México, de 2 a 5 de fevereiro de 1982. Foi uma reunião atípica, os membros já sabiam que seria a última. O temário foi dividido equitativamente entre os diferentes grupos, tendo, na primeira parte, três pesquisadores de grande prestígio internacional: Carmem A Miró, Axel Mundigo e Barent Landstreet. As sessões seguintes foram divididas entre os trabalhos de análise da pesquisa nacional de fecundidade do México e os trabalhos de análise da pesquisa do CEBRAP. Voltou-se ainda a uma prática que havia sido abandonada na terceira reunião: dar um espaço à chamada demografia formal.

O trabalho de Carmem Miró, “Las Tendencias Recientes de la fecundidad en America Latina y sus Implicaciones” (MIRÓ, 1985, v. 5, p. 3-32), está dividido em quatro partes: 1) introdução, onde a autora faz um retrospecto das fontes de dados disponíveis para os estudos de fecundidade e os avanços ocorridos nos últimos anos na América Latina; 2) o período antes de 1960, no qual a autora apresenta os países da América Latina segundo os níveis de suas taxas brutas de reprodução, classificando-os como de fecundidade baixa, moderada, alta e muito alta, e por sua importância enquanto porcentagem da população da América Latina; 3) o período depois de 1960, onde a autora faz uma tipologia dos países da América Latina segundo os modelos de descenso de sua fecundidade. Os países são classificados de precursores, atrasados e os que não entraram na transição demográfica; 4) na última parte, em que a autora trata das implicações do descenso da fecundidade na América Latina e apresenta três tipos de implicações: em primeiro lugar, as implicações demográficas, onde a principal hipótese é a diminuição da taxa de crescimento natural, das migrações urbano-rurais, da taxa de crescimento total das áreas urbanas e o paulatino envelhecimento da população. A partir daí, se deduzem as implicações de ordem política.

A terceira ordem de implicações são aquelas para a pesquisa. Aqui a autora defende que, dado o que acontecia na América Latina, parece perfeitamente aplicável a chamada “teoria da transição demográfica” tal como ela é apresentada para os países

desenvolvidos. A autora termina o artigo exortando o grupo de trabalho a definir um programa de pesquisa para o futuro.

No trabalho de Mundigo e Landstreet, “Determinantes del Cambio de la fecundidad en Cuba – Políticas y Tendencias Recientes” (MUNDIGO e LANDSTREET, 1985, v. 5, p. 33-91), os autores falam do descenso da fecundidade nos anos 80:

“Cuba começa a década de 80 havendo alcançado o nível mais baixo de fecundidade entre as nações latino-americanas. O propósito principal deste trabalho é discernir os principais determinantes que contribuíram para esse nível recorde” (idem, p. 35).

Os autores comentam então as principais orientações políticas da Revolução Cubana (idem, p. 36-40), para em seguida fazerem um histórico da fecundidade cubana. O artigo continua com a análise do *baby boom* pós-Revolução.

“O repentino aumento da fecundidade na primeira metade do decênio de 60 entre as coortes mais jovens é explicado por Juan Perez de la Riva, o mais destacado demógrafo cubano da época, em um artigo da revista francesa *Population*: ‘a explosão demográfica depois de 1959 se pode explicar nas novas condições criadas pela Revolução: a ausência total do desemprego agrícola, as novas possibilidades que se ofereciam nas cidades, especialmente para os jovens, o êxodo das áreas rurais e em geral uma atmosfera de euforia, otimismo e confiança sem limites no futuro socialista. Tudo isso se traduzia numa considerável redução da idade de matrimônio e na quase total ausência de planificação familiar” (idem, p. 44).

O artigo prossegue com a análise do *baby-bust*:

“o *baby-bust* cubano foi de curta duração e foi seguido por uma das tendências descendentes mais dramáticas da América Latina. As taxas globais de fecundidade decresceram de 4,6 crianças por família em

1965 a quase o nível de substituição de 2,2 em 1980, o que indica que Cuba atravessa hoje o umbral até o nível de crescimento populacional de zero. Os autores fazem a constatação: “enquanto o *baby-boom* foi um fenômeno das idades mais jovens, o *baby-bust* é um fenômeno da população das mulheres mais velhas. As mulheres nos grupos de idade entre 20-24 nos períodos de 60-67 teriam baixado sua fecundidade em 36%, enquanto as de 30-34 anos em 65% e as de 35-39 anos em 71%” (idem, p. 46-47).

A partir daí, os autores constroem um modelo explicativo baseado em fatores institucionais que, operado num nível macroestrutural das políticas de estado, teria importantes conseqüências num nível micro – por exemplo, as famílias. Os autores tratam de analisar algumas políticas públicas e seus impactos nas políticas de fecundidade, como no caso da política de urbanização e de habitação:

“em resumo, o programa de cidades pequenas pode ter uma série de efeitos potenciais sobre a fecundidade rural que são resultado não apenas do aumento de densidade e de casas menores, mas também de pressões institucionais que atuam sobre a família, por exemplo, o cumprimento da escolaridade obrigatória, acesso a serviços de saúde, controles sociais e comunitários, uma situação mais direta de custo-benefício dentro da economia do lar, devido a uma mudança na condição de assalariado, além de uma situação potencialmente mais difícil, com relação à alimentação, como o não poder seguir cultivando alguns produtos ou criar animais” (idem, p. 59).

Análises semelhantes são feitas em algumas políticas do governo cubano, tais como educação, participação econômica feminina etc.

“Anteriormente, apresentamos a hipótese de que as melhorias pós-revolucionárias na situação econômica de um futuro com maiores possibilidades para a juventude, de uma redução nos custos de habitação e de uma série de políticas redistributivas haviam contribuído para o *baby-*

boom nos primeiros anos da década de 60. A explicação do descenso da fecundidade nos anos 70 talvez repouse em fatores similares. Não é possível defender a hipótese que os custos das crianças na Cuba de hoje sejam um fator importante dentro dessa explicação, já que o sistema proporciona muitos benefícios nesse sentido, começando com creche grátis nos primeiros anos, e escolas, aos que se soma uma excelente atenção médica, também gratuita. O alimento é a única variável relacionada ao custo das crianças que parece importante” (idem, p. 65-67).

Os autores seguem com a análise do que seja, aí sim, o determinante mais importante, que são as aspirações dos pais com relação ao valor da participação social, política e comunitária dentro da sociedade. A superação pessoal, especialmente no trabalho, e outros valores da sociedade cubana que estabeleçam uma competição na demanda por tempo entre o cuidado dos filhos e a aspiração por esses valores. Em seguida, os autores apontam vários discursos de autoridades cubanas, onde está patente a preocupação demográfica, e ao final concluem que:

“apesar das numerosas afirmações de que Cuba não tem uma política populacional, a questão demográfica está bem articulada, analisada e dirigida” (idem, p. 79).

E seguem com uma análise do papel dos CDRs (Comitê de Defesa da Revolução), que cumprem um papel importante no nível micro das aplicações da política de Estado. É bastante interessante comparar o papel dos CDRs ao conceito de mediação como máscara social, de Thompson, usado por Maria Andréa Loyola na pesquisa do CEBRAP. Outra coisa interessante a se notar no caso de Cuba é que a relação entre esse tipo de micropoder e o conceito de Foucault, no sentido de que ele, o CDR, embora diretamente ligado ao partido e ao Estado (e nesse sentido muito diferente) é, no seu efeito, bastante similar.

Os três artigos seguintes se referem à pesquisa nacional de fecundidade do México: “Algunos Factores Asociados al Descenso de la Fecundidad, Analizados a partir de la

Información de la Encuesta Mexicana de Fecundidad de 1976” de Carlos Welti Chanes (CHANES, 1985, p. 93-130); “Preludio del Descenso de la Fecundidad en México”, de Irma O García y Gama (GAMA, 1985, p. 131-155) e “La Estructura familiar como Expresión de Condiciones de Reproducción Social y Demografica. El Caso de la Zona Henequenera en Yucatan”, de Suzana Lerner e André Quesnel (LERNER e QUESNEL, 1985, p. 157-212).

Esses três artigos, referentes à população mexicana, utilizam uma estrutura de análise mais ligada à estrutura da mão-de-obra, seguindo os cânones clássicos da economia e da sociologia. Existia uma convivência pacífica e paralela entre o modelo de pesquisa mexicano e o modelo de pesquisa do CEBRAP. Neste sentido não haviam mais as tensões das primeiras reuniões. Havia uma incomensurabilidade lógica tal como a existente com os trabalhos da chamada demografia formal.

O trabalho de Paulo P. T. Paiva, “O Processo de Proletarização como Fator de Desestabilização dos Níveis de Fecundidade no Brasil” (PAIVA, 1985, p. 203-249), está dividido em seis partes. Na primeira, “Introdução”, ele apresenta como construiu o seu trabalho. Na segunda parte, “Alguns aspectos da auto-regulação da fecundidade”, o autor faz uma revisão da bibliografia internacional. Malthus, Teoria Neoclássica (Becker), sua versão modernizante (*new home economics*) e a teoria da modernização (versão Easterlin). Na parte 3, “Auto-regulação da fecundidade no Brasil: a economia de subsistência”, o autor, segundo suas palavras:

“nesta seção, tentarei indicar, em duas situações típicas da economia agrícola de exportação – cafeeira e açucareira – a organização do padrão de fecundidade natural. Basicamente estarei argumentando que o arranjo institucional nessas economias favorecia a manutenção de um padrão de alta fecundidade, e que o mecanismo de preços não teria afetado direta ou decisivamente o padrão de vida da população, no sentido de induzir casais a tomarem decisões relativas ao tamanho da família” (idem, p. 223).

Na quarta parte, “Condições de estabilidade da fecundidade”, o autor conclui:

“em suma, ter-se-ia uma articulação interna à economia de subsistência, que estimularia um padrão de alta fecundidade e outra articulação externa, que através das migrações, atenuaria as pressões sobre os padrões de vida, evitando-se uma queda na fecundidade. Exceto, talvez, nas unidades familiares produtoras de mercadorias do extremo sul. Nas ausência dos possíveis efeitos dos mecanismos de preços, os níveis de fecundidade permaneceriam relativamente constantes, e o tamanho da família seria regulado pela variação da mortalidade. Como uma parcela maior da população vivia sob esse regime, os indicadores médios de fecundidade não apresentavam grande variações” (idem, p. 236).

Na quinta parte, “Desestabilização da fecundidade”, o autor discute o mecanismo e suas conclusões estão apresentadas na sexta parte, intitulada “Resumo final”:

“No caso brasileiro, o processo relevante seria o de proletarização, que na medida em que separa os trabalhadores de seu meio de subsistência, os subordina aos mecanismos de mercado, de onde emergem diferentes relações entre população e recursos. A questão central, que tem sido colocada na literatura específica sobre a tendência histórica da fecundidade, é que há uma mudança de conteúdo da forma de sua regulação – do controle institucional para o controle individual. Assim, em relação ao caso brasileiro, eu estabeleceria o seguinte curso de eventos: a) os níveis de fecundidade da população, cuja subsistência provinha do trabalho doméstica, não estavam sujeitos a decisões individuais (...) Estes níveis eram relativamente altos em função do níveis de mortalidade e dos estímulos que a economia de subsistência dava aos sobreviventes na unidade doméstica; b) o processo de monetização da reconstituição da força de trabalho eliminou os estímulos positivos anteriores à fecundidade e submeteu o acesso dos meios de subsistência aos mecanismos de mercado, condicionando o custo do filho às variações dos preços relativos à renda monetária da família e às oportunidades de emprego para seus membros. Os preços de alimentos cresceram mais

rapidamente que os preços de outros itens, como os bens duráveis de consumo. Neste cenário, parecer plausível se admitir que teria ocorrido uma redução na parcela disponível da renda familiar que é destinada a cobrir o custo dos filhos. Ter-se-iam, então, surgido condições de pressão econômica que favoreceram a prática deliberada do controle de fecundidade; ou seja, para intervenção individual na regulação do número de filhos” (idem, p. 242-244).

É um trabalho metodologicamente típico de um economista. Trata-se das determinações macro-estruturais diretas sobre o comportamento reprodutivo, ignorando a questão das mediações. No nosso modo de ver, é o melhor trabalho escrito por um economista nos dez anos de existência do grupo, tem consistência teórica e relevância empírica. Mas, ao ignorar a questão das mediações, Paiva comete um erro de retórica. Ignora um tema bastante caro para o auditório, tema muito trabalhado e que era um elemento importante nas negociações para construção da identidade positiva do grupo de trabalho da CLACSO. Paiva será considerado um *outsider* e neste sentido suas idéias serão consideradas economicistas e um retrocesso ao que já se havia conseguido.

O trabalho de Brígida Garcia, Roberto Munhoz e Orlandina de Oliveira (GARCIA, MUÑOZ e OLIVEIRA, 1985, v. 5, p. 251-278), “Población y Estructura Familiar en Dos Contextos Brasileños”, é parte da investigação dos autores sobre população, família e mercado de trabalho, realizada durante seus meses sabáticos no CEBRAP. O trabalho compara Recife e São José dos Campos, dentro da mesma estrutura lógica que norteia os trabalhos dos pesquisadores do CEBRAP. Neste sentido, a análise sócio-demográfica da estrutura familiar nas duas cidades é feita levando-se em consideração o tema da mediação investigado por Rios e Loyola.

O trabalho de Elza S. Berquó e Wilmar Faria (BERQUÓ e FARIA, 1985, v. 5, p. 279-317), “Migrações e Fecundidade em Quatro Contextos Brasileiros” é, no contexto do GT, o primeiro a tratar de migração e fecundidade. Os quatro contextos dos títulos se referem aos municípios de Santa Cruz do Sul e Parnaíba urbano e rural. O trabalho é limitado pelos dados,

condições de arquivo e tamanho da amostra, mas mostra as possibilidades de pesquisa na direção dos que defendem o estudo da reprodução humana no contexto da reprodução social.

É importante destacar que por qualquer critério epistemológico, mesmo por um critério de um discípulo popperiano fiel (como Imre Lakatos), este era um programa de pesquisa progressivo, e seus avanços teóricos vinham aumentando a capacidade inclusiva dos fatos empíricos.

O último trabalho da última reunião do grupo de trabalho da CLACSO, “Notas Acerca da Família nos Estudos Demográficos”, de Maria Coleta F. A. de Oliveira (OLIVEIRA, 1985, v. 5, p. 319-335), é dividido em três partes. A primeira é “A família e as determinações da fecundidade”, em que a autora faz uma revisão das principais formas com que se tratou a família nos estudos de fecundidade. Na segunda parte, “População e sociedade: algumas questões pendentes”, a autora encontra duas ordens de problemas: a primeira é se a fecundidade ainda é uma preocupação legítima ou não, e em que sentido; a segunda refere-se à relevância dos fenômenos e processos apreendidos na família para a compreensão da dinâmica demográfica enquanto um processo social. Aqui o mais interessante é a visão da autora sobre a questão das medidas *vis-à-vis* os modelos explicativos. Na terceira parte, “A família como mediação ou como nível de análise”, a autora faz interessante autocrítica sobre o início dos trabalhos do grupo:

“Olhando retrospectivamente, torna-se evidente que estávamos, em realidade, a apenas um passo de reutilização do modelo causal recém-exorcizado. Semelhante, portanto, às propostas de Friedman...” (idem, p. 332).

E segue adiante, com esperança:

“A partir de formulações recentes, é possível pensar a ‘mediação’ como aquele momento ou aspecto que permite fazer a ligação do particular ao geral. A trama das mediações a ser resgatada na análise seria aquilo que permite particularizar a totalidade mais ampla. A pergunta que restaria a ser feita é em que medida ou de que maneira essa teoria da família que se encontra em processo de construção agrega algo à perspectiva

demográfica ou à compreensão da pesquisa demográfica. No meu entender, estamos apenas começando a trilhar o caminho que nos separa da crítica da teoria da modernização e dos modelos de explicação da fecundidade e da família nelas apoiados e nos aproximam de um conhecimento novo a partir de diferentes perspectivas teóricas” (idem, p. 333).

Oliveira retoma aqui o tema da família de uma forma mais unívoca e claramente definida. Na sexta reunião, onde a família foi o assunto central, ele foi um “tema bonde”, onde inúmeros passageiros tomaram assento, do comportamento dos homossexuais, de Carmem Dora Guimarães, ao sistema *putting out* de produção das costureiras, de Alice de Paiva Abreu.

Essa oscilação dos significados dos conceitos foi durante toda a existência do grupo uma constante e refletiu as tensões existentes entre as diferentes posições intelectuais. Pensamos que isso foi positivo para o desenvolvimento do programa de pesquisa e que o preço a pagar foi a dificuldade de encontrar uma identidade positiva estável: ela era sempre renegociada e é neste sentido que se dá a importância da retórica.

A falta de uma identidade positiva clara pode ser uma das causas da dificuldade de sintetizar um conjunto de idéias inovadoras sobre os estudos de fecundidade. A insistência sobre o significado da idéia “reprodução da população”, mesmo reconhecendo que não se estudou a mortalidade e não se conseguiu a integração desejada com grupo de trabalho de migrações trouxe, no nosso modo de ver, dificuldades retóricas para seduzir um auditório mais amplo.

O Grupo de Trabalho sobre o Processo de Reprodução da População é um caso de multidisciplinaridade, onde a forma básica é transdisciplinar e não interdisciplinar. Ou seja, a questão do processo de reprodução da população é vista como um campo problemático a ser enfrentado por um conjunto de disciplinas que guardam fidelidade à sua matriz de origem e não se fundirão em uma nova matriz disciplinar. Não se trata de uma Bioquímica, Físico-química ou Biofísica. Não constitui uma nova matriz disciplinar, assim como não vai se constituir numa nova demografia, embora este fosse o sonho do Grupo ao final da primeira reunião.

“En función de revisión y evaluación realizada con base en los trabajos presentados, de la discusión de los mismos, y de la necesidad de reorientar y partir de marcos teóricos distintos de los utilizados a la fecha, que permitan explicar el fenómeno bajo un contexto más amplio y en cada situación histórica concreta, el Grupo de Trabajo acordó fijar sus objetivos a partir de un nombre que lo caracterice en cuanto a su enfoque teórico. Se decidió identificar este Grupo bajo el nombre de Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población, en lugar de Grupo sobre Fecundidad.

En esta forma, el nombre conlleva de subyacente algunas características que lo definen en cuanto a su posición teórica. Se habla de proceso, significando así que el análisis del comportamiento reproductivo se hará bajo una perspectiva histórica. A su vez, dada la perspectiva, el objetivo es considerar la dinámica de la población incluyendo los procesos de mortalidad e de migración que se interrelacionan en el proceso de reproducción de la población.

Por otra parte, el estudio de la reproducción de la población significa que se analiza el fenómeno desde una situación histórica estructural en contextos específicos hasta llegar a los grupos sociales, y en estos a la unidad familiar e individual. Se considera así, como la ubicación de los distintos sectores y su dinámica interna, en donde se dan contradicciones de distinta naturaleza y nivel, pueden llevar a su vez a situaciones sociales claramente orientadas a cambios en los niveles reproductivos de la población” (GRUPO DE TRABALHO, 1972, v. 1, p. 134-135).

O sonho de uma Ciência Social unificada em todas as suas matrizes disciplinares não era exclusividade deste Grupo de Trabalho; pelo contrário, era uma posição dominante na América Latina e era produto, por um lado, da forte tradição marxista (uma matriz de pensamento pré-disciplinar e, portanto, totalizadora); por outro, como reação à hegemonia, nos estudos de população, de um tipo de sociologia funcionalista, extremamente simplificadora, mecanicista e anistórica.

2 – A Conclusão da Tese

A conclusão é em parte o relato do processo de construção de um trabalho e é considerada um passo essencial da produção acadêmica. Contudo, suprimem-se desse relato as tentativas abandonadas, as hesitações e as dúvidas do pesquisador, seus múltiplos redirecionamentos ao longo do percurso, bem como os elementos que tornam compreensível a trajetória pessoal percorrida pelo investigador. O relato do processo de construção refere-se usualmente à reconstrução *a posteriori* de um caminho, perfeitamente lógico e coerente, pelo menos quando visto frente aos pressupostos partilhados pelos demais membros de uma comunidade de pesquisadores à qual o investigador pertence.

O relato integra, pois, uma estratégia de persuasão, isto é, uma estratégia voltada para conquistar a adesão dos pares às teses defendidas no estudo em questão. Desse modo, podemos dizer que os relatos acerca da metodologia utilizada em um estudo inscrevem-se na dimensão retórica (vista aqui como arte da persuasão) da ciência.

Nesse sentido, cabe reconhecer uma duplicidade inerente à produção acadêmica e científica. Como diz Santos:

“O processo de investigação é para o cientista um processo de autoconvencimento, ou seja, um processo argumentativo em que ele, por assim dizer, encarna a comunidade científica, cujo juízo antecipa. Mas o cientista, se for competente, isto é, se conhecer bem a comunidade científica a que se dirige, sabe que a tradição intelectual instaurou uma duplicidade e que, por isso, os expedientes que usa para se autoconvencer não coincidem ou não têm que coincidir exatamente com aqueles que podem convencer a comunidade científica. Advertido dessa duplicidade, adota as medidas necessárias durante o processo de investigação para neutralizá-la, ou seja, para que os resultados a que chega sejam tão convincentes à luz dos expedientes privados (a consciência do valor de uso dos resultados) como à luz dos expedientes públicos (a consciência do valor de troca dos resultados)” (SANTOS, 1989, p. 105).

Devemos dizer que simpatizamos com essa “*leitura forte da presença constitutiva da retórica no conhecimento científico*”, para usar a expressão de SANTOS (1989, p. 101), e gostaríamos de extrair dela todas as suas conseqüências, inclusive para a conclusão deste trabalho. Nessa leitura, aquilo que Kuhn denominou de matriz disciplinar (ou antes, de modo mais impreciso, de paradigma) pode ser visto como um conjunto de premissas e pressupostos considerados válidos pelos membros de uma certa comunidade científica. Um pesquisador inserido em uma certa matriz disciplinar, ou em uma certa tradição de pensamento, aprendeu em sua formação quais são tais pressupostos, que definem não apenas os problemas que são considerados relevantes pelos membros da comunidade que ele integra, mas também as ferramentas conceituais e metodológicas básicas para equacioná-los de modo convincente.

Assim, ao permitir que seu trabalho de investigação seja organizado por esse conjunto de pressupostos que caracterizam a sua formação disciplinar, ele encarna e antecipa o auditório ao qual pretende se dirigir na apresentação de seu trabalho. Entretanto, diferentes investigadores se deixam permear distintamente por esses pressupostos de sua matriz disciplinar. Em outros termos,

“as condições que produzem a duplicidade não a produzem do mesmo modo em todos os cientistas. O elemento pessoal do conhecimento científico [...] representa o *quantum* de liberdade com que o cientista manipula as condições em que exerce a sua atividade científica. Ora, se é verdade que muitos cientistas (talvez a maioria) privilegiem, no jogo retórico a que se entregam, a antecipação da argumentação convincente para a comunidade científica e deixem que ela condicione o processo do seu autoconvencimento no fluir da investigação, não é menos verdade que outros cientistas (talvez a minoria) privilegiam esse último processo, reduzindo ao mínimo as interferências ‘externas’ nos expedientes que usam para se autoconvencer dos resultados a que chegam e, ao fazê-lo, assumem conscientemente o risco de serem pouco convincentes perante os seus pares e de sofrerem as esperadas conseqüências negativas” (SANTOS, 1989, p. 108).

Como em todo trabalho dito científico, há muito de pessoal em nossas escolhas teóricas e metodológicas. Elas refletem os diálogos que tivemos com pessoas e com autores de livros que não chegamos a conhecer pessoalmente, enfim, com um leque bastante diversificado de idéias com as quais tivemos contato – professores, alunos, colegas e autores de livros que, no nosso caso específico, se inscrevem em diferentes matrizes disciplinares. Elas também refletem crenças e valores, que ao fim e ao cabo terminam por fazer com que privilegiemos um ou outro aspecto de uma questão.

Uma das dificuldades de contar uma história do pensamento de um grupo de trabalho multidisciplinar é que as diferentes lógicas de investigação tornam difícil vislumbrar o diálogo. Neste sentido, uma parte importante de nosso esforço é a tentativa de superar o que Kuhn chamou de incomensurabilidade.

“O que estou tentando demonstrar é algo muito simples, de há muito familiar à Filosofia da Ciência. Os debates sobre a escolha de teorias não podem ser expressos numa forma que se assemelhe totalmente a provas matemáticas ou lógicas. Nessas últimas, as premissas e as regras de inferência estão estipuladas desde o início. Se há um desacordo sobre as conclusões, as partes comprometidas no debate podem refazer seus passos um a um e conferi-los com as estipulações prévias. Ao final desse processo, um ou outro deve reconhecer que cometeu um erro, violando uma regra previamente aceita. Após este reconhecimento, não são aceitos recursos e a prova do oponente deve ser aceita [...]. Esse debate é sobre premissas e recorre à persuasão como prelúdio à possibilidade de prova. Nada nesta tese relativamente familiar implica afirmar que não existem boas razões para deixar-se persuadir ou que estas razões não sejam decisivas para o grupo. E nem mesmo implica afirmar que as razões para a escolha não sejam diferentes daquelas enumeradas pelos filósofos da ciência: exatidão, simplicidade, fecundidade, e outros semelhantes. Contudo, queremos sugerir que tais razões funcionam como valores e portanto podem ser aplicados de maneiras diversas, individual e coletivamente. [...] Precisamos entender a maneira pela qual um conjunto

determinado de valores compartilhados entra em interação com as experiências particulares comuns a uma comunidade de especialistas, de tal modo que a maior parte do grupo acaba por considerar que um conjunto de argumentos é mais decisivo que outro” (KUHN, 1989, p. 246- 247).

Portanto, nossas opções ao longo do estudo não se pautaram pela adesão a essa ou àquela corrente de pensamento, e não refletem a eventual disputa entre quaisquer daquelas correntes. Trata-se, portanto, de um trabalho eclético, e reconhecemo-nos advertidos das conseqüências desse modo de conduzir a investigação, que, na duplicidade inerente à ciência, privilegia o autoconvencimento acerca da utilidade de certas ferramentas para abordar uma certa questão, mais do que a adesão prévia a regras e diretrizes implícitas em uma matriz disciplinar.

Nesse contexto, reconhecemos que nos falta o conforto de trabalhar dentro de uma certa tradição estabelecida de pensamento, ou dentro de uma matriz disciplinar específica. Ao longo do processo de construção desta investigação, fomos optando por utilizar alguns conceitos e por aplicar algumas técnicas de pesquisa tomadas dos mais diversos campos e abordagens, e o fizemos na medida em que elas nos pareciam ser esclarecedoras, no que diz respeito ao tema do qual tratamos: trazer para o momento presente e para a compreensão atual um debate complexo que de certa forma foi o germe da atual demografia acadêmica brasileira.

Para esta tarefa nos valem da noção de retórica, discutida na introdução, e da noção de Micro-história (GINZBURG, Carlo, 1989) que dá o subtítulo deste trabalho. Esta noção foi desenvolvida por um grupo de historiadores italianos cuja estrela maior é Carlo Ginzburg.

Nascido em Turim em 1939, professor de História Moderna na Universidade de Bolonha e na Universidade da Califórnia, Ginzburg e seus colaboradores, especialmente Enrico Castelnuovo e Carlo Poni, têm, nos últimos 25 anos, renovado profundamente a Historiografia européia, principalmente pelo estabelecimento de novos caminhos de diálogo entre a História, a Filosofia e as Ciências do Texto. O cenário principal onde se movimenta Ginzburg e seu grupo são os textos dos processos inquisitoriais italianos. O estudo desses processos resultou em alguns livros conhecidos como *I Benandantini* (1966) e *Il Formaggio e i vermi* (1976), onde Ginzburg trata de desconstruir e reconstruir os argumentos de réus e

acusadores, superando as diferenças culturais que resultam em incompatibilidades de lógicas ou, noutra linguagem, o que Kuhn chamou de incomensurabilidade (KUHN, *op. cit.*).

Posteriormente, em 1991, o Ministério de Pesquisa e Tecnologia francês tomou a iniciativa de organizar um encontro que reuniu (entre outros) historiadores e antropólogos sobre a coordenação de Jacques Revel para discutir a questão da Micro-história.

“fui convidado pelo Ministério da Pesquisa e Tecnologia francês para coordenar um pequeno grupo de historiadores, sociólogos e antropólogos encarregado de discutir um tema que formulamos nos seguintes termos: micro/macro. Deixaram-me fazer o que eu queria. Isso quer dizer que me concederam uma pequena verba para organizar um grupo de estudos que ao fim de um ano e meio deveria realizar um seminário. Reuni colegas da École, como Bernard Lepetit, antropólogos, como Alban Bensa, colegas italianos, como Levi, e até mesmo ex-alunos meus, como Simona Cerruti, Sabina Loriga ou Paul-André Rosental. Éramos dez ao todo. Trabalhávamos com total liberdade, nos reuníamos uma vez por mês e apresentávamos *papers*, discutíamos, fazíamos circular nossos textos também fora do grupo, as pessoas comentavam. Por fim, todo esse material serviu para fazer o seminário, que aconteceu em Marselha em 1992. O seminário foi bem recebido, o pessoal parecia interessado, e pensamos na possibilidade de fazer um livro a partir dali. Tivemos de retrabalhar o material todo, e foi assim que nasceu *Jeux d'échelles*” (REVEL, 1997, Entrevista com Jacques Revel, *Estudos Históricos n. 19*, v. 10, p. 121-140, Rio de Janeiro).

Esse grupo de pesquisadores franceses coordenados por Revel dá prosseguimento a uma reflexão sobre as escalas de observação que alguns anos antes havia sido esboçada pela Micro-história italiana, com suas intuições, suas realizações e suas tensões.

O pequeno se prestaria mais à reflexão que o grande, o detalhe mais que o conjunto, o local mais que o global? Que vantagens traz e com que efeitos o estudo intensivo de objetos muito limitados?

Este conjunto de pesquisadores não propõe uma solução chave, pronta para ser usada, mas antes se interrogam abertamente sobre as dimensões pertinentes do objeto de conhecimento e sobre os níveis de análise mais aptos a dar conta da construção do saber. Escolha do objeto, escalas de observação, variações de escalas exceção e generalização abrem caminho para uma discussão sobre as modalidades de análise nas ciências sociais e sobre as formas de transformá-la em narrativa.

Esta tese não pretende dar respostas, mas tenta fazer novas perguntas acerca da importância e da validade de reconstruir os caminhos percorridos até o nosso saber atual. Ela não se pretende uma história do pensamento demográfico brasileiro, não se pretende nem mesmo um capítulo dessa história, ela é apenas uma pergunta. Vale a pena fazê-la, e de que forma?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. R. P. Família e trabalho feminino – as costureiras externas da indústria de confecção. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.

ALDUNATE, A. Algunas reflexiones en torno a las relaciones entre industrialización y reproducción de la población. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

ALDUNATE, A. Análisis de la práctica de investigación en el campo específico de los estudios de fecundidad. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 1. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1978.

ALDUNATE, A. Estudos de unidades familiares a partir das pesquisas comparativas de fecundidade. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

ALDUNATE, A. Reproducción de la población en 10 ciudades de América Latina (un ensayo de interpretación sociológica. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

ARIDA, P. A História do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. M (org.). *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 11-46.

BACHELARD, G. *A Epistemologia*. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1984. (Original: *L'épistémologie*. Presses Universitaires de France, 1971).

BENITEZ, R.; QUILODRAN, J. Analisis de la Nupcialidad através de la Historia de Uniones. *La fecundidad en México*. El Colegio de Mexico-UNAM: Mexico, 1983.

BERQUÓ, E. Algumas Indagações sobre a Recente Queda da Fecundidade no Brasil. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.

- BERQUÓ, E. Pesquisa sobre reprodução humana no Brasil. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.
- BERQUÓ, E. S.; FARIA, V. Migrações e fecundidade em quatro contextos brasileiros. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 5. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1985.
- BORSOTTI, C. Notas sobre a Família como Unidade Socioeconômica. *Cuadernos de la CEPAL*, v. 22, CEPAL, Santiago, 1978.
- BUNGE, M. *Teoría y realidad*. Santiago: Ed. Universidad de Chile, 1970.
- CAMARGO, C. P. Instituições e Reprodução Humana em Santa Cruz do Sul. *Estudos de População*, CEBRAP, v. 6, São Paulo, 1980.
- CAMARGO, C. P. Objetivos de las investigaciones sobre fecundidad. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 1. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1978.
- CAMPANÁRIO, P. Unidades domésticas, famílias-asociación y famílias-fetiche. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.
- CARDOSO, F. H. Población y crecimiento econômico: notas sobre la estructura socioeconômica de São José dos Campos. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.
- COALE & HOOVER. *Population growth and economic development in low countries*. Princeton: Ed. Princeton Press, 1970.
- COELHO, F. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CONNING, A. Encuestas comparativas de fecundidad en America Latina: Algunos Aspectos Metodológicos. In: REUNIÃO DA SBPC, 24, 1972, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SBPC, 1972.

CHANES, C. W. Algunas consideraciones teóricas para el estudio de la población en América Latina. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

CHANES, C. W. Algunos factores asociados al descenso de la fecundidad, analizados a partir de la información de la encuesta mexicana de fecundidad de 1976. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 5. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1985.

DAVIS & BLAKE. Factores sociológicos de la fecundidad. Mexico: Ed. El Colegio de Mexico, 1967.

FARIA, V. Organização da produção e dinâmica populacional. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

FEYERABEND, P. K. *Against Method, Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*. Londres: NLB, 1975.

FUCARACCIO, A.; GONZALEZ, F. Notas para una discusión acerca de la ley de población de Marx. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

GAMA, I. O. G. Prelúdio Del descenso de la fecundidad em México. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 5. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1985.

GARCIA, B.; FIGUEIROA, B. Encuestas de fecundidad em América Latina. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 1. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1978.

GARCIA, B.; MUÑOZ, H.; OLIVEIRA, O. Los trabajadores y sus unidades domésticas en la Ciudad de México. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.

GARCIA, B.; MUÑOZ, H.; OLIVEIRA, O. Población y estructura familiar en dos contextos brasileños. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 5. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1985.

GARCIA, B.; OLIVEIRA, I. Reflexiones Teorico-Methodologicas sobre el Estudio de las Relaciones entre el Trabajo de la Mujer y la Fecundidad en la Ciudad de México. *Investigaciones Demograficas en México*. CONACYT: México, 1978.

GIANNOTTI, J. A. Questões sobre a familia. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991 (Coleção *Memória e Sociedade*).

GOLDANI, A. M. Os aspectos formais para o estudo da fecundidade e nupcialidade. In: PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 1978, Campos do Jordão. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1978.

GRUPO DE TRABAJO Sobre el Proceso de Reproducción de la Población de la Comision de Población e Desarrollo del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. *Informe de la primera reunión*. V. 1, 1972.

GUIMARÃES, C. D. O homossexual face à norma familiar: desvios e convergências. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.

HATT, P. *Backgrounds of Human Fertility in Puerto Rico*. New Jersey: Princeton University Press, 1952.

HENRÍQUES, M. H. Sugestão de um marco teórico para o estudo da fecundidade rural na América Latina. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

HIRSCHMAN, Albert. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

HUTCHINSON, B. *Fertility, Social Mobility and Urban Migration in Brazil*. New Jersey: Prentice Hall, 1970.

IANNI, O. História Social de Conceição do Araguaia. *Estudos de População*, 2. São Paulo, CEBRAP, 1978.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LAMOUNIER, B. Industrialización, inmigración y comportamiento reproductivo (notas para un modelo en situación de cambio). In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

LERNER, S.; QUESNEL, A. Lê estructura familiar como expresión de condiciones de reproducción social y demográfica. El caso de la Zona Henequera en Yucatán. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 5. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1985.

LEWIN, H.; RIBEIRO, A. C. Família: um conceito em crítica. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

LOPES, J.; MONTEIRO, M. C. Área Rural da Cidade de Parnaíba. *Estudos de População*, 3, São Paulo, CEBRAP, 1978.

LOYOLA, M. A. Introdução ao Estudo das Instituições Sociais e o Comportamento Reprodutivo em Parnaíba, as Instituições Religiosas, a Unidade de Produção Econômica e a Família. *Estudos de Polpulação*, 3, CEBRAP, São Paulo, 1978.

MARTIN, M. S. *Habitus* de classe e estratégias de reprodução. *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.

MIRÓ, C. A. Las tendencias recientes de le fecundidad en América Latina y sus implicaciones. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 5. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1985.

MISHLER, E. C., POTTER, R. G., SAGI, P. C., WESTOFF, C. F. *Family Growth in Metropolitan America*. New Jersey: Princeton University Press, 1961.

MONTALLI, L. Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Santa Cruz do Sul. *Estudos de População*, 6, CEBRAP, São Paulo, 1980.

- MONTALLI, L; PATARRA, N. L. Estudo da Reprodução: Anotações Críticas Sobre sua Evolução e Encaminhamento de Propostas Alternativas. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.
- MORTARA, G. A fecundidade da mulher no Brasil. *Recenseamento de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- MORTARA, G. A fecundidade masculina, segundo Unidades da Federação. Estudos de Estatística Teórica e Aplicada. *Estatística Demográfica*, n. 28, Rio de Janeiro, 1965. P. 24-25.
- MORTARA, G. Aspectos internacionais do recenseamento. *Revista Brasileira de Estatística*, n. 3, julho-setembro, 1940.
- MUNDIGO, A.; LANDSTREET, B. Determinantes del cambio de la fecundidad en Cuba – políticas y tendencias recientes. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 5. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1985.
- OLIVEIRA, F. Produção dos Homens: Notas sobre a Reprodução da População sob o Capital. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 14, 1976.
- OLIVEIRA, F. Produção dos Homens: Notas sobre a Reprodução da População sob o Capital. *Estudos CEBRAP*, n. 14, São Paulo, 1976.
- OLIVEIRA, M. C. A Família no Brasil: Algumas Hipóteses de Trabalho. *Cadernos de Estudos e Pesquisas*, 3, São Paulo, FAO/USP, 1979.
- OLIVEIRA, M. C. Notas sobre a união dos sexos e família: tipos e fundamentos da legitimidade. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.
- PAIVA, P. T. A. O processo de proletarização com fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 5. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1985.
- PATARRA, N. L. Reprodução da População numa Situação de Conflito: O Caso de Conceição do Araguaia. *Estudos de População*, 2, CEBRAP, São Paulo, 1978.

PATARRA, N.; OLIVEIRA, M. C. Anotaciones Criticas sobre los Estudios de Fecundidad. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 1. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1974.

PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POPPER, K. *Conhecimento objetivo*. São Paulo: EdUSP, 1975.

REUBEN, H., STYCOS, J. M., BACK, K. *The Family and Population Control*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1959.

RODRIGUES, A. Algumas Contribuições para a Pesquisa sobre o Comportamento Humano. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.

RODRIGUES, A. Dinâmica grupal e indivíduo no sistema de distribuição de privilégios na família. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.

RODRIGUES, A. Revisão crítica do tipo de explicações sobre o comportamento reprodutivo nas pesquisas de fecundidade e proposta de um modelo alternativo. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SAWYER, D. R. Relações entre mortalidade e fecundidade: o caso de São Paulo. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.

SINGER, P. Comportamento reprodutivo e comportamento de classe. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

SINGER, P. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. CEBRAP, 1970.

SINGER, P. Leis de população e pesquisa de fertilidade. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

STYCOS, J. M. *Familia y Fecundidad en Puerto Rico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

WEISS-ALTANER, E. Aspectos económicos de una teoría de la fecundidad. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

WEISS-ALTANER, E. Economía Clasica, Familia y Actividad Feminina. *Demografia y Economía*, v. 11, n. 33. Colégio do México, México, 1977.

WESTOFF, C. F., POOTTER, R. G., SAGI, P. C. *The Third Child: a Study in the Prediction of Fertility*. New Jersey: Princeton University Press, 1963.

WHELPTON, P. K., KISER, C. V. Social and Psychological Factors Affecting Fertility. New York: Milbank Memorial Fund [1946,1950,1952,1954] 1958.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. Crescimento populacional e distribuição de renda familiar: o caso brasileiro. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 4. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1983.

ZENTENO, R. Sobrepopulación, subdesarrollo y política de población en México. In: *Reproducción de la población y desarrollo*, 2. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Fundação SEADE: São Paulo, 1982.

ANEXO

Primeira Reunião

Las Encuestas de Fecundidad en América Latina - Vol. 1

Brigida Garcia – Beatriz Figueroa

Encuestas Comparativas de Fecundidad en América Latina: Algunos Aspectos Metodológicos
- Vol. 1

Arthur Conning

Anotaciones Críticas sobre los Estudios de Fecundidad - Vol. 1

Neide L. Patarra – Maria Coleta F. A. de Oliveira

Objetivos de las Investigaciones sobre Fecundidad - Vol. 1

Procopio Camargo

Análisis de la Práctica de Investigación en el Campo Específico de los Estudios de Fecundidad
- Vol. 1

Adolfo Aldunarte

Componentes Ideológicos da Mulher no Comportamento Reprodutivo: Tentativa de
Construção de Escalas - Vol. 3

Arakcy Martins Rodrigues – Elza Berquó

Informe de la Primera reunión del Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la
Población (noviembre 1972) - Vol. 1

Segunda Reunião

Reproducción de la Población en 10 Cuidades de América Latina. (Un ensayo de
interpretación sociológica) - Vol. 2

Adolfo Aldunate

Revisão Crítica do Tipo de Explicações sobre o Comportamento Reprodutivo nas Pesquisas de Fertilidade e Proposta de um Modelo Alternativo - Vol. 2

Aracky Martins Rodrigues

Sugestão de um Marco Teórico para o Estudo da Fecundidade Rural na América Latina - Vol. 2

Maria Helena F. da Trindade Henriques

Reprodução: União dos Sexos e Família - Vol. 2

Maria Coleta F. A. de Oliveira

Sobrepoblación, Subdesarrollo y Políticas de Población en México - Vol. 2

Raúl Benítez Zenteno

Organização da Produção e População - Vol. 2

Vilmar Faria

El Estudio de la Fecundidad a Partir de los Datos de una Encuesta Demográfica de Visitas Repetidas. El caso de Honduras - Vol. 3

Zulma C. Camisa

Construcción y Validación de una Medida del Grado de Desarrollo de Sectores Rurales de América Latina - Vol. 3

César Torrealba

Etapas en la Adopción de la Planificación Familiar: un Estudio Escalogramétrico - Vol. 3

Mauricio Culagovski

Informe de la Segunda Reunión (agosto 1973) - Vol. 1

Terceira Reunião

Primeira Sessão

Leis de População e Pesquisa de Fertilidade - Vol. 2

Paul Singer

Algunas Consideraciones Teóricas para el Estudio de la Población en América Latina - Vol. 2

Carlos Welti Chanes

Um Modelo Teórico - Vol.2

Aracky Martins Rodrigues

Notas sobre União dos Sexos e Família: Tipos e Fundamentos da Legitimidade - Vol. 2

Maria Coleta F. A. de Oliveira

Aspectos Económicos de una Teoria de la Fecundidad - Vol. 2

Eric Weiss-Altaner

Comportamento Reprodutivo e Comportamento de Classe - Vol. 2

Paul Singer

Estudios de Unidades Familiares a Partir de las Encuestas Comparativas de Fecundidad - Vol. 2

Adolfo Aldunate

Inventario y Algunos Índicios sobre la Calidad de los Datos Disponibles para el Estudio de la Fecundidad en la Argentina, 1960-1974 - Vol. 3

Edith A. Pantelides

Considerações sobre Modelos Causais - Vol. 3

Elza Berquó – Rubens Murillo Marques

Segunda Sessão

Algunas Características de la Fecundidad Rural en México. (Datos de la encuesta de fecundidad rural) - Vol. 3

Julieta Quilodrán de Aguirre

Análisis de Algunos Índices de Fecundidad en México. (Encuesta de fecundidad urbana, 1964) - Vol. 3

Cecilia Andrea Rabell

Algunos Determinantes Estructurales del Proceso de Adopción de Anticonceptivos en Zonas Rurales de América Latina. Un Estudio Comparativo Basado en los Datos de la Encuesta PECFAL-Rural - Vol. 3

César Torrealba Gilber

Resumen del informe de la tercera reunión del Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población (septiembre de 1974) - Vol. 2

Quarta Reunião

Notas para una Discusión Acerca de la Ley de Población de Marx - Vol. 2

Angel Fucaraccio – Fernando Gonzáles

Família: um Conceito em Crítica - Vol. 2

Helena Lewin – Ana Clara Torres Ribeiro

Questões sobre a Família - Vol. 2

José Arthur Giannotti

Población y Crecimiento Económico: Notas sobre la Estructura Socio-Económica de São José dos Campos - Vol. 2

Fernando Henrique Cardoso

Industrialización, Inmigración y Comportamiento Reproductivo. (notas para un modelo en situación de cambio) - Vol. 2

Bolivar Lamounier

Algunas Reflexiones en torno a las Relaciones entre Industrialización y Reproducción de la Población: el Caso de São José dos Campos - Vol. 2

Adolfo Aldunate

La Validez de las Medidas sobre las Preferencias Respecto al Tamaño de la Familia en los Contextos Rurales de América Latina - Vol. 3

Arthur M. Conning – Johanna de Jong

Propensión a lo Urbano, Estructura Familiar y Variables Intermedias de la Fecundidad en Sectores Rurales de América Latina. (Elementos para la elaboración de un proyecto de investigación) - Vol. 3

Miguel Villa S.

Resumen del informe de la cuarta reunión del Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población (junio 1975) - Vol. 2

Quinta Reunião (volume 4)

A Pesquisa sobre Reprodução Humana no Brasil

Elza Berquó

História Social de Conceição do Araguaia, publicado em “Estudos de População II”, CEBRAP, São Pauli, 1978

Octavio Ianni

Reprodução da População numa Situação de Conflito: o caso de Conceição do Araguaia, publicado em “Estudos de População II”, CEBRAP, São Paulo, 1978

Neide Patarra

Extratativismo e Decadência: Cidade e Campo em Parnaíba, publicado em “Estudos de População III”, CEBRAP, São Paulo, 1978

Juarez R. Brandão Lopes

Introdução ao Estudo das Instituições Sociais e o Comportamento Reprodutivo em Parnaíba; As Instituições Religiosas; A Unidade de Produção Econômica e A Família, publicado em “Estudos de População III”, CEBRAP, São Paulo, 1978

Maria Andréa Rios Loyola

Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Santa Cruz do Sul, publicado em “Estudos de População VI”, CEBRAP, São Paulo, 1980

Lilia Montali

Instituições e Reprodução Humana em Santa Cruz do Sul, publicado em “Estudos de População VI”, CEBRAP, São Paulo, 1980

Cândido Procópio F. Camargo

Formalización Dentro de la Teoría del Control de la Dinámica de Densidad en las Poblaciones Humanas, publicado em “Gaceta Médica de México” 113: 379-385, 1979

Guillermina Yankelevich

Análisis de la Nupcialidad a través de la História de Uniones, publicado em “La Fecundidad en México”, El Colegio de México/UNAM, México, 1983

Julieta Quilodrán

Notas sobre la Familia como Unidad Socio-Económica, publicado em “Cuadernos de la Cepal 22”, CEPAL, Santiago, 1978

Carlos Borsotti

A Família no Brasil: Algumas Hipóteses de Trabalho, publicado em “Cadernos de Estudos e Pesquisas 3”, PRODEUR-FUPAM, FAU-USP, São Paulo, 1979

Maria Coleta F. A. de Oliveira

Economía Clásica, Familia y Actividad Femenina, publicado em “Demografía y Economía”, Vol. XI, nº 31, Colegio de México, México, 1977

Eric Weiss-Altaner

Reflexiones Teórico-Methodológicas sobre el Trabajo de la Mujer y la Fecundidad: la Importancia de la Unidad Doméstica, publicado em “Investigación Demográfica en México”, CONACIT, 1978

Brígida Garcia e Orlandina de Oliveira

A Produção dos Homens: Notas sobre a Reprodução da População sob o Capital, publicado em “Estudos CEBRAP 14”, São Paulo, 1976

Francisco de Oliveira

Informe da V Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Processo de Reprodução da População (abril de 1977)

Sexta Reunião (volume 4)

Primeira Parte

Elementos Dinâmicos do Processo de Reprodução da População: Vinculações entre Mortalidade e Fecundidade – Introdução

Maria Coleta F. A. de Oliveira

Relações entre Mortalidade e Fecundidade: o Caso de São Paulo

Diana R. T. O. Sawyer

Crescimento Populacional e Distribuição de Renda Familiar: o Caso Brasileiro

Charles H. Wood e José Alberto M. de Carvalho

Algumas Indagações sobre a Recente Queda da Fecundidade no Brasil

Elza Berquó

Segunda Parte

Introdução à discussão: a família como mediação entre as estruturas sociais e o comportamento reprodutivo

Maria Andréa R. Loyola

Unidades Domésticas, Familias-Asociación y Familias-Fetiché

Paulo Campanario

Los Trabajadores y sus Unidades Domésticas en la Ciudad de México

Brígida García, Humberto Muñoz y Orlandina de Oliveira

Família e Trabalho Feminino – As Costureiras Externas da Indústria de Confecção

Alice Rangel de Paiva Abreu

Dinâmica Grupal e Individuo no Sistema de Distribuição de Privilégios na Família - Vol. 4

Arakcy M. Rodrigues

O Homossexual Face a Norma Familiar: Desvios e Convergências

Carmen Dora Guimarães

Habitus de Classe e Estratégias de Reprodução

Monique de Saint Martin

Informe da VI Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Processo de Reprodução da População
(9 abril de 1980)

Sétima Reunião (volume 5)

Las Tendencias Recientes de la Fecundidad en América Latina y sus Implicaciones

Carmen A. Miró

Determinantes del Cambio de la Fecundidad en Cuba – Políticas y Tendencias Recientes

Axel I. Mundigo e Barent Landstreet

Algunos Factores Asociados al Descenso de la Fecundidad, Analizados a Partir de la
Información de la Encuesta Mexicana de Fecundidad de 1976

Carlos Welti Chanes

Preludio del Descenso de la Fecundidad en México

Irma O. Garcia y Garma

La Estructura Familiar como Expresión de Condiciones de Reproducción Social y Demográfica. El Caso de la Zona Henequenera en Yucatan

Susana Lerner e André Quesnel

O Processo de Proletarização como Fator de Desestabilização dos Níveis de Fecundidade no Brasil

Paulo de Tarso Almeida Paiva

Población y Estructura Familiar en Dos Contextos Brasileños

Brigida Garcia, Humberto Munõz e Orlandina de Oliveira

Migrações e Fecundidade em Quatro Contextos Brasileiros

Elza Salvatore Berquó e Vilmar Faria

Notas Acerca da Família nos Estudos Demográficos

Maria Coleta F. A. de Oliveira

Programa de Trabajo de la VII Reunión del Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población (febrero de 1982)